OLIVEIRA VIANNA

O OCCASO DO IMPERIO

I. Evolução do ideal monarchico-parlamentar. — II. O movimento abolicionista e a monarchia. — III. Genese e evolução do ideal republicano. — IV. O papel do elemento militar na queda do Imperio. — V. A queda do Imperio.

SEGUNDA EDIÇÃO

EDITORA-PROPRIETARIA
COMP. MELHORAMENTOS DE S. PAULO
(Weiszflog Irmãos incorporada)
S. PAULO - CAYEIRAS - RIO

OBRAS DO AUTOR

Populações Meridionaes do Brasil, 1.º volume, 3.ª edição — São Paulo, 1933.

Pequenos Estudos de Psychologia Social, 2.ª edição — São Paulo, 1923.

O Idealismo na Evolução Politica do Imperio e da Republica — São Paulo, 1922.

Evolução do Povo Brasileiro — 2.ª edição, São Paulo, 1933.

O Occaso do Imperio, São Paulo; 2.ª edição, São Paulo, 1933.

O idealismo na Constituição, Rio, 1927.

O credito sobre o café, Rio, 1927.

Problemas de politica objectiva, São Paulo, 1930.

Raça e assimilação, São Paulo, 1932.

Formation ethnique du Brésil colonial, Paris, 1932.

EM PREPARAÇÃO:

Populações Meridionaes do Brazil, 2.º volume (O campeador riograndense).

O Ariano no Brasil (Biologia e mesologia da raça).

Anthropologia social (Psychologia e sociologia da raça).

O problema da selecção intellectual.

56.504

PREFACIO

Deu-me o nosso Instituto Historico, de que sou parte minima, a incumbencia de, na commemoração que elle fez do centenario do nascimento de D. Pedro II, historiar os ultimos dias do seu grande reinado, cujas phases anteriores, a do inicio, a da expansão, a do esplendor, a da gloria, elle havia distribuido sabiamente a dez das suas maiores competencias.

Dando-me o encargo de dizer do Imperio na sua phase pré-agonica, quando já mergulhado nas sombras do seu occaso melancolico, a velha instituição scientifica teve mais uma vez o sentimento muito exacto dos valores humanos: era justamente á mais obscura das suas expressões intellectuaes que devia caber a missão de historiar a vida e os acontecimentos do longo reinado bragantino nesta sua ultima phase, que era a do seu crepusculo...

No plano das onze monographias projectadas, a mim cabia, com effeito, o estudo dos acontecimentos operados entre 1887 e 1889. Cabia a mim, portanto, surprehender a questão militar e a effervescencia militarista no seu ponto climaterico; a mim ainda, apanhar a campanha abolicionista no momento mesmo do seu triumpho; a mim, finalmente, observar a velha estructura do Imperio no instante mesmo da sua sideração e da sua quéda.

Cedo, porém, reconheci a impossibilidade de me manter dentro dos extremos prefixados pelo Instituto. No pequeno campo historico, que me fôra destinado, vinha confluir uma serie de acontecimentos, cada qual mais importante, mas cuja significação senti que era impossivel apprehender, se me conservasse rigorosamente adstricto aos estreitos limites impostos á minha investigação. Dentro daquelle curto periodo de 1887-1889, o que via era como que um epilogo, exprimia apenas as ultimas ondulações tumultuarias e encruzilhadas de um complexo movimento social, cujas primeiras revelações tinham que ser buscadas em épocas incomparavelmente mais distantes.

Realmente, nenhuma das grandes forças, que determinaram a quéda do Imperio, se havia gerado dentro do periodo de 1887 — 1889; todas tinham as suas manifestações iniciaes fóra daquelle limitado espaço historico: o abolicionismo, o republicanismo, o federalismo, o militarismo. Este partia de 1870 — pelo menos. O pensamento abolicionista recuava ainda mais — aos primeiros dias do Imperio. O espirito republicano e federativo, esse vinha ainda de mais longe — mergulhava em cheio as suas raizes no periodo colonial. Tive, pois, que desobedecer ao plano estabelecido pelo Instituto e remontar a phases anteriores, na pesquisa das causas primeiras daquelle extraordinario acontecimento.

Esta pesquisa das causas primeiras poderia me levar, de inferencia em inferencia, muito longe — porque a logica do historiador é como aquelle hippopotamo de uma fantasia de Machado de Assis: tem a fome do infinito e tende a procurar a origem dos seculos. Era preciso evitar este inconveniente, fatal antes de tudo aos leitores. Resolvi então procurar um ponto do nosso espaço historico, tal que me permittisse, sem penetrar as origens remotas, determinar e isolar as causas mais apparentes do grande acontecimento.

Este ponto encontrei-o — e é o pequeno periodo que vae da quéda do gabinete Zacharias em 1868 ao manifesto republicano de 1870. Neste periodo está o ponto de partida de todo aquelle movimento politico, que haveria de epilogar-se a 15 de novembro, com a destituição do gabinete Ouro Preto e a quéda do 2.º Imperio. Fixei-me nelle — e foi dentro desse horizonte mais dilatado que tentei descrever, nas suas linhas geraes, a marcha evolutiva das grandes forças politicas que derruiram, em 1889, a velha estructura imperial.

Digo das «forças politicas» — porque sómente dellas trato neste volume. Das outras, as ecodomicas e as sociaes principalmente, não é aqui a melhor opportunidade para estudal-as. Eu me reservo esta analyse para quando, ultimando a serie dos meus ensaios, iniciados com as *Populações Meridionaes*, sobre a origem e a formação da nossa nacionalidade, tiver que estudar, na *Introducção á Historia da Republica*, a sociedade brasileira sob o novo regimen e fazer a critica das nossas realidades contemporaneas.

Ha duas especies de historia — disse um dos nossos grandes espiritos: a historia dos factos e a historia das idéas. Por

isso mesmo ha duas especies de historiadores: os que historiam factos e os que historiam idéas. Neste livro, eu procuro, de preferencia, historiar idéas. Dahi a escassez dos dados biographicos e dos dados chronologicos neste ensaio, em que tento descrever a evolução da mentalidade das nossas elites no momento justo em que passam da grande illusão monarchica para a grande illusão republicana. O meu objectivo neste volume é, por isso, definir, de uma maneira precisa, o papel exercido na quéda da monarchia pela idéa liberal, pela idéa abolicionista, pela idéa federativa, pela idéa republicana, e pelas fermentações moraes que determinaram as chamadas «questões militares».

Estas constituiram para mim um ponto extremamente delicado de analyse; mas, dada a authenticidade dos factos estudados, não creio que se possa accusar de excessiva a severidade com que julguei o papel do elemento militar nas nossas agitações politicas. Neste ponto, como em todos os outros, que são debatidos neste volume, penso ter feito obra de absoluta imparcialidade julgadora.

E' possivel que, nestas paginas, muitos grandes homens appareçam sem aquellas amplificações que a perspectiva historica crêa, muitos heróes se mostrem despidos do nimbo luminoso com que a tradição os havia corôado. Mas, que importa isto? O essencial é que o juizo seja justo e assente em fundamentos de verdade. O papel do historiador é justamente este, é realizar essa obra de reintegração dos valores, depondo dos altares santificadores os falsos idolos e pondo nelles os bemfeitores dos povos, os creadores reaes da sua historia — em summa, os verdadeiros heróes, espoliados por aquelles intrusos na legitimidade do seu direito á gloria.

Therezopolis, 1925.

Oliveira Vianna

PRIMEIRA PARTE

Evolução do ideal monarchico-parlamentar

SUMMARIO

I. Luctas entre as duas soberanias: a do Principe e a do Povo. Constituição do regimen parlamentar. — II. O papel do Principe. Funcção do Poder Moderador. — III. O regimen parlamentar no Brasil. O ponto critico da sua evolução: o golpe imperial de 1868 e a quéda do Gabinete Zacharias. Effeitos desse golpe. — IV. Solução da crise ministerial suscitada: ascenção do partido conservador. O caracter anti-parlamentar desta solução. Reacção liberal consequente. — V. O traço caracteristico dessa reacção; hostilidade contra o «poder pessoal». Fontes de opinião: difficuldade do Imperador em sonda-las. A opinião dos partidos e a sua fallibilidade. — VI. O recurso das eleições: sua fallibilidade como fonte de opinião. — VII e VIII. A burla eleitoral. — Razões que a justificam. — IX. A politica rotativa do Imperador, sua razão de ser. — X. Irritação dos politicos contra essa politica rotativa. Razões dessa irritação. — XI e XII. O movimento descentralizador e federativo. — XIII. Reacção no Parlamento e na Imprensa. — XIV. D. Pedro e os seus ministros. Novas causas de irritação. — XV. Consequencias dessa irritação contra o poder pessoal: indifferença ou hostilidade contra a Monarchia e o Throno. — XVI. A desillusão das instituições monarchicas. Estado geral dos espiritos antes de 15 de Novembro de 1889.

I

O movimento reaccionario, que se seguiu á queda de Napoleão e ao Congresso de Vienna, havia creado para o Velho Mundo um estado de conflicto permanente entre os representantes das dynastias, que as espadas da Santa Alliança haviam reposto nos seus thronos, e as massas populares, de cujas aspirações se faziam echo as assembléas parlamentares. Dynastias e Parlamentos luctaram, desde 1814, por mais de meio seculo, pelo dominio exclusivo dos apparelhos do governo politico das sociedades. Os chefes de dynastias, — Reis, Imperadores, Principes — apoiados nos exercitos da Santa Alliança, recusavam-se a abdicar das suas velhas prerogativas: julgando-se ainda donos, por direito divino, do governo dos povos, repelliam o principio da soberania popular como humilhante e incompativel com a sua dignidade de Reis, cujo direito vinha, não das massas, mas de Deus (1).

Os seus adeptos constituiam o partido dos «Absolutistas», como então se dizia. Estes theoristas do Absolutismo repugnavam o regimen das Constituições escriptas, em que o Principe apparecia com poderes limitados. Para elles o Principe não devia conhecer outro limite ao seu arbitrio, sinão o que elle a si mesmo estabelecesse. Os seus adversarios, nutridos da ideologia da Revolução, pensavam de outra manei-

(1) v. Henri Sée — *L'évolution de la pensée politique en France au XVIII siecle*, 1925; — *Les idées politiques en France au XVII*, 1923.

ra, de maneira inteiramente opposta. Negavam aos Principes, repostos pela Restauração, este direito exclusivo ao governo, e contra elles affirmavam o direito do Povo, de quem esses proprios Principes não deviam ser sinão mandatarios. Os Parlamentos eleitos pelo Povo, estes sim é que eram o centro da soberania nacional: elles, em nome do Povo, é que elaboravam Constituições, a que os Principes deviam obedecer.

Os partidarios deste systema chamavam-se «Constitucionalistas», e a sua philosophia politica tomava o nome de «Constitucionalismo», em torno do qual tanta rhetorica, escripta ou fallada, se despendeu.

O Constitucionalismo — reacção contra o autocracismo do antigo regimen — tinha, como se vê, por presupposto fundamental a soberania do Povo, ou melhor, a Democracia Representativa. Portanto, implicava um regimen de suffragio, ou apenas generalizado, ou mesmo universal. Pelo suffragio, o Povo escolhia o Parlamento, e este, como orgão da vontade do Povo, fazia sentir ao Principe esta vontade. O Principe, está claro, não tinha outra cousa a fazer sinão obedecer.

O Constitucionalismo apparecia assim associado á Democracia. O Principe não tinha apenas os seus movimentos regulados pelos preceitos de uma Constituição; estava tambem obrigado a ouvir, attender e executar a vontade do Povo. Este é que era o verdadeiro governo — o Demos Soberano.

Entretanto, pôr um Principe deante de uma Constituição e de um Parlamento não parecia a estes espiritos liberaes bastante para assegurar a effectividade da supremacia da opinião do Povo sobre a opinião do Principe. Este, de posse dos apparelhos executivos do Poder, podia, com effeito, não dar ao Governo a orientação desejada pelo Povo, expressa no voto

das maiorias parlamentares e, neste caso, o principio da soberania do Povo ou do Parlamento, estaria burlado. Era preciso então, para maior garantia do principio democratico, engenhar um expediente capaz de separar da pessoa do Principe o Poder Executivo — e este expediente foi o «Governo de Gabinete».

No Governo de Gabinete, o Poder Executivo reside, não no Principe, mas num orgão collectivo, o Ministerio, a cujos membros incumbem as diversas funcções da administração e do governo. Segundo as boas praxes deste systema, o Ministerio deve ser formado de elementos procurados entre os proprios membros do Parlamento, e não deve ser uma reunião heterogenea de titulares, mas um conjuncto harmonico e unificado, representando um pensamento commum, um «programma de governo». Ha para isto, em cada Gabinete ou Ministerio, um agente unificador, que é o — «Presidente do Conselho» (1). Este é que representa o pensamento do Gabinete perante o Parlamento. Entre estes dous centros de força está o Principe, tambem outro centro de força, armado de um grande poder, de um outro poder — o Poder Moderador. O conjuncto destes tres poderes cooperantes é que constitue o systema parlamentar de governo.

II

Ha dous pontos delicadissimos neste systema de governo. Um é o das relações entre o Gabinete e o Parlamento; outro, o da attitude do Principe perante o Gabinete e o Parlamento.

---

(1) v. Tavares de Lyra — *A presidencia e os presidentes do conselho dos Ministros.*

No tocante ao primeiro ponto, o Gabinete deve ter o apoio e a confiança do Parlamento, isto é, da opinião numericamente preponderante nelle. E' uma condição *sine qua non* para que elle possa obter os meios de governo e fazer passar as medidas necessarias á execução do seu programma. Desde que o Parlamento lhe retira a confiança, isto é, desde que o Gabinete deixa de ter maioria no Parlamento, dá-se o conflicto: e chega então a vez do Principe intervir.

E' precisamente este ponto o mais melindroso. Logicamente, a conducta do Principe não poderia ser outra sinão organizar um novo Gabinete de accôrdo com o novo pensamento dominante no Parlamento. Nem sempre, porêm, o Parlamento reflecte a imagem fiel da opinião *actual* do Povo. Circumstancias imprevistas, factos novos, operados dentro do interregno eleitoral, podem produzir uma modificação na opinião publica, sem que esta modificação se ache revelada no Parlamento, ou mesmo este, pelo jogo intimo dos interesses partidarios, póde affectar uma opinião, sem que esta opinião seja, entretanto, um reflexo da opinião do Povo.

O tacto do Principe está justamente em distinguir estas duas hypotheses e dar ao conflicto uma solução convinhavel. Si elle julga que a opinião do Parlamento é expressão da opinião do Povo, concede demissão ao Gabinete e fórma um outro Gabinete com elementos da opinião preponderante no Parlamento. Em regra, esta solução do conflicto equivale uma modificação na situação dos grupos partidarios perante o Poder — e á formação de um novo Gabinete póde corresponder a quéda do partido a que pertence o Gabinete demissionario, isto é, a ascensão do partido opposto, ou de um outro partido.

O Principe, entretanto, póde não demittir o Gabinete, póde conserva-lo, si presume que a opinião

parlamentar não é exactamente o reflexo da opinião popular. Neste caso, concede ao Gabinete a dissolução do Parlamento e, por meio de uma nova eleição, sonda ou consulta a opinião do paiz. O novo Parlamento dará, pela opinião da sua maioria, o sentido real da opinião do Povo e será então de accôrdo com esta opinião que o Principe organizará o novo Gabinete.

Não se podia, pois, engenhar nada mais perfeito como systema de Democracia representativa. O regimen parlamentar é um mechanismo justo, exacto, maleabilissimo, sorte de apparelho de precisão, maravilhosamente apto a marcar, como observava Nabuco, não só as horas, mas mesmo os minutos da Opinião.

O papel do Principe neste systema constitucional é o de uma força reguladora, ou antes, de um agente de conciliação e reajustamento das duas peças do systema: o Parlamento e o Gabinete — o Poder Executivo e o Poder Legislativo. Reajustar o Parlamento ao Povo e reajustar o Gabinete a este Parlamento, assim previamente reajustado ao Povo — eis a funcção suprema do Principe no regimen parlamentar. E' nisto que consiste o «reinar» da fórmula britannica: «o rei reina, mas não governa».

Esta funcção de reinar não é, portanto, uma funcção passiva e méramente decorativa; é, ao contrario, uma funcção activa, delicada, que exige muito tacto, muita penetração, muita sagacidade, um senso muito vivo do valor dos homens e um agudo instincto da psychologia das multidões; mas, principalmente, uma certa philosophia latitudinaria em politica, um certo indifferentismo ás opiniões dos partidos — e tambem uma acceitação muito completa do principio da soberania do Povo.

Esta ultima condição é essencial — porque, si o Principe não acceita integralmente esta soberania,

si faz sentir *tambem* a sua vontade no governo, isto é, si, alem de reinar, quer tambem governar, não existe mais regimen parlamentar — e estamos desde então no systema absolutista, embora temperado.

Esta subordinação completa do Principe á vontade do Povo os inglezes, na sua insularidade geographica e historica, só a conseguiram estabelecer depois de luctas muitas vezes seculares. Na Europa continental, os Principes se mostraram por muito tempo intractaveis sobre este ponto e, embora apparentando condescender com o principio democratico, nunca se limitaram a reinar apenas, nunca se resignaram a abandonar inteiramente as suas velhas prerogativas ao governo do Povo.

Dahi conflictos vivissimos e prolongados, que tiveram, na França e na Hespanha, principalmente, as suas manifestações mais sangrentas.

Só depois de 1860 póde-se dizer que o principio democratico — o principio do governo da Opinião — entrou inteiramente nos costumes politicos e parlamentares da Europa em geral. Dahi em deante — com excepção apenas da Russia e da Allemanha — os golpes de estado do Principe passaram a escassear e, quando vinham, já causavam funda surpreza, espanto, indignação, um mal estar tamanho, que o proprio Principe se sentia, depois delle, como que moralmente deslocado e constrangido.

E' que por esse tempo já se havia formado entre os povos europeus o que se podia chamar uma «consciencia parlamentar», a cujos dictames Principes, Gabinetes, Parlamentos, todos procuravam obedecer, de bom grado ou a contragosto, pouco importa, mas sempre com a possivel exactidão.

III

Estas considerações são necessarias para a exacta comprehensão do golpe de 1868, que deu por terra com o Gabinete Zacharias.

Este facto — a quéda dos liberaes chefiados por Zacharias — é decisivo para o prestigio das instituições em nosso paiz. Póde-se dizer que o grande processo de desintegração do systema monarchico data dahi — e isto pela maneira singular por que se operou a modificação da situação parlamentar, em perfeito contraste com as idéas dominantes no nosso ambiente politico por aquelle tempo, reflexo, por sua vez, das idéas dominantes no ambiente politico do mundo.

Na verdade, o golpe de 68, com o ser talvez o mais fecundo em consequencias politicas, foi tambem o mais singular dos nossos golpes politicos. O partido liberal estava no poder desde 62 — e, num paiz de liberdade politica apenas *on paper*, sabe-se bem o que podia significar isto. E' o mesmo que dizer que o partido liberal detinha todas as situações nos municipios, nas provincias, no centro: e a Camara liberal de 68, tão tocantemente unanime, era apenas uma alta expressão da tocante unanimidade liberal que existia por todo o paiz, graças aos recursos torcionarios da lei de 3 de Dezembro — lei que os liberaes, quando apeados do poder, combatiam vigorosamente e, quando installados no poder, applicavam vigorosamente, ao modo dos conservadores.

O Gabinete decaido tinha como presidente Zacharias — e este facto teve uma importancia enorme nos acontecimentos. Zacharias era o que se chamava então, com certa emphase, um «homem de

partido». Hoje, quando já não existem partidos, elle seria apenas o que costumamos chamar, no sentido vulgar da expressão, um «politico», differindo dos demais politicos nisto: que estes fazem «politica» em pequeno estylo, e affirmando, e Zacharias fazia «politica» em grande estylo, e negando.

No fumio, por maior que fosse a sua cultura, por mais longo e frequente o seu trato com os grandes problemas nacionaes, Zacharias nunca conseguiu libertar-se inteiramente da sua primitiva mentalidade de homem de clan e via sempre tudo, mesmo as idéas mais sérias e altas, através o angulo estreito do espirito de partido. Di-lo Nabuco bellamente:

> «Sua existencia politica póde ser comparada á do religioso, a quem são vedadas as amizades pessoaes e que se deve dedicar todo á sua Ordem, obedecer só á sua Regra. O partido era a sua familia espiritual: a elle sacrificára o coração, a sympathia, as inclinações proprias; elle podia dizer da politica o que se disse da vida espiritual, que o mais repulsivo dos vicios é a sentimentalidade. Não havia nelle traço de sentimentalismo; nenhuma affeição, nenhuma fraqueza, nenhuma condescendencia intima projectava a sua sombra sobre os actos, as palavras, o pensamento mesmo do politico. A sua posição lembrava um navio de guerra, com os portalós fechados, o convez limpo, os fogos accesos, a equipagem a postos, solitario, inabordavel, prompto para a acção».

Vê-se que faltava a Zacharias a mentalidade do homem de Estado. Foi talvez um grande chefe de partido, mas é certo que nunca foi, nem podia ser,

um estadista. O verdadeiro estadista, como observa um biographo de Hamilton, pratica a politica da colmeia, ao passo que os «politicos» praticam outra politica — a politica da abelha. No primeiro, tudo se subordina ao interesse collectivo. Nos segundos, tudo se subordina ao interesse individual. Zacharias, é claro, não se inclue entre os primeiros, mas não seria justo inclui-lo entre os segundos, fazendo-o um desses typos de politicos que, como de Aaron Burr disse Oliver, procuram, antes de tudo, na colmeia o mel — e isto porque Zacharias, apesar do seu partidarismo, era pessoalmente desinteressado e, em materia de honestidade, absolutamente intangivel. Zacharias poderá figurar entre os que praticam a politica da colmeia, desde que o conceito da colmeia seja o do partido e não o da patria. Na relativa estreiteza, não diremos do seu espirito, que era alto e amplo, mas do seu coração, elle não via, ou melhor, não *sentia* nada alem disso que formava o gremio do seu partido: os horizontes da patria eram muito extensos para o alcance da sua affectividade.

No periodo critico da guerra do Paraguay, a sua attitude para com Caxias é perfeitamente demonstrativa da sua incapacidade moral ou affectiva para sentir outro interesse que não o interesse do seu partido. Ella dá a medida exacta da mentalidade de Zacharias como homem de Estado, como dá a medida exacta da sua incapacidade para praticar a politica da colmeia, quando a colmeia é a patria e não o partido. Feijó, Bernardo ou Paranhos teriam procedido diversamente; mas estes já pertencem a um outro typo de homens, ao grupo dos gigantes politicos do molde hamiltoniano ou bismarkiano.

Este espirito excessivamente partidario de Zacharias iria revelar-se mais uma vez — e já agora de modo fatal para o seu partido — no incidente

de 68, de que resultou a demissão do Gabinete de 3 de Agosto, por elle presidido.

E' sabido como se passou o facto. Na lista triplice de senadores pelo Rio Grande do Norte, ao lado de dous illustres desconhecidos, viera Salles Torres Homem, grande orador e grande escriptor, senhor de um dos mais luminosos e cultos talentos da sua epocha. Dizia-se delle, que trazia na cabeça a chave de todos os problemas nacionaes — no que ha evidentemente uma bôa dose de illusão, porque Torres Homem pertencia á classe dessas bellas intelligencias, feitas para o idealismo e a imaginação, mais artisticas do que positivas, mais literarias do que scientificas, para quem uma bella phrase vale bem uma bella acção e uma palavra eloquente é sempre a rainha do mundo — *regina rerum oratio*, á boa maneira romana.

O Imperador — que não tinha odio aos homens de talento, como Domiciano aos homens de bem — preferiu escolher Salles Torres Homem. Era justo que o fizesse, tanto mais quando os dous outros concorrentes eram entidades, sinão inteiramente anonymas, pelo menos razoavelmente anonymas. Zacharias, entretanto, discordou — porque tinha um certo resentimento de Torres Homem. Objectou que não julgava «acertada a escolha»; suggeriu a de Amaral Bezerra, figura obscura, mas chefe provincial do partido de Zacharias. Nunca disse porque não julgava acertada a escolha do Imperador; naturalmente porque sentia que os motivos não eram dos mais elevados, nem recommendaria muito aos olhos da Posteridade a sua proverbial austeridade de Catão, censor implacavel das faltas e erros alheios.

O Imperador, mais uma vez, não attendeu a Zacharias. Sentindo-se desauctorado, Zacharias apresentou a sua demissão, a demissão collectiva do Gabinete.

Neste caso é que se evidencia o espirito partidario de Zacharias. Vê-se como este grande homem — grande por tantas qualidades superiores de intelligencia e de caracter — era, sob este aspecto, uma individualidade de segunda ordem, revelando uma mentalidade de chefe de clan de aldeia grande. Um dos attributos mais discricionarios do Poder Moderador era justamente a escolha dos senadores nas listas triplices. O poder dos partidos ia até a eleição — e era o bastanto; mas a escolha de um dos eleitos era cousa do pleno arbitrio da Corôa. O que Zacharias pretendia era, nada menos, que a Corôa se fizesse participe do exclusivismo dos grupos partidarios, com os seus odiozinhos, as suas picuinhas, as suas prevenções, os seus resentimentos e, talvez mesmo, as suas guerrazinhas ao merecimento e á altivez.

Disse-se que o Imperador, por fim, acabou cedendo tambem neste ponto á ambição insaciavel dos politicos e passou a escolher os senadores nas listas triplices segundo a indicação dos presidentes do Conselho; mas, si assim foi, elle cedeu com esta transigencia lamentavel o que havia de mais liberal na bella faculdade que lhe fôra outorgada pela Constituição (1). Num paiz como o nosso, onde o espirito de partidarismo é tão vivaz e absorvente que homens da respeitabilidade e do prestigio nacional de Zacharias não coravam de descer a mesquinhas manobras de politicagem contra os adversarios, só a Corôa, fóra dos partidos e das vicissitudes eleitoraes, pela imparcialidade da sua visão alta e larga, no uso da bella prerogativa constitucional, seria capaz de impedir que o merito, o talento, a cultura fossem sacrificados á

(1) Tobias Monteiro — *Pesquizas e depoimentos*, pag. 15. E tambem Oliveira Lima — *O Imperio Brasileiro*, 1928, cap. II.

habitual intolerancia e ao desdem dos nossos mandões politicantes, trouxessem elles os galões ridiculos de broncos coroneis de aldeia ou ostentassem o chapeu de bico e o fardão vistoso de ministros da Corôa.

IV

Demissionario o Gabinete liberal de 3 de Agosto, o Imperador ia usar a mais delicada faculdade do Principe no regimen parlamentar: a da formação do novo Gabinete. Normalmente, como vimos, nesta contingencia, ao Principe se abrem dous caminhos: ou elle constitue um Gabinete de accôrdo com a opinião dominante na Camara, ou dissolve a Camara, manda proceder ás eleições e, de accôrdo com a nova opinião do paiz, revelada por essas eleições, constitue o novo Gabinete. Era o que faria o soberano na livre Inglaterra e foi o que fez — pelo menos, apparentemente — D. Pedro. Deu demissão ao liberal Zacharias e chamou para organizar o novo Gabinete o conservador Itaborahy. Depois, concedeu a dissolução da Camara e mandou fazer eleições com o fito democratico de sondar a opinião. Realizada a sondagem, verificou-se então que a opinião do paiz estava toda ao lado dos conservadores — tanto que a nova Camara era unanimemente conservadora, como a anterior era unanimemente liberal.

Em boa doutrina, nada havia que atacar na solução dada á delicada questão politica suscitada pela demissão de Zacharias. O Gabinete Itaborahy passára a governar com uma maioria esmagadora. Os principios do regimen representativo parlamentar estavam assim perfeitamente resalvados.

Estas, porêm, as apparencias; as realidades não eram propriamente assim. Zacharias demittira-se de uma maneira singularissima — porque extra-parlamentar. Não fôra uma moção de desconfiança que o levára a pedir demissão; a sua situação parlamentar era, no proprio dia da demissão, solida, magnifica, indesmontavel: póde-se dizer que não tinha a maioria, mas a unanimidade mesma da Camara!

Nesta, nenhuma agitação. Nenhum debate serio. Nenhum ponto de doutrina em jogo. Nenhum caso politico ou administrativo. Nada: em toda ella a physionomia calma, unida, espelhante de um lago em repouso.

Zacharias demittira-se por um motivo frivolo, personalissimo, incompativel com a elevação de um homem de Estado, creando com a impertinencia do seu capricho e a irritação do seu resentimento uma crise politica desnecessaria, ou, pelo menos, sem justificação no momento. Logicamente, dada a situação unanimemente liberal da Camara, demittido Zacharias, caberia a um outro procer liberal organizar o novo Gabinete. Entretanto, o Imperador chamou Itaborahy — e o novo Gabinete, que appareceu deante desta Camara unanimemente liberal, era unanimemente conservador!

Não se podia conceber nada mais flagrantemente contrario aos principios do regimen parlamentar. O Imperador desta vez desdenhava, desprezava, repudiava, da maneira mais franca e acintosa, a opinião do Parlamento.

Enorme a surpreza, o espanto, a indignação da Camara. José Bonifacio, grande e admiravel orador, theatral e magnifico, esteve num dos seus grandes dias. E a Camara approvou a seguinte moção de desconfiança:

«A Camara dos Deputados vê com profundo pezar

e geral surpreza o extranho apparecimento do actual Gabinete, gerado fóra do seu seio e symbolizando uma nova politica, sem que uma questão parlamentar tivesse provocado a quéda dos seus antecessores. Amiga sincera do Systema parlamentar e da Monarchia constitucional, a Camara lamenta este facto singular, não tem e não póde ter confiança no Ministerio».

Fossem quaes fossem os motivos que levaram o Imperador a esta attitude, o certo é que este seu acto determinou uma mudança geral no systema de crenças e idéas dominantes no mundo politico de então. Dahi por deante começamos a assistir um duplo phenomeno: a descrença progressiva nas virtudes do systema monarchico-parlamentar e uma crescente aspiração por um novo regimen, uma nova ordem de cousas. Christiano Ottoni exprimiu este duplo phenomeno, vendo, no primeiro, «o descredito que a politica lançára sobre as instituições» e, no segundo, «a evolução natural da idéa democratica».

V

O traço caracteristico desse grande movimento da opinião, que se seguiu ao golpe do Imperador contra os liberaes em 68, era o de uma irritação viva, ardente, explosiva contra o «Poder pessoal», considerado pelos liberaes como uma deturpação do Poder Moderador, que a Constituição confiava á Corôa. E a verdade é que esta irritação era inevitavel. Porque só os que ignorassem os nossos costumes politicos e a mentalidade dos nossos partidos poderiam suppôr possivel que o Poder Moderador, supremo

regulador do systema parlamentar, pudesse funccionar aqui com a mesma perfeição com que funccionava entre os inglezes. Faltavam á nossa sociedade todas as condições para isto.

O governo parlamentar, como já vimos, é essencialmente um governo de opinião, isto é, um governo cuja instituição num dado povo presuppõe a existencia de uma opinião publica organizada. Ora, esta opinião publica organizada, capaz de governo, nunca existiu aqui, nem hoje, nem outrora; alhures, já o dissemos porque (1).

Havia — como ainda ha hoje — uma opinião informe, diffusa, inorganica, que era a que se formava nos centros universitarios, nos clubs politicos, nas sociedades maçonicas e principalmente na Imprensa. Esta opinião, aliás, tinha sempre um caracter artificial, era quasi sempre um reflexo americano das agitações européas. Só exprimia realmente o pensamento de uma pequena parcella das classes cultas do paiz. O Imperador não dosdenhava de attende-la — e assim o fez no caso da Eleição directa, no caso da Abolição, no caso da Federação.

Esta opinião, de origem habitualmente exotica, em regra, nunca apparecia pura e extreme; sempre se mostrava, ao contrario, muito impregnada das animosidades do partidarismo, muito compromettida com o espirito de facção, para que se pudesse considera-la sempre como um indice sadio da opinião nacional. E, justamente, por isso, ella devia ter constituido para o Imperador, todas as vezes que era obrigado a organizar novo Gabinete, um dos grandes motivos de perplexidade.

Esta perplexidade do Imperador não devia ser

(1) Oliveira Vianna — *O Idealismo da Constituição*, Rio 1927.

menor quando elle, no intuito de conhecer a opinião do paiz, buscava-a, ou tentava busca-la, na opinião dos partidos. Porque os partidos politicos do Imperio, imponentes embora pela sua massa, não tinham propriamente uma opinião; eram simples aggregados de clans organizados para a exploração em commum das vantagens do Poder. Certo, houve aqui uma phase em que os partidos tiveram verdadeiramente uma opinião: foi o periodo da Independencia, do 1.º Reinado e da Regencia. Depois dessa grande phase historica, póde-se affirmar com fundamento que os partidos politicos não representavam realmente correntes de opinião; os programmas que ostentavam eram, na verdade, simples rotulos, sem outra significação que a de rotulos.

O proprio liberalismo da Constituição tornára, aliás, difficil esta discriminação muito nitida das opiniões. Zacharias exprimiu muito bem este facto no seu discurso de 18 de Junho de 1870, no Senado:

«O argumento do nobre senador — dizia elle — envolve uma confusão de idéas manifesta: «O conservador no Brasil é necessariamente liberal, porque a Constituição do Brasil contém instituições santas, liberaes; o conservador quer manter estas instituições; logo é liberal». O argumento podia ser invertido pelos liberaes, dizendo: — «A Constituição Brasileira contém instituições santas, liberaes; o partido liberal quer mante-las; logo, só o liberal é conservador».

Já em 53, aliás, a chamada «politica da conciliação», de Paraná, é uma prova do vago, do indefinido, do incerto contido nos programmas dos dous grandes partidos do Imperio. O facto é que nenhum desses dous programmas representava convicções definitivas e sinceras. Tanto que os liberaes, quando no governo, agiam sempre de maneira identica aos conservadores: o inebriamento do poder como que os fazia olvidarem os seus mais caros ideaes, calo-

rosamente prégados quando nas agruras da opposição. O programma liberal era uma especie de trombeta sonora, que os liberaes só se lembravam de clarinar com fogo, com brio, com impeto, quando, como em 68, o Imperador os atirava momentaneamente no ostracismo. Então, todo o paiz acordava sob um estridor immenso de toques de alarma, de sonoridades marciaes, de canticos de guerra, chamando a postos as consciencias altivas para a defesa da Patria, da Democracia e da Liberdade. Desde o momento, porêm, em que, ao aceno da Corôa, retornavam ao poder, cessavam de subito o trombetear formidavel — e passavam a ser... como os conservadores.

O caso de Sinimbú é typico. Em 77, quando na opposição, elle pronunciava estas palavras de altiva e nobre verdade:

> «Temos uma missão mais elevada — e é educar a população. Ora, esta educação não póde ser feita sinão pelo exemplo, que é a primeira licção, a primeira base de qualquer educação. O povo tem os olhos fitos nos seus homens de Estado e si elle os vê dubios, contradictorios, incertos, oscillantes em suas idéas, perde-lhes a fé e a confiança.»

Um anno depois, em 78, com a subida dos liberaes, Sinimbú, chamado ao poder, realiza uma das mais violentas reacções anti-liberaes da nossa historia politica. Para esmagar o Partido Conservador, omnipotente até a vespera, usou recursos taes de compressão eleitoral, que chegaram a levantar protestos dos proprios seus alliados, os republicanos.

Uma das provas, aliás, mais decisiva de que os programmas partidarios não tinham significação pratica está em que as grandes reformas liberaes —

a Eleição directa, a Reforma judiciaria, as leis da Emancipação servil — foram todas obras realizadas pelos conservadores. Tambem os liberaes, quando na opposição, accusavam a lei de 3 de Dezembro de 1841 de ser o mais poderoso apparelho de compressão de que se poderia armar o Governo. Entretanto, durante o periodo de 62 a 68, em que estiveram no poder, nunca acharam tempo para tocar nesta lei — e foi justamente manejando esse formidavel apparelho de compressão e arbitrio que elles conseguiram aquella magestosa unanimidade de 68!

O Partido Conservador não agia de modo diverso. Para não abandonar o poder, adeantava-se no caminho das innovações e apropriava-se das idéas prégadas justamente pelos liberaes. Um conservador orthodoxo, Andrade Figueira, por occasião da lei Rio Branco, atacou com eloquencia esse latitudinarismo doutrinario dos chefes conservadores e disse estas palavras crucis:

«Pois um partido no poder ha de renegar suas idéas e realizar as idéas dos seus adversarios só pelo receio de que elles venham subir amanhã? O Partido Liberal, que explora o futuro, póde atirar-se a essas aventuras; mas o Partido Conservador, que marcha com passo certo, em caminho conhecido, não póde nunca dar passos imprudentes, só para evitar que os seus adversarios subam ao poder.»

Este mesmo latitudinarismo permittiu mais tarde aos conservadores uma mobilidade ainda maior nos movimentos de transigencia. É Nabuco quem observa, referindo-se á Abolição:

> «Quando a Monarchia se sentiu obrigada a tocar neste ponto delicado da economia social, o partido ultra-conservador, os antigos *saquaremas* do Rio de Janeiro, educados por Torres, Pau-

lino e Eusebio, passaram todos estrepitosamente para a Republica» (1).

Os dous velhos partidos do Imperio, como se vê, não tinham opinião, como não tinham programmas. O objectivo era a conquista do Poder e, conquistado este, conserva-lo a todo transe: nada mais. Era este o principal programma dos liberaes — como o era dos conservadores.

Essa attitude dos dous grupos partidarios fazia com que o Imperador acabasse convencido de que não podia encontrar na opinião dos partidos nenhum indice seguro das correntes interiores, que porventura animassem a consciencia do paiz. — «Mas, Sr. Honorio, onde estão os nossos partidos?» — perguntava, em 53, a Paraná.

No fundo, sente-se que elle dava uma importancia pequena, ou mesmo, não dava importancia alguma á opinião dos partidos. O golpe parlamentar do 68 é, na verdade, uma bella prova disto. Ninguem exprimiu melhor, e com maior conhecimento de causa, do que o proprio Zacharias este estado d'alma do Imperador. Disse elle, com effeito, na sessão de 18 de Junho de 1870:

> «O conservador não respeita o liberal; o liberal não respeita o conservador; o conservador flagella o liberal; o liberal flagella o conservador — e o resultado é que a Coròa tem em má conta um e outro».

---

(1) Nabuco — *Balmaceda*, pag. 28.

VI

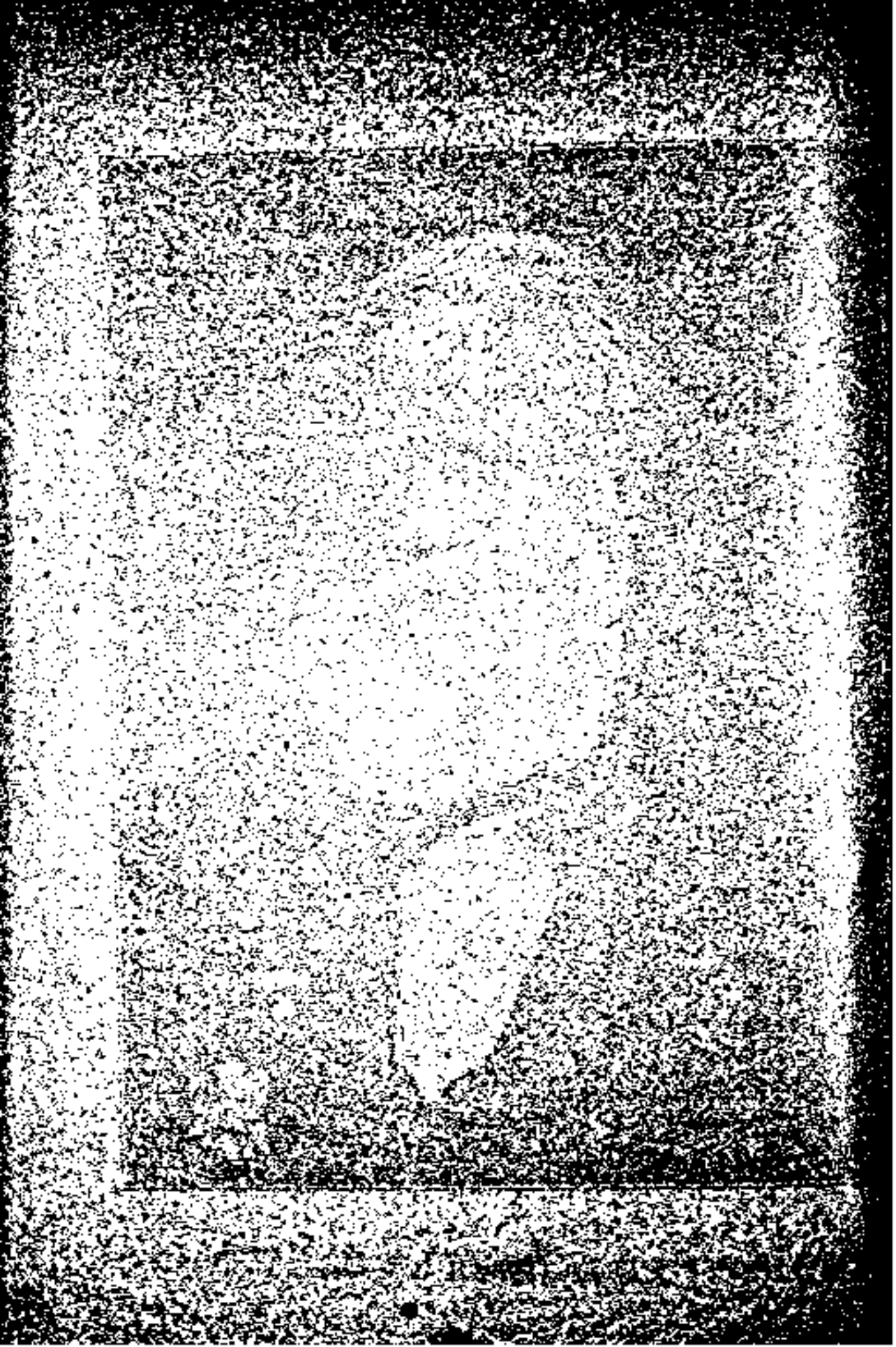
Havia, certo, o recurso das eleições. Em these, dentro dos principios de pura theoria do regimen representativo, era esto o mais legitimo processo de sondagem da opinião publica. O Imperador appellou para elle varias vezes, quando concedia a dissolução da Camara. Foi o que fez em 68, quando chamou Itaborahy. Foi o que fez em 78, quando chamou Sinimbú. Num e noutro caso, tendo modificado a coloração politica do Gabinete, dissolvia a Camara e procurava informar-se da opinião do paiz através da coloração partidaria do futuro Parlamento.

O processo eleitoral, entretanto, tambem não lhe dava nenhum indice seguro da opinião nacional. Só nos paizes de opinião organizada é que o processo eleitoral póde ser um meio efficaz de sondagem da opinião do povo; não, num paiz como o nosso. Falta-nos espirito publico. Falta-nos organização de classes. Falta-nos liberdade civil.

Realmente, espirito publico nunca existiu no Brasil. Entre nós, a vida politica foi sempre preoccupação e obra de uma minoria diminuta, de volume pequenissimo em relação á massa da população. O grosso do povo, levado ás urnas apenas pela pressão dos caudilhos territoriaes, nunca teve espirito politico, nem consciencia alguma do papel que estava representando (1). No Brasil, como observava Luiz Couty, não existe *povo* no sentido politico da expressão. E um espirito irreverente exprimiu uma vez este mesmo pensamento, dizendo que aqui «povo é uma reu-

(1) Oliveira Vianna — *Pequenos estudos de psychologia social* (cap.: *Os factores economicos do absenteismo eleitoral*).

D. PEDRO II



nião de homens, como porcada é uma reunião de porcos».

Organização de classes tambem não existia, como ainda não existe, capaz de dar ao processo eleitoral uma significação realmente democratica, á maneira britannica ou norte-americana. Durante o periodo imperial tinhamos, ainda mais do que hoje, uma estructura social muito simplificada; de maneira que a vida politica não se distribuia por varios centros da actividade, não se dispartia por varias classes ou grupos profissionaes: concentrava-se quasi toda numa classe unica, que era a grande aristocracia territorial. Esta preponderancia tão absorvente da grande aristocracia da terra fazia com que nem a classe média rural, nem a plebe dos campos tivesse, ou pudesse ter, opinião. Demais, dovido á extrema simplificação trazida á nossa estructura social pelos grandes dominios independentes (1), os interesses das classes populares ruraes não estavam propriamente em opposição aos da aristocracia territorial; antes, accôrdavam-se. De modo que, no seio da população dos campos, não se podiam formar, como nunca se formaram, correntes de opinião desencontradas, capazes de revelar-se no processo eleitoral.

Nos grupos urbanos, por sua vez, a estructura social era quasi tão rudimentar como nos campos. Então, os conflictos de classes, proprios ás sociedades de alta organização industrial, não tinham ainda razão de ser. Egualmente não se havia constituido aqui — como na Argentina da epocha caudilheira, segundo Sarmiento — nenhum antagonismo entre as populações dos campos e as populações das cidades.

Em synthese: — pela grande simplicidade da

(1) Oliveira Vianna — *Populações Meridionaes do Brazil*, I, cap. VII.

nossa estructura social; pela ausencia de antagonismo de classes; pela feição accentuadamente patriarchal da nossa sociedade, a «opinião do povo», sob o 2.º Imperio, estava ainda em condição muito rudimentar. O processo de sondagem por meio das eleições não podia trazer, pois, ao Imperador nenhum elemento seguro de orientação.

Num povo sem educação eleitoral e de opinião embrionaria, o processo de «consulta á nação», proprio aos governos parlamentares, estava realmente condemnado a ser, como sempre foi, uma pura ficção constitucional.

VII

Demais, a dissolução da Camara para a consulta á Nação se havia transformado numa farça ridicula, verdadeira burla — dada a corrupção do proprio processo eleitoral. Mesmo que o nosso povo tivesse opinião, a fraude não a deixaria revelar-se — e isto porque o partido que estivesse no poder ganhava sempre, e o partido que estivesse «de baixo», na opposição, perdia sempre — tal como hoje. Nabuco, o velho, chegou mesmo a formular esta lei no seu famoso sorites:

> — «O Poder Moderador póde chamar quem quizer para organizar Ministerios; esta pessoa faz a eleição, porque ha de faze-la; esta eleição faz a maioria».

E' que nos faltavam então — e ainda nos faltam agora — as condições necessarias para eleições livres. Uma dessas condições é precisamente que cada um dos cidadãos, cada um dos eleitores, tenha per-

feitamente assegurada a sua liberdade civil — e era isto o que não acontecia aqui.

Em nosso paiz, com effeito, nunca existiram grandes tradições de legalidade, á maneira da Inglaterra, por exemplo, onde os preceitos da *common law* têm qualquer cousa de sagrado aos olhos das auctoridades e aos olhos das multidões. Nem a Magistratura aqui teve jámais essa força, essa auctoridade, esse prestigio, que punha uma tão confiada arrogancia no coração do moleiro de Frederico, o Grande. Aqui, todos esses apparelhos protectores das liberdades individuaes sempre funccionaram mal, deixando o homem do povo na imminencia ou na actualidade dos golpes de vindicta dos poderosos (1). Cada homem do sertão ou da matta entre nós bem podia dizer como aquelle camponez de Paul Louis Courier: «Je suis malheureux: j'ai fâché monsieur le maire; il me faut vendre tout et quitter le pays. C'est fait de moi, si je ne pars bientôt».

Era esta, na verdade, a condição das nossas massas populares sob a lei de 3 de Dezembro de 41. E' certo que a Reforma Judiciaria de 71 assegurou um pouco mais os particulares contra o arbitrio das auctoridades. Estas garantias, entretanto, continuaram a ser precarias; não passavam, afinal, de garantias no papel; na pratica, os velhos costumes permaneceram — e estes asseguravam o mais completo absolutismo aos mandões locaes.

Ora, pelo mechanismo da centralização, todos esses mandões locaes estavam na dependencia dos Gabinetes, ou mais exactamente, dos chefes de Gabinete. Este, através a poderosa machina centralizadora, mobilizava á sua vontade esse formidavel exercito de

(1) Oliveira Vianna — *Populações Meridionaes do Brazil*, I, cap. VIII.

tyrannetes locaes. Era debalde que as opposições tentavam luctar contra a força irresistivel dessa compressão organizada.

«O Governo, expressão de um partido, tem o direito de intervir no processo eleitoral» — dizia, em 1840, Antonio Carlos. Esta doutrina absurda póde-se dizer que era a expressão do pensamento intimo de todos os politicos no poder, tanto liberaes como conservadores — e nenhum delles, tanto liberaes como conservadores, deixou de applica-la integralmente. Só Saraiva, em 82, na execução da lei da eleição directa, desmentiu esta regra — o que lhe valeu uma ascendencia immensa sobre todos os politicos do seu tempo.

O recurso da dissolução da Camara, o expediente da «consulta á Nação», se havia transformado numa verdadeira burla, em que ninguem mais acreditava. Dissolvida a Camara, já se sabia de antemão — com a certeza certa de uma previsão astronomica — que a nova Camara vinha inteiramente á feição do novo Gabinete. Em Julho de 68 caía o gabinete Zacharias com uma Camara unanimemente liberal. Esta Camara, Itaborahy, conservador, dissolveu: a Camara nova, eleita no mesmo anno, veio unanimemente conservadora! Em 1878 deu-se o contrario; foi o Gabinete conservador que caiu; substituiu-o um Gabinete liberal, o Gabinete Sinimbú; e a Camara, soberbamente conservadora, dissolvida, voltou soberbamente liberal!

Certamente, reformas várias do mechanismo eleitoral procuravam pôr um obice a estes desmandos da Fraude — e a lei Saraiva, que substituiu o velho systema da eleição de dous gráos pela eleição directa, pareceu, á primeira vista, ter conseguido este grande objectivo (1). Mas a verdade é que nem esta

(1) Cf. Agenor de Roure — cap. IX, § I (*Contribuições para a Biographia de D. Pedro II*). E Tavares de Lyra — *Regimen eleitoral* (in *Diccionario Historico e Geographico do Brasil*, V. I).

lei, nem as leis anteriores puderam contravir ás artimanhas dos nossos *bosses* eleitoraes. Estes sempre se mostraram inapprehensiveis, intangiveis, invenciveis no prodigioso diabolismo das suas habilidades de prestimanos. Por mais cautelosas e casuisticas que fossem todas estas leis, eram nada deante dos truques suggeridos pela inventiva maravilhosa desses Fregolis da cabala.

VIII

O que aconteceu com o systema da eleição directa é typico. Este systema havia apparecido nos nossos meios partidarios como uma creação miraculosa do engenho politico. Todos os outros systemas eleitoraes, até então praticados, tinham falhado. Falhára a «lei dos circulos», de 55. Falhára a reforma de 60, com os seus districtos de tres deputados. Falhára a reforma de 75, que estabelecêra o principio da representação das minorias. Todas ellas deixavam bréchas por onde o governo pudéra insinuar-se, impôr a sua vontade e o seu arbitrio. Em summa, o systema dos dous gráos falhára: mostrara-se extremamente docil á vontade do Poder.

O mal devia estar então neste systema — e os espiritos mais impacientes voltaram-se, cheios de esperanças, para o systema da eleição directa. Houve um momento mesmo em que foi tamanho o enthusiasmo pela eleição directa, tamanha a fé nas suas virtudes, que ella passára a ser, como confessava Sinimbú, não mais uma questão de partido, mas uma questão nacional: todo o paiz a reclamava!

O Imperador foi um dos primeiros a perceber

isto e foi elle quem, com a sua alta auctoridade, insinuou Sinimbú a agitar o problema e promover a sua solução parlamentar. Sente-se que elle se deixára tomar tambem do idealismo ambiente, que era, aliás, o idealismo do mundo. Porque o nosso movimento pela eleição directa não foi original, mas apenas uma prolação do movimento europeu neste sentido. Reflectiamos os clamores dos partidos europeus e as aspirações que agitavam o velho mundo. Então, o suffragio revelava alli uma tendencia a generalizar-se, a approximar-se cada vez mais das maiorias populares. Esta tendencia attingia o seu maximo de intensidade, justamente na epocha em que iniciavamos aqui, com o estimulo do Imperador, o movimento pela eleição directa. Esta contemporaneidade dos dois movimentos mostra o caracter méramente reflexo do nosso — e nossa esperança quasi messianica na eleição directa não era senão a esperança contemporanea de todos os povos civilizados no suffragio universal. Estavamos na convicção de que o novo systema eleitoral armaria o povo com uma arma invencivel contra o arbitrio do poder. Com o suffragio directo, o Parlamento seria, não mais uma massa passiva de dependentes, saidos dos conluios dos gabinetes ministeriaes, mas uma legitima expressão da vontade nacional.

Coube a Saraiva a execução da lei de 81, em que se consubstanciára a grande aspiração nacional. Saraiva, ao contrario de Zacharias, não tinha o temperamento de um homem de partido: era uma natureza algida, insusceptivel ao fanatismo das grandes convicções e inapto ás grandes vibrações do enthusiasmo. Ninguem mais capaz de executar uma lei, em que a qualidade principal do executor seria o desprendimento, a fria imparcialidade, o sentimento da verdade pura. Zacharias, com o seu vivo sentimento parti-

dario não a executaria — como não a executariam Paulino ou Sinimbú, cuja compressão eleitoral de 78 enchera de surpreza, sinão de espanto, a consciencia do paiz.

Os resultados da nova lei foram surprehendentes. O nosso povo teve por um momento a impressão que havia encontrado nella a chave da sua liberdade politica: pela primeira vez o governo fôra derrotado!

Para este magnifico exito não contribuiu apenas a rectidão e a imparcialidade de Saraiva: ha que contar tambem com a intervenção directa do Imperador. Nada mais comprobativo da alta comprehensão que o velho dynasta tinha da sua grande missão constitucional do que a sua insistente diligencia junto a Saraiva, por occasião da primeira experiencia da lei de 80, e mesmo depois, junto a Dantas, nas eleições de 84. Quem ler hoje a correspondencia delle com Dantas por essa epocha, não poderá deixar de sentir uma emoção commovida deante deste ancião, sobrecarregado das mil preoccupações do seu cargo, mas attento aos menores detalhes e ás menores providencias, necessarias a assegurar uma execução perfeita áquella grande lei. — «O Imperador se tornou o fiscal-mór da opposição junto ao ministerio, ao ponto de Dantas considerar que aquella preoccupação, por exagerada, quasi redundava em preferencia pelos adversario» — diz um historiador.

No fundo, D. Pedro sentia que o resultado bom ou máo da lei Saraiva ia dar a prova crucial da excellencia do velho regimen. Soberano visceralmente democratico, cioso da sua dignidade de rei, mas não do seu direito divino, em que certamente não acreditava, ello não teria nenhuma repugnancia em acatar a opinião do Povo, desde que ella se lhe revelasse de uma maneira clara e insophismavel, mandando ás Camaras uma representação que fosse a expres-

são legitima da sua vontade. Elle confessou, aliás, isto mesmo nas suas notas ao livro de Tito Franco.

O exito inicial da lei Saraiva foi devido, em parte, á acção conjugada do Imperador e do chefe do Gabinete; em parte, tambem, a este estado de exaltação generosa e idealista, que acompanha sempre a estréa das grandes reformas e sob a qual todos os pequenos egoismos, todas as pequenas impurezas da nossa pobre humanidade como que se fundem ou se volatizam.

Passada, porêm, esta phase climatica de exaltação, os homens retornam logo ao seu pequeno horizonte emotivo e, mesmo, ao seu pequeno horizonte intellectual — e voltam a viver dentro do seu egoismo anterior. Por isso, como todas as outras leis, a dos circulos, a do terço, etc., a lei Saraiva tambem falhou. Nas eleições seguintes restauravam-se as velhas praxes oppressivas. Nenhum dos homens do poder teve mais a abnegação de Saraiva. Nenhum mais se resignou a soffrer a provação da sua derrota. O governo, como outrora, passou a ganhar sempre. A opposição, como outrora, passou a perder sempre. Voltaram as Camaras unanimes — e com ellas o protesto, o clamor, o desespero dos condemnados ás gehennas do ostracismo.

Em summa, durante o imperio, o destino dos partidos estava, não na opinião do Povo, mas na opinião dos Gabinetes. Estes é que davam aos partidos no poder, com as situações locaes e provinciaes, essas bellas unanimidades parlamentares, contra que investia a colera dos politicos caidos em desgraça. Se era conservador o Gabinete, todo o paiz se revestia de uma coloração conservadora; mas, si acontecia ser liberal o Gabinete — e a politica rotativa do Imperador sempre permittia que isto acontecesse —

o matiz politico que cobria o paiz passava a ser desde então impressionadoramente liberal!

IX

Ninguem mais convencido de tudo isto, desta ficção, desta burla, desta artificialidade do regimen representativo no Brasil do que D. Pedro — e é isto justamente que transparece das suas notas ao livro de Tito Franco. Comprehende-se, pois, a delicadeza da sua situação no exercicio da grande faculdade constitucional, todas as vezes que se abria uma crise de Gabinete. Numa Camara liberal, por exemplo, si elle chamasse um Gabinete conservador — sem conceder a dissolução da Camara — seria logicamente impossibilitar áquelle os meios de governo; mas, concedida a dissolução, isto importaria na victoria segura do novo Gabinete: e a situação anterior, por mais solida que fosse, seria reduzida a destroços, ao sôpro violento das «derrubadas».

O destino dos partidos estava, pois, dependente de um simples aceno do Imperador — chamando este ou aquelle procer partidario ao Paço. Elle fazia cair os partidos e fazia subir os partidos, á vontade: bastava para isto pôr nas mãos de Zacharias ou de Itaborahy, de Nabuco ou de Uruguay, de Saraiva ou de Cotegipe, os admiraveis mechanismos de compressão politica, que os proprios partidos, quando no poder, e julgando-se indesmontaveis, haviam organizado.

D. Pedro era um espirito liberal e equanime, puro homem de bem, sem gosto nenhum pela politica e as suas agitaçôes. Por isso mesmo, adoptára uma attitude de paternal e displicente imparcialidade para

com os dous partidos. Ora chamava um, ora chamava outro ao poder, sem dar nenhuma consideração apreciavel á opinião da Camara, cujas origens espurias bem conhecia (1).

Elle bem comprehendia que o papel do rei constitucional, exercido á maneira ingleza, seria aqui absolutamente irrepresentavel por qualquer soberano que aspirasse o titulo de justo. Si, quando se operava uma crise ministerial, em vez de formar um Gabinete de coloração contraria, como costumava de, quando em quando fazer, elle adoptasse systematicamente a formula britannica e formasse sempre Gabinetes da mesma coloração da Camara, seria isto — elle bem o sentia — fixar no poder *ad eternitatem* o partido do Gabinete. Seria o que Saraiva chamava «a condemnação dos adversarios ao inferno de Dante» — ao ostracismo permanente e irremissivel.

Nestas alternativas das situações partidarias, o Imperador parecia não ter outro criterio sinão o do tempo: elle fazia o revezamento dos partidos conforme o tempo da estadia delles no poder. Em 1868, depois de seis annos de dominio do partido liberal, fazia subir ao poder, com surpreza geral, o partido conservador. Em 1878, depois de dez annos de governo conservador, fazia subir os liberaes. Realizava assim, com a sua equanimidade, aquillo que o povo, com a sua incapacidade democratica, não sabia realizar.

(1) «Desde de 1840 se tem querido inculcar que a Corôa perde de sua força e dignidade sempre que se conforma com a opinião das Camaras, tanto na organisação, como na dissolução dos ministerios» — observava um pamphletario da epocha. Cf. Tavares de Lyra — cap. III das *Contribuições para a biographia de D. Pedro II* (Rev. Trimensal, t. cxp., 1925).

X

Os politicos, entretanto, não comprehendiam (ou fingiam não comprehender) esta imparcialidade do Imperador. Em boa verdade não a podiam comprehender, ou antes, não a podiam admittir.

Em nosso paiz, com effeito, os partidos não disputam o poder para realizar idéas; o poder é disputado pelos proventos que concede aos politicos e aos seus clans. Ha os proventos moraes, que sempre dá a posse da auctoridade; mas ha tambem os proventos materiaes, que essa posse tambem dá. Entre nós a politica é, antes de tudo, um meio de vida: vive-se do Estado, como se vive da Lavoura, do Commercio e da Industria — e todos acham infinitamente mais doce viver do Estado do que de outra cousa.

Num paiz assim, a conquista do poder é um facto inquestionavelmente mais sério e mais dramatico do que em outro paiz, em que os individuos vão ao poder no intuito altruistico de realizar um grande ideal collectivo. D'ahi a aspera violencia das famosas «derrubadas». O partido que subia derrubava tudo — quer dizer: sacudia para fóra dos cargos publicos, locaes, provinciaes e geraes, todos os occupantes adversarios. Era uma vassourada geral, que deixava o campo inteiramente limpo e aberto ao assalto dos vencedores. Equivale dizer que cabiam a estes as batatas, si não ha engano na philosophia de Quincas Borba. Sabe-se, aliás, aquelle dicto espirituoso de Martinho de Campos, quando teve que deixar a pasta de ministro: Perdi o emprego!

Era um gracejo; mas este gracejo encerrava a

synthese de toda a philosophia politica no Brasil. No fundo, quando caía um Gabinete, todos os que formavam o estado-maior deste partido nos municipios, nas provincias, no centro repetiam, ou podiam repetir realmente, a phrase motejadora de Martinho: tambem elles perdiam o emprego!

Está claro que, num paiz em que a vida politica se modela por esse padrão e se restringe a esses objectivos personalissimos, o exercicio do Poder Moderador num systema parlamentar é uma tarefa delicada, espinhosa, ingrata — porque fatalmente mal comprehendida e, quando não mal comprehendida, pelo menos mal acceita pelos detentores eventuaes dos instrumentos do governo.

Estes se julgavam sempre esbulhados, quando o Imperador os fazia apearem-se do poder. Desde que nada podia explicar esta quéda sinão a vontade do monarcha, nada mais logico do que a irritação dos politicos contra esse personagem, que, embuçado dentro de uma prerogativa constitucional, os destituia das suas situações de mando, sem outra razão sinão as razões do seu capricho. Homens de clan para quem o inimigo politico era quasi sempre inimigo domestico e a lucta politica uma lucta pessoal, elles não se sentiam apenas esbulhados com o acto da Corôa que chamava ao poder os adversarios: sentiam-se tambem humilhados, feridos no seu pundonor pessoal e guardavam do Imperador uma sorte de resentimento intimo, ás vezes mesmo, de rancôr. Este explodia, ás vezes, em phrases de recriminação violenta ou colera impulsiva.

XI

O grande movimento em favor da descentralização e da federação, que começou a accentuar-se depois do golpe imperial de 68, teve a sua razão principal justamente nesta indignação dos politicos liberaes contra essa força poderosa e incontrastavel que, de quando em quando, os tirava das gratas commodidades das situações do poder para as injustificaveis incommodidades de um ostracismo forçado.

Realmente, desde o momento em que o objectivo da grande reacção liberal, iniciada em 68 com a quéda do gabinete Zacharias, era coarctar a acção do poder omnipotente concentrado no Imperador, então julgado, erradamente embora, a causa de toda a corrupção do regimen, era logico que o ponto capital das tendencias do nosso liberalismo passasse a ser, como passou, o desenvolvimento daquellas instituições politicas, julgadas capazes, pela ideologia da epocha, de contrastar o arbitrio contido naquella supposta omnipotencia coroada. Urgia libertar o mais rapidamente possivel os centros locaes e provinciaes de vida politica da pressão intoleravel do poder da Corôa.

Por isso mesmo, quando estudamos aquella epocha, não nos é possivel evitar o reconhecimento de que o pensamento descentralizador apparecia impregnado de um certo sainete anti-monarchico. Havia mesmo um grupo que não podia comprehender bem esta expressão, tão grata a Nabuco, de «monarchia federativa». Para os deste grupo, «monarchia» e «federação» eram cousas que «hurlaient de se trouver ensemble». Desde o momento em que, pelos sup-

postos desmandos da Corôa, viam-se obrigados a evoluir para a federação, elles começaram desde logo — consciente ou subconscientemente — a desprehender-se insensivelmente da instituição monarchica. O motte de Ruy Barbosa — «Federação com ou sem a Corôa» — dá-nos, aliás, a mais bella prova de que o nosso liberalismo, compenetrando-se cada vez mais da consciencia da incompatibilidade entre a federação e a monarchia, e não querendo ou não podendo sacrificar o ideal da federação, já se estava preparando para descartar-se da velha instituição imperial.

Os republicanos — aliás, sob suggestões exogenas — haviam formado o binario: Federação — Republica. Para elles, esta grande medida, da maior urgencia, sem a qual, segundo elles, não haveria nem progresso, nem liberdade, nem mesmo unidade nacional, era irrealizavel dentro do regimen monarchico, julgado então sem a flexibilidade bastante para isto. Ouro Preto bem o comprehendeu e, na elaboração do seu programma ministerial, tentou dissociar este binario perigoso. No seu plano descentralizador, o pensamento do chefe do gabinete 7 de Junho era mostrar que, ao contrario do que affirmavam os republicanos, o velho regimen não era incompativel com essa medida reclamada pela chamada consciencia liberal:

«Os meios de conseguil-o — dizia elle no seu discurso de apresentação do gabinete, referindo-se á reacção contra o movimento republicano — não são os da violencia ou repressão; consistem simplesmente na demonstração pratica de que o actual systema de governo tem elasticidade bastante para admittir a consagração dos principios mais adeantados, satisfazendo todas as exigencias da voz publica esclarecida».

Como Ouro Preto, Nabuco tambem não acreditava nesta incompatibilidade, nem nesta immalleabilidade de regimen da Carta de 24. Com a sua concepção da monarchia federativa, elle considerava perfeitamente conciliaveis a instituição monarchica e a instituição federativa. Ouro Preto, menos pensador e mais estadista, era menos audaz, ficava em meio caminho, dentro do conceito de uma ampla descentralização; mas, repugnava a concepção federativa de Nabuco, como incompativel com a integridade do Imperio:

«O programma do partido a que estou ligado — affirmava elle — o que me compromettia a levar a effeito, não é a federação, mas a plena liberdade e autonomia dos municipios e provincias, sem enfraquecimento da união e integridade do Imperio.»

Nabuco, porêm, queria, não apenas essa descentralização, mas a federação ampla. Dahi o seu dissidio com Ouro Preto. Respondendo ao discurso deste por occasião da apresentação do gabinete 7 de Junho, Nabuco pôz em duvida que o programma de Ouro Preto fosse o programma da maioria liberal e deu a entender que, no tocante á idéa federativa, o velho partido imperial estava scindido: — «Se ha uma parte do Partido liberal que quer e outra que não quer a federação, então ha dois Partidos liberaes» — concluia elle.

Para Nabuco o ponto essencial da federação estava na electividade dos presidentes provinciaes — o que era contrario ao pensamento de Ouro Preto. Este queria a escolha do Imperador sobre a lista triplice, á maneira do que se fazia com a eleição dos senadores. Nabuco considerava esta suggestão de Ouro Preto «uma combinação hybrida» e a repellia como incompativel com a idéa federativa: — «A lista provincial para a escolha dos presidentes — dizia elle

— é uma combinação hybrida que transporta, de facto, a eleição das urnas provinciaes para as intrigas da Côrte.»

Esta concepção federativa de Nabuco não o levou apenas a dissentir de Ouro Preto; fel-o tambem separar-se de Ruy, seu grande companheiro de luctas e de partido. Ruy queria a federação, mas era indifferente á monarchia; Nabuco, ao contrario, idealizava a federação com a monarchia e temia aquella sem esta:

«A bandeira federal — confessava elle — passou das mãos do orador para as do sr. Ruy Barbosa. Pela attitude que julgou dever tomar depois de 13 de Maio, o orador perdeu a confiança dos elementos de opinião, que sempre o escutaram. Infelizmente, Ruy Barbosa, que está representando o papel de Evaristo, é no fundo republicano — e o orador é monarchista. Isto impede de acompanhar o seu illustre amigo na campanha que elle está dando pela federação com ou sem a monarchia.»

Os factos vieram a mostrar que quem tinha razão era o estadista Ouro Preto — e não o pensador Nabuco. Em these, realmente, não havia nenhuma incompatibilidade entre as duas instituições de direito publico; mas, no espirito dos politicos mais esclarecidos de ambos os partidos imperiaes, não podia deixar de haver uma certa consciencia de que esta incompatibilidade existia.

Na verdade, a grande obra da monarchia em nosso povo foi uma obra de unificação e legalidade — e na realização dessa unificação e legalidade ella teve que luctar justamente contra as forças, sempre rebeldes, do localismo e do provincialismo. Historicamente, havia, portanto, uma incompatibilidade entre as duas instituições — e o principio de uma só podia desenvolver-se com o detrimento ou o enfraquecimento do

principio da outra. Tornando-se federativa, como aspirava Nabuco, a monarchia renunciava a sua grande missão historica em nosso povo e, sem duvida, iria desmantelar com as proprias mãos a poderosa estructura da sua propria obra. Não seria temerario, aliás, dizer que, desde o momento em que o ideal federativo começou a entrar nas aspirações das nossas élites politicas, a instituição monarchica começou a ver desenvolver-se ao seu lado o mais prestigioso elemento do systema de forças, que haveriam de destruí-la.

XII

E' justo reconhecer, entretanto, que esse movimento descentralizador não teve unicamente estas causas de caracter interno e partidario. Como todos os movimentos politicos no Brasil, este movimento em favor das franquezas provinciaes teve, antes de tudo, uma origem exogena: foi tambem, como ideal da eleição directa, um reflexo das aspirações dominantes no meio internacional daquella epocha, uma daquellas muitas «ondulações começadas em Pariz», de que falla Nabuco.

Havia, em primeiro logar, a incomparavel força de suggestão exercida pelo exemplo da Confederação Argentina, aqui bem perto, paredes e meia comnosco, e, ainda mais, pelo exemplo da grande Confederação Americana, no outro extremo do Continente. Esta era mesmo uma sorte de polo magnetico, para onde se voltavam quasi que automaticamente todos os espiritos, quando acudia nelles a idéa da Federação. Quintino, no seu manifesto de 22 de Maio de 90, exaltava-se só ao pensar nella. Muito antes delle,

já Tavares Bastos — o theorista da descentralização no 2.º Imperio — assentava toda a sua concepção doutrinaria em bases puramente americanas.

Era, porêm, o mundo europeu que dava á generalidade dos espiritos as melhores suggestões do ideal descentralizador. Na epocha justamente que iniciavamos aqui, com os radicaes de 68 e os republicanos de 70, a nossa grande reacção liberal e com ella o nosso movimento pela descentralização, toda a Europa fallava de Federação ou se achava tomada da preoccupação das autonomias locaes. Os Estados da peninsula italiana, por exemplo, revelavam, a um tempo, aspirações republicanas e aspirações federaes. Para os liberaes italianos daquella epocha, «a federação era uma associação de Estados, como o Estado era uma associação de communas e a communa uma associação de familias». Este ideal federativo estava associado ao ideal republicano: Manzini, federalista, reagia contra a monarchia, «que não quer — dizia elle — não sabe, não póde dar á Italia nem a unidade, nem a independencia, nem a liberdade».

Esta aspiração descentralizadora e federativa tinha então na Europa uma irradiação comparavel á das aspirações socialistas ou bolchevistas dos nossos dias. E' assim que vemos Manzini entendendo-se, no sentido do estabelecimento do principio federal, com os revolucionarios da Bohemia, da Moravia e dos principados danubianos do seu tempo.

Este movimento federalista com tendencias republicanas, não agitava apenas as populações do Adriatico e do Danubio: tambem as da Hespanha se deixavam tomar do mesmo enthusiasmo descentralizador. Vestia-se elle ali do nome de «cantonalismo» e andava intimamente associado á idéa da democracia e da republica. Depois de alastrar de guerras civis a Hespanha, deu em 1868 com o throno

de Isabel II em terra e forçou o governo de Py y Margal a transigir. Margal, sob a pressão da opinião popular, instituiu uma «Republica Democratica Federal» e promulgou uma constituição neste sentido. O artigo 40 dessa Constituição dizia textualmente:

«Na organização hespanhola, tudo o que é individual é de pura competencia do individuo: tudo o que é municipal, do municipio; tudo o que é regional do Estado; e tudo o que é nacional, da Federação»

Na França, pela mesma epocha, os liberaes-radicaes, associados aos republicanos, movimentaram-se tambem em torno das aspirações descentralizadoras e do principio federal. Todos os republicanos, todos os radicaes, todos os socialistas batalhavam por estas idéas, cujo advento na França coincidiu com a quéda do 3.º Imperio. — «Depois de setenta annos de imperio, de monarchia, de reacção clerical, parlamentar, autoritaria e centralizadora — diziam os communistas victoriosos, no seu manifesto de 71 — a nossa patria principia vida nova e volve á tradição das antigas communas».

Como se vê, o pensamento liberal francez, de que o nosso era, aliás, um reflexo, era, ao mesmo tempo, uma reacção contra a centralização e uma reacção contra a monarchia — e o desapparecimento daquella importou, como aqui, no desapparecimento desta.

— «A communa é a base do Estado politico, como a familia é o embrião da sociedade — diziam ainda os revolucionarios. Deve ser autonoma, isto é, governar-se e administrar-se a si propria, segundo a sua indole particular, as suas tradições e necessidades; existir como pessoa moral, conservando no grupo politico, nacional e especial, a sua inteira liberdade, o seu caracter proprio, a sua com-

pleta soberania. Para assegurar o seu mais amplo desenvolvimento economico, a independencia e a segurança nacional e territorial, póde e deve associar-se, isto é, federar-se com todas as communas que constituem a nação».

Era, pois, fundamentalmente identica a linguagem dos liberaes italianos, dos liberaes hespanhoes, dos liberaes francezes — dos liberaes europeus em geral. Todos pareciam associar a idéa federal á idéa anti-monarchica.

De modo que o pensamento descentralizador, assim victorioso na Europa, nos chegava perigosamente carregado de espirito republicano. O manifesto de 70, aliás, reflectia bem esta feição da mentalidade européa e, alludindo justamente á França e á convulsão que a agitava sob o 3.º Imperio, dizia, justificando, ao mesmo tempo, a Federação e a Republica:

«O nosso Estado é em miniatura, o estado da França de Napoleão III. O desmantelamento daquelle paiz, que o mundo está presenceando com assombro, não tem outra causa explicativa».

XIII

Esta situação geral da nossa vida politica não era, portanto, das mais favoraveis nem ao prestigio das instituições, nem ao prestigio do proprio monarcha.

No principio, os politicos, dissimulando a sua irritação contra o monarcha, investiam contra o Poder Moderador, propondo os mais radicaes a sua abolição e os mais moderados apenas a responsabilidade dos ministros pelos actos desse Poder. Mais

tarde esses biocos da dissimulação cairam — e já agora era contra o monarcha que alvejavam os diatribes e as coleras da opposição:

> «Haverá ainda quem espere alguma cousa de d. Pedro II? perguntava em 1867 o *Diario de São Paulo*, orgão do partido conservador, em opposição. Para o monarcha brasileiro só ha uma virtude: o servilismo! Para os homens independentes e sinceros — o ostracismo; para os lacaios e os instrumentos da sua grande politica — os titulos e as condecorações!»

Por occasião da quéda de Zacharias, o orgão do Partido radical não articulou com menor vehemencia o seu libello. Dizia, com effeito, a *Opinião Liberal*, em 68:

> «É necessario denunciar ao paiz o governo pessoal do Imperador com a mesma coragem com que o faziam os conservadores, ha bem poucos dias. O Partido liberal, tendo caido tres vezes na esparrella de acceitar o governo e contando contra si tres reacções violentas, a de 1842, 1848 e 1868, deve comprehender que já não lhe é mais possivel dirigir os destinos deste paiz emquanto durar este Reinado.»

Onde, porêm, a irritação e o despeito apparecem adornados de todos os primores da eloquencia é na famosa invectiva de Ferreira Vianna, por occasião do projecto Dantas:

> «Nego os meios, não ao nobre presidente do Conselho, não ao Brasileiro que estivesse na direcção dos negocios publicos; nego os meios,

porque não tenho outro modo de protestar contra o Principe conspirador. Estou cançado de representar nesta comedia politica. É uma decoração tristissima, onde só ha espectros e uma unica realidade. Este poder omnipotente, e só, affligeme, irrita-me e quero por minha parte escapar de todas as tentações». E apostrophava: «Si fosse mais moço, talvez soubesse lavrar estes protestos com o proprio sangue, porque a liberdade vale bem este preço».

Era evidentemente excessivo; mas esta vehemencia de palavra num conservador dá bem a mostra da indignação que empolgava os proceres dos dous partidos, quando na opposição, ou quando despachados do governo. Nesse discurso, sente-se bem como os politicos comprehendiam o que havia de ficção e burla no recurso da dissolução e na consulta ao paiz:

«Quarenta annos de oppressões, de omnipotencia e de victorias incruentas do poder armado contra a opinião do paiz desorganizado; quarenta annos de desfallecimentos, de sujeições, de murmurações, de timidos protestos; quarenta annos de usurpações bem succedidas, de liberdade constitucional quasi supprimida, terão talvez animado o Poder a affrontar a opinião do paiz e a desferir sobre a Camara o golpe da dissolução. Sobre as ruinas do principio popular, o novo Cesar caricato ousa encorajar os que vacillam ou temem: *Quid times? Cesarem non vehis?*»

Vê-se então como este expediente constitucional, tão singelo e normal na Inglaterra, aqui se revestia de um caracter de tyrannia: era uma sorte de golpe

de Estado. Pelo menos, os politicos ameaçados o consideravam tal — e ninguem mais do que elles sabia porque.

XIV

Hoje, vendo esses factos com olhos imparciaes, reconhecemos que os motivos que inspiravam o Imperador eram os mais elevados; que na sua indole não havia o menor traço de autocracismo; que nenhum Principe desejava mais o perfeito governo da opinião, a instituição do regimen parlamentar na sua pureza:

> «Estimarei que haja uma eleição, que faça cair um Ministerio, para que da maioria saia novo — dizia elle, numa notula ao livro de Tito Franco. Sempre fallo no sentido da liberdade das eleições, e alguma cousa tenho conseguido. A boa nomeação de presidentes é o meu maior empenho, e os que eu souber que intervieram em eleições nunca serão mais presidentes, si minha opinião prevalecer. Não digo que não tenha errado; mas o fundamento principal da accusação ao Imperialismo provém do modo porque se fazem as eleições, para o qual tem concorrido a maior parte dos ministros das epochas eleitoraes.»

D. Pedro era um temperamento pouco absorvente, mas tinha uma consciencia muito clara dos seus deveres funccionaes de rei e de agente moderador. Dahi a sua attitude para com os ministros e a attitude dos ministros para com elle.

E' interessante estudar uma e outra através as notas escriptas pelo Imperador, do seu proprio punho, á margem do livro de Tito Franco — *Biographia do Conselheiro Furtado* — libello injusto contra o que o auctor chamava «Imperialismo», que não era outra cousa senão a acção de D. Pedro na vida politica e parlamentar do paiz.

Tito Franco era monodeista, uma sorte de obsedado, com a idéa fixa do «Imperialismo», isto é, do arbitrio, da tyrannia, da omnipotencia de D. Pedro. Em tudo, elle descobria traços, vestigios, provas dessa intervenção indebita do Imperador, da sua *libido regnandi*, da sua capciosidade, da sua hypocrisia, da sua duplicidade, da sua má-fé. Era como os nossos deputados opposicionistas, que responsabilizam os presidentes da Republica, de quem são adversarios, pela morte por atropelamento de um cão gozo na via publica, ou pelas epidemias de defluxo que periodicamente encatarram a população.

D. Pedro leu o libello parcialissimo de Tito Franco, ao que parece com bonhomia e fleugma — com essa serenidade d'alma que só têm os que estão seguros da justiça ou os que estão de posse da verdade: — «Apezar de todas as injustiças, que me são feitas, não me agastei com o autor deste pamphleto, e creio que se elle me ouvisse, mudaria muitas das suas idéas pelo menos».

Os pontos mais interessantes a respigar nas notulas de D. Pedro a este livro são os que se referem ás relações de D. Pedro com os seus ministros e ás attitudes destes para com o soberano. Ha ali — ora nas linhas; ora, principalmente, nas entrelinhas — muita revelação esclarecedora dos fios invisiveis com que se tecia a trama da nossa vida politica durante o 2.º Imperio.

Ha factos, que se referem ao partidarismo, ou

melhor, á politicagem dos ministros. Ha factos que se referem á desunião e á rivalidade dos ministros. Ha factos que se referem á sinceridade dos ministros e pouca lealdade delles para com o Imperador.

D. Pedro era um homem ameno e polido, de maneiras discretas e brandas, sem a vehemencia, os impulsos, os desabrimentos do pae; mas, sabia, sob o velludo das suas maneiras, mostrar deante dos seus auxiliares de governo firmeza, independencia, resolução. Não era um rei mollengão e, menos ainda, um rei preguiçoso: attento, meticuloso, exigente, cioso da exacção e da regularidade, os seus ministros agiam certos de que tinham sempre sobre elles, minuciosamente policial e inquiridor, aquelle olhar vigilante, a cuja visão panoptica, de acuidade quasi microscopica, não escapava nada. Ninguem desempenhou mais a sério a sua funcção constitucional: foi durante cincoenta annos o melhor empregado publico do Brasil, o paradigma da classe, flor, exemplo e espelho de todos elles. Dahi o costume que tinha de, nas reuniões ministeriaes, interrogar detalhadamente cada ministro sobre os papeis em despacho, «offerecendo duvidas, provocando discussões, ás vezes sobre objectos muito secundarios» — o que para Tito Franco (reproduzindo naturalmente o que os ministros, maguados, murmuravam cá fóra) «concorria para que os gabinetes nunca apresentassem unidade e completa homogeneidade de pensamento na augusta presença do monarcha».

Numa nota á margem, replicando a esta critica, D. Pedro escreveu: — «Pois eu não hei de dizer o que penso? Os ministros que não discutam commigo sinão até o ponto que quizerem, e se minhas reflexões versam sobre pontos muito secundarios, que importancia tem neste caso as divergencias entre ministros? Haja da parte dos minis-

tros a mesma sinceridade com que eu procedo, e nenhum mal provirá de taes discussões».

Ninguem lhe póde negar que elle tinha carradas de razão. Havia da parte dos ministros talvez uma certa timidez em contrariar o monarcha; mas, outras vezes, nestas recriminações o que se adivinha é o desapontamento de quem não conseguiu fazer passar, por debaixo da capa respeitavel do interesse publico, algum contrabandozinho partidario...

Os ministros, aliás, se mostravam extremamente susceptiveis deante do monarcha. Estas meticulosidades de D. Pedro como que os molestavam, parecendo indicar da parte do chefe do Executivo uma ponta de desconfiança na honestidade pessoal delles. Dahi contidas irritações, pequenos attritos, surdos resentimentos, que as conveniencias forçavam a dissimular, mas que se denunciavam cá fóra em murmurações azedas, ou em desabafos indiscretos.

D. Pedro era extremamente bem educado e talvez por isso não tivesse, nas manifestações do seu pensamento, essa franqueza núa das naturezas arrebatadas ou rusticas; procurava talvez dissimular, com a sua fina intuição da sensibilidade alheia, o que porventura havia de rude ou duro na sua discordancia ou na sua critica — o que talvez fizesse com que elle appellasse muito frequentemente para as expressões subentendidas, para as allusões discretas, para as meias palavras intencionaes — e estas se é certo que bastam aos bons entendedores, é tambem certo que os máos entendedores as desvirtuam. E' possivel então que isto concorresse para gerar no espirito dos ministros um certo equivoco sobre a realidade dos sentimentos de D. Pedro para com elles. Só assim se explicam estas estranhas palavras do visconde de Albuquerque, onde é transparente uma accusação de duplicidade de caracter:

«Sr. presidente, vou dizer uma cousa que é a minha opinião particular; não digo que ninguem me siga: se eu fosse ministro da Corôa iria perante ella humildemente depositar minha pasta; e por que? Porque um dos membros desta casa, que ninguem ignora o accesso que tem junto á Corôa, é o primeiro que vem aqui hostilizar os senhores ministros.»

Os ministros, por sua vez, nem sempre fallavam com franqueza aberta ao monarcha. Susceptibilizavam-se com facilidade e, resentidos, provocavam crises totaes ou parciaes do gabinete, abandonando as pastas sob pretextos que nem sempre eram verdadeiros: ao Imperador allegavam, por exemplo, um motivo e cá fóra diziam a realidade, o verdadeiro motivo — o que, por seu turno, tambem concorria para gerar no espirito do Imperador um certo equivoco em relação aos sentimentos dos ministros para com elle. Por isso, quando Tito Franco o accusou de ter sido o causador da dissolução do gabinete presidido por Euzebio, D. Pedro annotou, grvphando elle mesmo a palavra *verdadeiros:* — «Não fui eu a causa da dissolução do ministerio. O Euzebio devia dizer os motivos *verdadeiros*, e não allegar cansaço».

Nem sempre, porêm, os ministros sabiam mostrar esta linha de polidez e respeito para com o monarcha. Quando accusados de um acto máo, ou impolitico, alguns delles attribuiam-no, com intrepido desassombro, ao Imperador! — «Na pratica — é D. Pedro quem diz numa das suas notulas — tem havido ministros que lançam a responsabilidade até de actos seus sobre o monarcha».

D. Pedro dá a entender que os ministros não se vexavam mesmo de fazer declarações capciosas perante as Camaras — o que para elle era digno da maior censura: «Censurem, censurem os ministros no que

eu tambem sempre reprovei — como, por exemplo, as declarações capciosas perante as Camaras — e elles se irão emendando».

Os ministros, apezar de apparentemente unidos sob a chefia do presidente do Conselho, nem sempre viviam em harmonia. Frequentes desintelligencias surgiam entre elles, que motivavam saidas repentinas ou mesmo crises ministeriaes inesperadas. Estas desintelligencias só muito raramente se originavam de um motivo elevado de interesse publico; em regra, nasciam de interesses politicos contrariados. Exemplo: o ministro da Fazenda de um dos gabinetes Olinda demittira do cargo de inspector da Alfandega um cavalheiro que ousára criticar a politica financeira do mesmo ministro; mas um outro cavalheiro, tendo feito a mesma cousa, foi, ao contrario, designado, pelo presidente do Conselho, para presidente de Pernambuco. Era a desintelligencia entre dous ministros, entre os quaes um era o chefe do gabinete. E o ministerio, por este facto, dissolveu-se...

Nas notas a Franco, D. Pedro deixa entrever quanto estas desintelligencias o desgostavam, e o esforço que fazia para impedi-las ou acaba-las. Tito Franco, com a sua obsessão do «Imperialismo», attribuira, com effeito, estas desintelligencias a puras manobras capciosas de D. Pedro: «— Tal foi desde a Maioridade a politica constante do Imperialismo!» — exclama. E D. Pedro logo, em nota: «Tal tem sido muitas vezes o caracter dos ministros! Eu, em logar de desuni-los, trato de congraça-los».

O presidente do Conselho, interprete do pensamento do ministerio junto á Corôa, fazia o possivel para occultar as desintelligencias que trabalhavam a intimidade do gabinete — e esta habil camuflagem conseguia, ás vezes, desorientar a visão sagaz do

Imperador. Dahi esta nota sua a um passo de Tito Franco: — «O Olinda parece que desejava manter até á ultima a união ministerial. Isto prova que muitas vezes não sei até que ponto lavra a desunião entre os ministros, que eu não faço sinão por combater, quando elles entendem que não podem continuar unidos».

Certas vezes, os ministros, embora em fundas divergencias uns com os outros, deixavam-se ficar nos seus postos, pelo gosto do poder e do mando — o que trazia enormes embaraços ao perfeito funccionamento do apparelho administrativo. D. Pedro bem o sentia; mas, nunca quiz tomar a iniciativa de restabelecer a harmonia ministerial, impondo elle mesmo a demissão dos ministros desintelligentes; esperava sempre que elles, ministros, se resolvessem a este passo. — «Eu não hei de despedir os ministros que, apezar das divergencias, entendem que podem viver ligados».

O grande fóco dos conflictos entre D. Pedro e estes seus auxiliares de governo era, porêm, aquillo que podemos chamar a sua lucta de meio seculo contra a politicagem dos ministros. Dado o regimen centralizador, em que então viviamos, do Gabinete dependia, directa ou indirectamente, todos os actos politicos e administrativos, não apenas do centro, mas tambem das provincias e dos municipios. Era um poder formidavel. De posse delle, os ministros entravam logo a montar, com rapidez e perfeito desembaraço, a «machina» do seu partido — pelos mesmos processos usados actualmente pelos olygarchas estaduaes. Esta «machina» assim montada era absolutamente indesmontavel pelos meios normaes, isto é, pela força exclusiva da opinião eleitoral. Quem a desmontava, como já vimos era, em ultima analyse, o Imperador: bastava-lhe para isto incumbir de or-

ganizar o novo gabinete um procere do partido opposto. Viamos então este mesmo poder formidavel, que servira para montar a «machina» velha, servir agora para desmonta-la inteiramente e, em logar della, montar inteiramente a «machina» nova...

D. Pedro, que não tinha predilecção por este ou aquelle partido, procurava tanto quanto possivel corrigir estes processos, impedir a montagem destas «machinas»: a sua politica rotativa — que poderiamos chamar, na linguagem de Pareto, de «circulação dos partidos» — não tinha outro objectivo senão este, que era justo e equitativo. Ora, os ministros, homens de partido, não comprehendiam assim. Dahi os conflictos: a lenda do «poder pessoal» e do «Imperialismo» nasce dahi.

Nas notas a Tito Franco, D. Pedro nos deixa entrever varios aspectos dessa grande e nobre lucta contra o partidarismo dos ministros. Elle recalcitra o mais possivel em attender a proposta da dissolução do Parlamento. Os presidentes dos novos gabinetes eram soffregos em pedir esta medida, porque era o meio mais rapido de montarem a sua «machina». D. Pedro recusava e só em ultima analyse concedia: — «A Constituição não me dá sinão direito restricto de dissolver — e todos sabem o que succede quando ha eleições».

Eram realmente os ministros os que deturpavam as intenções do monarcha, os que faziam do acto da «consulta á nação» uma burla completa, exercendo sobre o partido contrario toda a sorte de perseguições, oppressões e illegalidades. D. Pedro bem o comprehendia; mas, dentro do seu papel de rei constitucional, não podia agir correctivamente, nestes casos, sinão de um modo discreto, com tacto e extrema habilidade. Os ministros, com effeito, pela praxe do regimen parlamentar, só se demittiam, ou

quando solicitassem a demissão, ou quando o Parlamento lhes retirava a confiança. Se a Camara estava de accôrdo com elles (e dahi o seu cuidado em fazerem camaras unanimes), ou se elles, por acto espontaneo, não solicitassem demissão, está claro que D. Pedro não podia despacha-los, mesmo quando sentisse que elles abusavam do poder que tinham transitoriamente em mão. Elle, D. Pedro, não poderia agir sobre os ministros como agiria sobre um creado infiel de sua casa particular...

Os pamphletarios do «Imperialismo», do typo de Tito Franco, não queriam considerar nada disto; dos abusos dos ministros carregavam toda a culpa á conta do Imperador. Este era, entretanto, o unico que não merecia a condemnação: ninguem luctava mais bravamente para conter os ministros dentro dos limites da legalidade, da imparcialidade e da justiça, com risco, ás vezes, de provocar crises ministeriaes.

E' typico o caso da demissão do Gabinete de 26 de Janeiro de 1843, presidido por Carneiro Leão. «Este Gabinete retirou-se — diz o proprio Tito Franco — por uma questão pessoal». Esta questão pessoal consistiu nisto: Carneiro Leão quiz demittir um chefe de repartição da Fazenda, que havia commettido o grande crime de pertencer ao partido contrario ao do Gabinete. D. Pedro recusou-se a attender Carneiro Leão nesta medida de parcialidade e vindicta. E Carneiro Leão, julgando-se desauctorado, abandonou o poder. Em uma das suas notulas a Franco, D. Pedro explicou o caso:

«— Entendi que a demissão era injusta e pelo *modo* (o grypho é delle) porque Carneiro Leão insistiu, entendi que se cedesse me reputariam fraco.»

Era assim D. Pedro. Ha traços quasi dramaticos nesta sua lucta de cincoenta annos contra o parti-

darismo, o nepotismo, o favoritismo, a politicagem dos ministros. Nem sempre conseguiu ser o vencedor nestas batalhas; mas, ninguem tinha mais viva a consciencia dos seus grandes deveres constitucionaes de rei e de força moderadora. Por isso, quando Tito Franco escreveu, com acrimonia, que as explicações que o visconde de Abaeté e Theophilo Ottoni dessem porventura ao Senado «fariam seguramente descobrir e pôr em relevo o Imperialismo», D. Pedro annotou, com orgulho e confiança: — «Fariam, ao contrario, desapparecer este fantasma».

XV

Como se vê, eram os ministros os verdadeiros culpados de todas as deturpações do regimen. Elles é que punham em pratica, quando no poder, aquella maxima que Garcia Calderon dá como fundamento da politica sul-americana — de que o supremo dever de um politico é o odio ao adversario. Mas a verdade é que aos olhos dos politicos — uns sinceramente, outros com visivel hypocrisia — era D. Pedro o auctor de todos esses desmandos, a causa de todas essas usurpações. Como hoje aos presidentes da Republica, então todas as violencias, abusos e illegalismos eram imputados ao Imperador. Pelas cem buzinas da imprensa, os politicos na opposição creavam e diffundiam essa concepção injusta e falsa — de que o mal estava no poder pessoal do Imperador, e que era elle afinal o factor da fallencia do regimen representativo parlamentar no Brasil:

> «Si pudesse agora repetir o que tenho ouvido, o que tenho lido dos que sobem e dos que

descem — dizia Ferreira Vianna, na sua famosa oração ha pouco referida —: si pudesse renovar hoje as scenas de todas as dissoluções havidas neste reinado, o que disseram os que cairam da graça e o que affirmavam os que subiram até á graça e ao throno; si pudesse cotejar as contradicções do uns e outros, palmares, grosseiras, tristes, teria feito a psychologia moral e politica do systema constitucional representativo do Brasil. Os que caem blasphemam; os que são agazalhados ou acariciados pelo senhor do Imperio victoriam-n'o. Vêde como eramos grandes nesta Camara antes de 1831 e depois de 1831; vêde o que é hoje a representação nacional, nivelada com o Conselho de Estado!»

E ultimava a sua blasphemia contra o «principe conspirador», appellando para a reacção de todos os partidos:

«Liberaes e conservadores, republicanos, homens de todas as seitas, reuni-vos em roda do estandarte da liberdade constitucional, é tempo de sacudir este jugo de uma omnipotencia usurpadora e illegal, que tem estragado as forças vivas da nação.»

Era, como se vê, a *desillusão do monarcha*. Ora, esta desillusão do monarcha acabou transferindo-se para o systema politico: tornando-se em *desillusão da monarchia*. Ninguem melhor exprimiu este estado d'alma dos politicos do que Rodrigo Silva, no seu discurso na sessão de 8 de Junho de 1885:

«Si, depois de mais do meio seculo de luctas, de esforços, de immensos sacrificios, chegamos

a este estado deploravel do systema que nos rege, com razão aquelles tres representantes da idéa nova (apontando para os tres deputados republicanos) podem perguntar-nos com um sorriso de escarneo nos labios: o que tendes obtido desta fórma de governo, que julgaveis ser neste paiz a unica garantia da ordem politica e tambem a unica garantia da estabilidade para todos os direitos e interesses sociaes? Termino dizendo, que o caso é de exclamar-se, como o eminente parlamentar do tempo de Carlos X: — Nada mais nos resta a fazer aqui. Vamos para as nossas janellas ver passar os funeraes da Monarchia!»

Era, como se está vendo, uma prophecia alarmante; mas, já indicava o estado de desintegração em que ia o sentimento de respeito e confiança nas instituições monarchicas, tão vivo e ardente em 1840, por occasião do grande movimento da Maioridade.

Um anno depois desse discurso de Rodrigo Silva, Affonso Celso Junior, então deputado republicano, accentuava esse desamor progressivo dos partidos, não só á pessoa real, mas ás proprias instituições:

«Qual dos partidos militantes — perguntava elle, em 1886 — é convencidamente monarchista? Nenhum. Quando está no poder qualquer delles, como a Monarchia e os seus interesses coincidem num ponto de intersecção, elle a defende. Mal deixa o poder aquelle partido, torna-se, sinão hostil, pelo menos indifferente, não só á fórma do governo, mas até á pessoa do monarcha.»

Um pouco antes, já um pequeno incidente denunciava este estado de desillusão, que começava

a formar-se nas elites politicas em relação ao systema e ao proprio Imperante. — Uma commissão numerosa fôra nomeada para levar ao Imperador autographos dos decretos votados — e desta commissão só compareceu um unico deputado, Rodrigues Junior. Ferreira Vianna accentuou logo que esse abandono parecia desprezo pelas instituições: — «Parece que assistimos aos primeiros funeraes das instituições do paiz».

Em 88, este estado de espirito já invadia o proprio Parlamento. Testemunhava-o ainda Affonso Celso Junior no seu discurso por esta epocha:

> «É significativo o aspecto da Camara — dizia elle então. Acolhe a noticia e a prova de que as instituições perigam, com benevolencia risonha. O nobre ministro do Imperio exhibe a maior tranquillidade.
>
> — *O sr. Andrade Figueira:* — É que ninguem acredita nessas prophecias de máo agouro.
>
> — *O sr. Affonso Celso:*— Na de Thiers, annunciando os desastres da guerra de 1870, tambem ninguem acreditava. O que está patente é que a Monarchia não dispõe nesta casa de defensores enthusiasticos e ardentes que se irritem e se inflammem, ao ouvir que todos os elementos conspiram contra a sua permanencia.»

Nabuco reconhecia egualmente neste mesmo anno que a instituição monarchica «começava a fraquejar e como que abdicava, entregando-se, vencida, á feição dos acontecimentos: a Monarchia, segundo elle, «estava na sua phase de completa tolerancia. Alguem talvez diria — na phase de dissolução, porque as instituições que não se defendem, abdicam».

XVI

Como se vê, o ideal de 1840 perfizera a sua evolução: depois de 50 annos, morria lentamente. Ottoni, como vimos, chamou a isto «o descredito das instituições». Seria mais justo dizer: a desillusão das instituições. Porque o que houve foi a desillusão de um bello sonho.

Não seria esta, aliás, a nossa primeira e unica desillusão. Mais tarde, prepararíamos os elementos de uma outra maior ainda, quando em 89 idealisámos para nosso povo as bemaventuranças do millenium republicano.

SEGUNDA PARTE

O movimento abolicionista e a Monarchia

SUMMARIO

I. Genese do ideal abolicionista. Phases da sua evolução. O papel de Nabuco. — II. Expansão do ideal abolicionista. Sua popularidade. Factos que concorreram para isto. — III. Reacção contra a idéa abolicionista. O papel dos Republicanos. — IV. O papel da dynastia. Acção do Imperador. Acção da Casa real. — V. Effeitos da abolição. O despeito da classe territorial. O golpe da Abolição e os interesses do paiz. Medidas de reparação: o programma Ouro Preto. O movimento da reacção contra a Monarchia. Expansão do ideal republicano.

I

O fracasso da eleição directa accentuou talvez a descrença nas instituições monarchicas; mas a abolição do regimen servil accentuou o sentimento da irritação contra ellas. Mais do que as correntes literarias e philosophicas, que circulavam por aquello tempo, foi a lei da Abolição talvez o factor mais efficiente na generalização da idéa republicana.

Como o systema parlamentar, como a eleição directa, como a Federação, como a Republica, o pensamento abolicionista teve tambem uma origem exogena. O manifesto liberal de 1869, ao agitar a idéa da abolição, recordava o exemplo dos povos cultos e considerava a abolição «uma exigencia imperiosa e urgente da civilização, desde que todos os Estados aboliram a escravidão e o Brasil é o unico paiz christão que a mantem, sendo que em Hespanha esta questão é uma questão de dias».

Em boa verdade, não havia nenhuma razão *interna*, que nos levasse imperiosamente á abolição: salvante excepções inevitaveis, em regra os escravos viviam dentro dos latifundios formando aquella «tribu patriarchal isolada do mundo», do que fallava Nabuco. E o estado de degradação em que cairam depois da abolição, e em que actualmente vivem, mostra que o regimen da escravidão não era tão barbaro

e deshumano, como fizera crer o romantismo philanthropico dos abolicionistas.

O que deu tamanha intensidade ao ideal abolicionista e concorreu para que elle attingisse o climax de exaltação que attingiu, foi a pressão do exemplo extrangeiro, actuando sobre uma raça imaginativa, extremamente susceptivel ao idealismo e ricamente dotada para o enthusiasmo.

Este ideal teve, ao demais, como veremos, um ambiente de dramaticidade vibrante, o mais proprio para fazer palpitar e commover um povo tão exuberantemente sensivel e imaginativo, como é o nosso. Por isso mesmo, de todos os grandes ideaes, que agitaram o nosso povo durante o 2.º Imperio, nenhum foi mais diffuso, mais geral, mais popular do que este. Tudo o que havia de mais delicado e fino na nossa emotividade contribuiu para elle, como contribuiu para elle tudo quanto havia de mais elevado e brilhante na nossa intelligencia e na nossa cultura. Por elle batalharam os nossos maiores oradores, os nossos maiores jornalistas, os nossos maiores poetas, as nossas maiores consciencias. Por elle os nossos Ruys, os nossos Nabucos, os nossos Patrocinios, os nossos Castro Alves, o enthusiasmo da nossa mocidade e a sensibilidade das nossas mulheres. Todas essas grandes forças espirituaes se uniram, se arregimentaram, se mobilizaram numa solidariedade impressionante, para a offensiva irresistivel contra a velha instituição servil.

É claro que esse movimento não foi um movimento da collectividade toda: delle estava ausente a classe rica dos campos, a nossa velha aristocracia rural, contra cujos interesses se operava o movimento. No seu inicio, a idéa abolicionista foi uma idéa gerada nos centros universitarios, germinada e crescida no calido ambiente das Academias. Dahi é que safam

para o jornalismo, para o Parlamento, para os comicios, os apostolos, os cavalleiros andantes da Abolição.

Como já dissemos, estes evangelizadores eram impellidos, menos pelas suggestões do nosso meio, do que pelas suggestões dos exemplos extranhos; — e o manifesto dos abolicionistas francezes a favor dos escravos brasileiros, dirigido ao Imperador, teve aqui uma enorme repercussão. E maior ainda do que esta foi a repercussão da guerra da secessão nos Estados Unidos. O ponto que elles feriam, por isso, era — como se vê, aliás, do manifesto de 1869 — a singularidade da nossa situação deante do mundo, deante do resto da Christandade, lavada, limpa, purificada por inteiro da macula peccaminosa do escravismo.

O pensamento anti-escravista veio trabalhando a nossa consciencia liberal desde os primeiros dias da Independencia, e a muitos espiritos parecia que a independencia da nacionalidade se devia acompanhar, para ser completa e tambem para ser logica, da independencia do homem negro. Os poderosos interesses, que se lhe oppunham, obrigaram, porêm, a idéa abolicionista a uma marcha lenta, moderada, tardigrada mesmo durante todo o curso do Imperio, — o que não impediu que ella adquirisse por fim, e como que de subito, uma acceleração vertiginosa e delirante, que haveria de arrastar comsigo, não só os seus oppositores mais ferrenhos, como os proprios fundamentos da Monarchia.

Este pensamento anti-escravista só na sua ultima phase é que se revestiu de uma feição violenta e francamente abolicionista; nas suas phases anteriores teve sempre, ao contrario, um sentido moderado, de feição meramente emancipadora.

Ha tres phases notaveis, com effeito, na evolução

deste grande pensamento (1). Uma phase, a primeira, começa em 1865 com a suggestão do Imperador a Olinda ou a São Vicente, e culmina em 1871 com a lei Rio Branco, que estabeleceu a liberdade dos nascituros. Esta lei era uma lei emancipadora, de caracter moderado. Com ella, pela simples acção do tempo, ter-se-ia extinguido a escravidão no paiz. Dantas disse bem, quando disse: «A escravidão é uma causa perdida, ferida de morte desde 1871, e o Governo apenas trata de dar-lhe morte lenta».

Esta lei, justamente pela lentidão do seu mechanismo emancipador, não satisfazia, porêm, as impaciencias dos espiritos romanticos, saturados da aura do humanitarismo, que impregnava o ambiente do tempo.

Uma segunda phase se abriu então para o pensamento abolicionista, depois de um interregno de sete annos de despreoccupação e silencio — e esta nova phase veio já com uma feição radical: a idéa dominante della já não é mais a emancipação gradual, mas a abolição completa do elemento servil. Esta phase termina com o fracasso da acção de Dantas em 1885, tendo começado em 1878 com a apparição meteorica de Nabuco no scenario parlamentar. Nabuco trazia idéas radicaes, e foi sob o fascinio da sua personalidade e da sua eloquencia que o pensamento emancipador, ainda subsistente no projecto Dantas, fez-se impetuosamente pensamento abolicionista.

Dantas não commungava inteiramente no radicalismo de Nabuco: Dantas era emancipador. O seu projecto completava a lei Rio Branco. Esta libertara os nascituros; aquella póde-se dizer que procurava

(1) Cf. Ozorio Duque Estrada — *Historia da Abolição;* Viveiros de Castro — cap. VIII das *Contribuições para a biographia de D. Pedro II.* E tambem, nas mesmas *Contribuições:* Agenor de Roure — cap. IX, § III.

libertar os morituros, arrancando das cadeias da escravidão os escravos maiores de sessenta annos. Libertando os sexagenarios, trazia um elemento novo de acceleração á marcha da lei Rio Branco — e precipitava o momento da abolição.

Esta se estava, aliás, fazendo gradualmente desde 1875 pelo fundo de emancipação, cuja ampliação era justamente um dos pontos do projecto Dantas. Em 1880 já se haviam libertado por esse meio cêrca de 4.584 escravos. Sob a triplice acção da liberdade dos nascituros, da libertação dos sexagenarios e da libertação pelo fundo de emancipação, o elemento servil estaria extincto em pouco, sem grave desequilibrio na normalidade da nossa vida economica.

Nabuco, porêm, mago maravilhoso da grande idéa, havia operado a poderosa catalyse sobre os espiritos: transmudara, como já dissemos, o pensamento emancipador em pensamento abolicionista. Radicalizára a solução do problema e postára-se deante dos interesses colligados do Escravismo como o Anjo Vingador dos *damnati ad metalla* dos latifundios. Entrára pelo Inferno das senzalas a dentro, radiante de idealidade e brandindo uma espada de diamante: queria libertar Sisypho da sua pedra e Ixion da sua roda. O fascinante talento oratorio, a imaginação poderosa, a fina sensibilidade artistica, o typo apollineo, o enthusiasmo, a irradiação pessoal, o prestigio da elegancia, das viagens, da cultura, o gosto da popularidade, apesar das origens aristocraticas, tudo qualificára-o magnificamente para essa missão libertadora.

Em torno delle começára a gravitar uma pleiade de espiritos rutilantes. Ruy fizera flammejar sobre a grande causa as radiações da sua palavra e do seu genio. Patrocinio, esse todo elle ardia numa chamma unica e, como um prodigioso Baptista negro, percorria o Norte e a sua aridez, arrastando multidões

deslumbradas, como que transfiguradas deante de uma nova revelação.

Estavamos então na terceira phase: a phase da abolição immediata. Os temperilhos da politica da emancipação gradual haviam sido refugados: os espiritos se tornaram radicaes — e o seu radicalismo era como que uma represalia á derrota de Dantas em 1885:

«O Abolicionismo recebeu a derrota do Ministerio Dantas como um desafio da reacção conservadora. O que até alli elle acceitaria como uma concessão satisfactoria passou desde logo a ser considerado uma migalha desprezivel, e a ancia da victoria definitiva, a abolição immediata, começou a dominar os espiritos» (1).

II

Desde esse momento a idéa abolicionista, attingindo o seu maximo de expansão, tem todos os caracteristicos da incoercibilidade, da irresistibilidade, da fatalidade. Precipita-se com a rapidez da massa d'agua de uma repreza desencadeada de uma montanha: desce aos cachões, em tumulto, rugindo. Nada a detem. Nada lhe resiste. Nada lhe modera o caminhar impetuoso. Deante desse escachôar da vertigem que se despenha, a formula prudente de Dantas em 84: «não parar, não retroceder, não precipitar» é tão vã como uma ordem de resistir, vibrando no meio de um exercito tomado do panico da debandada.

Deixára a Abolição de ser uma questão de par-

(1) Tobias Monteiro — *Op. cit.*, pag. 163.

tido para ser uma questão nacional. Saraiva bem o comprehendeu; fez por isso da questão abolicionista uma questão aberta. Nabuco exprimiu, com summa eloquencia, este caracter nacional da questão, quando, ao receber o Gabinete João Alfredo, pôz acima das divisões partidarias o destino da grande causa:

«Não, senhor presidente, não é este o momento de se fazer ouvir a voz dos partidos. Nós nos achamos á beira da catadupa dos destinos nacionaes e, junto della, é tão impossivel ouvir a voz dos partidos, como seria impossivel perceber o zumbido dos insectos atordoados que atravessam as quédas do Niagara.»

Nenhuma idéa teve, com effeito, maior popularidade no paiz, a não ser talvez a idéa da Independencia. Em 1885, ainda era possivel que tivesse razão Andrade Figueira, quando dizia que Dantas só tinha e applauso dos que não tinham o que perder. Dos fins de 1887 aos principios de 1888, a situação era, porêm, muito outra, e muitos dos que tinham o que perder formavam francamente, ao lado de Nabuco, nas fileiras do Abolicionismo.

Uma serie de factos impressionantes concorrera para dar á idéa da abolição immediata uma poderosa força coercitiva sobre os espiritos.

O Clero se puzera ao seu lado, e a predicava nos seus pulpitos, e a defendia nas suas pastoraes. Os grandes centros de cultura a evangelizavam e a impunhatn. Uma escola philosopnica, imbuida do mais intenso philanthropismo, mostrára o absurdo da escravidão do homem pelo homem — e a sua acção se exercia precisamente sobre os elementos da força armada, que havia assegurado até então com a sua espada os direitos dos senhores de escravos. Levados pelo idealismo ambiente e pelos principios do seu humanitarismo, esses elementos dirigentes do

Exercito acabaram confessando a sua repugnancia pela nova missão, que lhes davam, de caçadores de negros fugidos. O manifesto que o Club Militar dirigiu á Princeza Regente é um documento de commovente eloquencia. Considerando que partia de soldados, homens de alma naturalmente endurecida pelo cilicio das casernas, bem mostra, no tom quasi plangente da sua supplica, como a onda de ternura pelo escravo havia alagado, avassallado a consciencia do paiz:

«Senhora — Os officiaes, membros do Club Militar, pedem a V. A. Imperial venia para dirigir ao Governo Imperial um pedido, que é antes uma supplica. Elles todos, que são e serão os amigos mais dedicados e os mais dedicados servidores de S. M. o Imperador e da sua dynastia, os mais sinceros defensores das instituições que nos regem, elles que jamais negaram, em vosso bem, os mais dedicados sacrificios, esperam que o Governo Imperial não consinta que, nos destacamentos do Exercito que seguem para o interior, com o fim, sem duvida, de manter a ordem, tranquillizar a população e garantir a inviolabilidade das familias, os soldados sejam encarregados da captura dos pobres negros que fogem á escravidão, ou porque vivam cançados de soffrer-lhe os horrores, ou porque um raio de luz da liberdade lhes tenha aquecido o coração e illuminado a alma. Por isso, os membros do Club Militar, em nome dos mais santos principios da humanidade, em nome da solidariedade humana, em nome da civilização, em nome da caridade christã, em nome das dôres de S. M. o Imperador, vosso augusto pae, cujos sentimentos julgam interpretar, e do futuro do vosso filho, esperam que o Governo Imperial não consinta que os officiaes e praças do Exercito sejam desviados da sua nobre missão.»

Os interesses do escravismo perdiam assim o

apoio da sua grande força asseguradora. Os abolicionistas, com os seus oradores e publicistas, o tinham desarmado moralmente; o Parlamento, com as suas leis emancipadoras e com a abolição da pena de açoite, o tinha desarmado juridicamente; agora era o Exercito, com a sua recusa, que acabava de o desarmar materialmente. Cotegipe, já nas vesperas da Lei Aurea, bem o disse nessa confissão expressiva: — «A extincção da escravidão não é mais do que o reconhecimento de um facto já existente».

Os proprios senhores ruraes mais intelligentes haviam comprehendido esta nova situação e a sua gravidade. Os senhores do Norte libertaram os seus proprios escravos, imitando os do Ceará. Os do Sul, a principio, resistiram á acção desse exemplo perigoso. Era natural essa attitude, porque si, pela decadencia da industria de assucar, sobravam os escravos nos latifundios do Norte, nos do Sul, ao contrario, o desenvolvimento da lavoura do café resentia-se da escassez delles — tanto que os iam buscar ao Norte.

O poder coercitivo da idéa abolicionista tornára-se, porêm, muito forte. Ninguem mais ousára confessar, de face erguida, que era partidario da escravidão. Ninguem mais com a coragem de affirmar com aquelle bom humor sorridente de Martinho de Campos: — que era «escravocrata da gemma». Os proprios partidarios da reacção escravista haviam, afinal, cedido, considerando-se vencidos cruzando os braços: tudo para elles se reduzia apenas a uma questão de fórma, de *modus faciendi*. Comprehendendo o inutil da reacção contra a aspiração abolicionista, elles se haviam restringido a bater-se apenas pelo ponto da indemnização — no que eram perfeitamente razoaveis. Não foram, porêm, ouvidos: não o permittia o clamor abolicionista.

Este era muito grande e afogára tudo sob um

rumor immenso de clarinadas sonoras como hallalis de guerra. É impossivel realmente descrever a trepidação, o enthusiasmo, a vibração desse ambiente electrizado, dentro do qual se elaborou a lei de 13 de Maio de 1888. Os proprios fazendeiros paulistas, até então recalcitrantes, não puderam resistir ao ambiente, tambem cederam, tambem acabaram entrando na grande corrente: e alforriaram em massa os seus escravos! Era um desses movimentos, que, á primeira vista, dir-se-ia um verdadeiro suicidio, lembrando de certo modo o gesto heroico daquelles guerreiros antigos, que se atiravam sobre as espadas para não sobreviverem á vergonha da derrota.

Havia, nesta attitude de ultima hora, dos maiores interessados do escravismo, muito romantismo, muito sentimentalismo, muito idealismo, muita «psychose epidemica», para falar como Sighele e talvez mesmo muita philanthropia; mas havia tambem muito de senso pratico, de espirito objectivo, de frio julgamento de uma situação. Os paulistas sempre primaram pelo espirito pratico; desde ha muito, desde a iniciativa de Vergueiro, elles já haviam experimentado com exito as excellencias do trabalho livre, por meio do colono extrangeiro. Descartando-se do braço do escravo, elles como que tiveram presentimento ou a intuição do futuro paulista sob um novo regimen de trabalho. Jogaram temerariamente sobre o porvir e, mais uma vez, confirmou-se o velho proloquio de que a fortuna está sempre ao lado dos audazes.

Ha outro facto que explica tambem a iniciativa paulista, cuja influencia acceleradora na marcha da idéa abolicionista foi enorme, como era de prever-se. Deante da recusa do Exercito em prender negros fugidos, a anarchia se estabeleceu nas fazendas. Os escravos se levantaram; passaram a desconhecer a auctoridade dos senhores. Desertavam das senzalas;

partiam em massa; cêrca de 10.000 desceram as encostas do Cubatão para o asylo de Santos. Outros faziam-se conspiradores em conjurações perigosas. Outros, rebellando-se, assassinavam os senhores. Correra mesmo, certa vez, um boato temeroso, que enchera de pavor todo mundo rural: os escravos conspiravam uma sorte de Saint-Barthélemy senzaleiro, em que desappareceria, numa só hecatombe, toda a classe senhorial.

Esta, desauctorada, ameaçada, despida de força moral e de força material, sentia lucidamente que era impossivel resistir ao delirio do momento — e resignou-se á fatalidade do golpe.

Quando Rodrigo Silva, ministro da Agricultura do Gabinete João Alfredo, fino e distincto no córte elegante da sua casaca de ministro, subiu ao estrado da mesa da Camara dos Deputados e, tremulo de emoção, leu o projecto da lei declarando extincta a escravidão no Brasil, os espiritos mais intelligentes — como por exemplo, Cotegipe — deviam ter sentido que elle chegára tarde de mais para administrar os santos oleos á velha instituição moribunda.

Esta havia expirado um pouco antes, em odôr de peccado, sem ter recebido os sacramentos.

III

O pensamento emancipador e abolicionista não se propagou, nem venceu, sem tropeços, nem opposições. Elle ia ferir interesses poderosissimos, para que fizesse o percurso através o nosso campo politico em tranquillidade, e immune. Teve, ao contrario, uma rude opposição da nossa grande aristocracia rural

— a classe mais rica do paiz, senhora, póde-se dizer da melhor parte da fortuna privada nacional e, o que é mais, a detentora de todo o prestigio eleitoral da epocha.

Esta sua ultima condição é que tornava delicada e difficil a situação dos tres partidos do Imperio — o conservador, o liberal e o republicano, no tocante ao movimento iniciado pelo idealismo dos abolicionistas — idealismo que era, a acreditar em Andrade Figueira, o idealismo dos que não tinham o que perder.

O que é facto é que os grandes chefes partidarios evitavam, a principio, systematicamente, já não diremos propugnar a Abolição, mas siquer alludir incidentemente a ella. Todos afinal tinham interesse no caso — e a Abolição ia ferir esse interesse. Elles não só eram proprietarios de escravos e, ás vezes, grandes proprietarios, como assentavam todo o seu prestigio politico no apoio dos grandes proprietarios de escravos. Revelar sympathia pela Abolição seria alienar de si, immediata e irremediavelmente, todo esse apoio inestimavel da classe mais poderosa do paiz. Os politicos sentiam isto — e dahi o seu terror em agitar a questão servil. Os proprios chefes liberaes recusaram-se a isto. Quando em 67, na Falla do throno, o Imperador alludiu ao elemento servil, de modo a serem attendidos «os altos interesses que se ligam á emancipação», a idéa foi considerada «uma temeridade: os conservadores julgaram-n'a uma loucura, e houve liberaes que abandonaram a sorte do Gabinete, reputando-o uma ameaça á paz e á riqueza publica» (1).

Os proprios republicanos, pelo menos os republicanos paulistas, tergiversaram — e foram perfeitamente deliciosos nas suas tergiversações. O Mani-

(1) Tobias Monteiro — *Op. cit.*, pag. 14.

festo paulista de 72 é um mimo, uma joia de coherencia e de coragem de principios:

> «Não podem os nossos adversarios — diziam os republicanos paulistas, a quem inimigos pouco escrupulosos andavam accusando de um amor muito ardente pelas idéas abolicionistas — não podem os nossos adversarios fazer de boa fé accusações ao Partido Republicano, responsabilizando-o por actos precipitados e intenções perigosas em relação ao estado servil. O Partido Republicano, cujas tendencias não são auctoritarias, está bem longe de executar reformas que não sejam inspiradas pela propria Nação. Assim, pois, segundo a sua propria organização, elle não applaude medidas que saem das raias da propria moderação, filha do confronto dos principios economicos com as circumstancias do paiz. Sendo certo que o Partido Republicano não póde ser indifferente a uma questão altamente social, cuja solução affecta todos os interesses, é mistér, entretanto, ponderar que elle não tem, nem terá, a responsabilidade de tal solução, pois que antes de ser Governo, estará ella definida por um dos partidos monarchicos».

Diziam assim os republicanos de S. Paulo, definindo, ou pretendendo definir, a sua situação de democratas e liberaes perante a grande questão da Abolição. No genero lusco-fusco, no genero «quero, não quero», no genero encruzilhada, é o que ha de mais obra prima. Eis aqui um documento que devia resplandecer, em moldura de ouro, nas paredes do Museu de Itú.

IV

O unico que, neste ponto, não tergiversou nunca, o unico que, com tacto, habilidade, delicada insistencia, representou sempre o papel de «animador» do movimento — foi o Imperador. Elle é que suggeriu, em 1870, a Itaborahy uma referencia na Falla do throno ao problema servil — e Itaborahy recalcitrou, temeroso:

«Acabada apenas a guerra, que exige ainda grandes sacrificios — respondia elle — não parece prudente agitar o espirito publico com uma questão cercada de maiores perigos do que a lucta com o Paraguay».

Foi ainda o Imperador quem incitou S. Vicente a elaborar um projecto emancipacionista — e foi por isso que S. Vicente elaborou um projecto emancipacionista. Elle tornou a insistir junto a Zacharias para uma referencia á questão servil, ainda por occasião da Falla do throno — e foi sob esta suggestão que Zacharias insinuou timidamente a necessidade de qualquer providencia sobre o caso.

Sente-se que ninguem mais do que elle estava empenhado em expungir do seio da nacionalidade a macula escravista. Elle deu á idéa abolicionista, por assim dizer, o elemento dynamico da sua propulsão — porque lhe deu o prestigio da sua auctoridade e o calor da sua sympathia. Póde-se dizer que lhe deu mais do que isto — porque lhe sacrificou, como veremos, o futuro da sua propria dynastia.

> «E' certo — diz Nabuco — que a acção pessoal do Imperador se exerceu principalmente desde 1845 até 1850, no sentido da suppressão do

trafico, e desde 1866 até 1871, em favor da emancipação dos filhos nascidos de mães escravas. Foi essa influencia que produziu a lei Euzebio de Queiroz, de 1850, e a lei Rio Branco, de 1871. Este facto, si o soberano quizesse escrever as suas memorias e narrar a historia dos seus diversos Ministerios, poderia prova-lo por um grande numero de documentos. A parte que cabe ao Imperador em tudo que se executou pela causa da libertação é muito grande, é essencial» (1).

Relanceando, com effeito, o passado, revendo o grande cyclo climaterico, dentro do qual evolveu o ideal abolicionista, o que vemos — no meio dos subitos, dos vivos, dos rutilantes clarões de meteoro despedidos pelo deflagrar do verbo em incandescencia dos Nabucos, dos *Patrocinios* e dos Ruys — é D. Pedro, collocado bem no centro da grande tempestade, radiante, e magnifico como um Deus olympico.

Tanto quanto impunha a discreção do seu cargo, elle foi realmente o grande irradiador de força na acceleração da marcha do ideal abolicionista. Contra elle é que convergiram, por isso mesmo, as investidas mais ardentes dos escravocratas, no Parlamento e fóra delle. Para se ter uma idéa approximada da vehemencia da indignação contra D. Pedro, basta recordar a sessão memoravel, em que Dantas apresentou o seu projecto emancipador. Nella Ferreira Vianna, num surto admiravel de eloquencia, desferiu contra D. Pedro todos os raios da sua cholera e todas as fulminações do seu sarcasmo. O pensamento tão claramente manifesto de D. Pedro sobre a Abolição, o seu famoso «pacto» com Dantas, o seu claro applauso ás attitudes parlamentares deste, faziam-n'o, aos olhos

(1) Joaquim Nabuco — *O Abolicionismo*, Rio, 1883.

do terrivel tribuno conservador, um verdadeiro conspirador contra o regimen — e dahi o sensacional apodo que lhe atirou, com emoção de toda a Camara, de «principe conspirador».

O Imperador, aliás, neste assumpto, não tinha opiniões radicaes; era partidario de uma politica moderada; sentia-se que o seu pensamento era attingir a extincção da escravidão através da fórmula da emancipação gradual. Quando elle impelliu Dantas para a agitação do problema, indice seguro desta sua feição moderada, foi a sua phrase: — «Pois bem, senhor Dantas, mas quando o senhor quizer correr, eu o puxo pela aba da casaca». Feita a Abolição, já sob a regencia de d. Isabel, d. Pedro, ao chegar da Europa, teve esta phrase expressiva: — «Si estivesse aqui, talvez não se fizesse o que se fez» — o que parece mostrar que o radicalismo da lei de 13 de Maio teria sido muito attenuado, si elle tivesse presidido á ultima phase da elaboração legislativa da sua grande idéa. Provavelmente, ter-se-ia dado aos proprietarios uma justa indemnização — tal como estava no pensamento de Paulino e da «junta do couce».

Mitigado ou não pela indemnização o golpe desferido, o que é certo é que os senhores de escravos não podiam perdoar nunca, nem a D. Pedro, nem á sua dynastia, a participação muito directa que tiveram no movimento anti-escravista e na fórmula parlamentar do seu desfecho.

De D. Pedro, como já vimos, a connivencia com os abolicionistas era um facto indiscutivel. Os proprios principes tiveram tambem, naturalmente por suggestão do avô, a sua parte na intensificação do movimento; tambem elles libertaram espontaneamente os seus escravos — e este pequeno facto, pelas suas origens, trouxe um poderoso estimulo á acção dos abolicionistas.

D. Isabel deu, por sua vez, á grande campanha o irresistivel que podia ter uma alta e delicada sensibilidade feminina, revestida dos esplendores magestaticos, posta ao serviço de uma causa nobre. Foi realmente inestimavel a sua contribuição para a victoria. Sentia-se que ella fizera daquella victoria do liberalismo a sua mais pura gloria. Na rapida passagem do projecto, na sua approvação tumultuaria, feita por assim dizer por acclamação, via-se antes de tudo o desejo de attender á sua impaciencia generosa. Descera ella de Petropolis, onde estava, e fôra aguardar no Paço a discussão final, que se fazia a toda pressa, da lei, para poder sanccional-a no mesmo dia da sua approvação.

Deante desse interesse tão insistente, Paulino, que chefiava a opposição e podia embaraçar a passagem do projecto, não quiz faze-lo mais; desistiu com fina elegancia, em expressões que são um modelo de polidez, atticismo e ironia, declarando que, tendo cumprido o seu dever de cidadão, ia agora cumprir o seu dever de cavalheiro, «não fazendo esperar uma dama de tão alta gerarchia»:

«E' sabido, Sr. Presidente, e os jornaes todos que li esta manhã annunciam que Sua Alteza a Serenissima Princeza Imperial Regente desceu hoje de Petropolis e está a 1 hora no Paço da Cidade, á espera da deputação desta casa para sanccionar e mandar promulgar já a medida ainda ha pouco por V. Ex. sujeita á deliberação do Senado. Cumpri, como as circumstancias permittiram, o meu dever de senador; passo a cumprir o de cavalheiro, não fazendo esperar uma dama de tão alta gerarchia».

Disse e abandonou a tribuna.

V

Esta cumplicidade tão ostensiva da dynastia com os abolicionistas compromettera de uma maneira irremediavel, aos olhos da grande classe agricola, os destinos da Monarchia:

«A classe mais poderosa e aristocratica do Imperio, a Lavoura, á qual por indole incumbia sustentar as instituições imperiaes, aggredira descommunalmente o Imperador e a exorbitancia dos seus poderes, porque o presumia impulsor do movimento abolicionista» (1).

Na ultima phase da Abolição, já a princeza Isabel sentira esta impopularidade, em que ia caindo a Casa reinante perante os agricultores — e dissera a João Alfredo: — «Veja si ha meio de contentar os fazendeiros. Elles queixam-se tanto...»

Nada, entretanto, se fez por elles na grande Lei. O delirio anti-escravista, a exaltação sentimental em que se achavam os espiritos, não permittia que nada se fizesse: a propria indemnização, que era um acto de mera justiça, apparecia aos olhos destes idealistas como uma suggestão baixa, vil, mesmo indecorosa, deante da qual a Consciencia Liberal, tomada de pudicicia, toda se avermelhava de rubores castos. O decreto abolicionista veio, por isso, synthetico, fulminante, em dous artigos apenas:

«Art. 1.º: — E' declarada extincta a escravidão no Brasil.

Art. 2.º: — Revogam-se as disposições em contrario».

(1) Affonso Celso — *Oito Annos de Parlamento*, Rio, 1901, pag. 254.

Nada mais. E foi a derrocada. Ferida nos seus interesses mais essenciaes e inteiramente abalada nos seus fundamentos economicos, a classe fazendeira desamparou a Monarchia. Uma parte bandeou-se mesmo para o novo credo, julgando encontrar nelle a reparação da sua desdita.

Desde esse momento o pensamento republicano, que se vinha desenvolvendo com lentidão, e sem nenhuma vibração, adquiriu celeridade, expandiu-se rapidamente. O ambiente de enthusiasmo, que, como vimos, se condensára em torno da idéa abolicionista, parecia, realizada esta, reconstituir-se em torno da idéa republicana — e, comprehendendo isto, os republicanos tomaram alento, incentivaram a sua campanha. Tanto que, na sessão de Julho de 1888, o deputado Cesario Alvim, deante da expansão crescente da idéa republicana, chegára a interpellar o presidente do Conselho:

«Attribuindo o governo, como parecia, a despeitos e interesses feridos, o movimento republicano das provincias de Minas Geraes, São Paulo e Rio Grande do Sul, acreditava que, a ser mesmo assim, não ameaçava elle seriamente as instituições politicas do Imperio e a sua integridade?»

E concluia com esta confissão temerosa: — «Ha evidentemente, no meu entender, uma decadencia na lavoura, nas industrias, nas artes; o abatimento é geral, provocando a reacção».

O proprio João Alfredo reconhecia que esta reacção contra a lei da abolição estava associada á idéa republicana:

«Senhores, dizia elle, essa Republica é um desabafo dos desgostosos, é a explosão dos espiritos impacientes e aterrados, que vêm na mudança da fórma de governo um remedio a males, cujas proporções exaggeram.»

Como se vê, depois da lei de 13 de Maio é que se multiplicou a legião daquelles «famintos da Republica», de que fallava Justiniano da Rocha.

Os responsaveis pelo velho regimen comprehenderam lucidamente a gravidade da situação e tentaram dissociar este binario perigoso, que se havia formado na consciencia do paiz. Suggeriram então providencias felizes, como as do programma Ouro Preto, como suggeriram providencias ingenuas, como a da embaixada do conde d'Eu ao Norte.

O Norte fôra sempre um foco de nativismo aggressivo — e o conde d'Eu, um «francez», era naturalmente o menos qualificado para a missão de reconciliar o Norte com as velhas instituições abaladas. Elle encontrou ali o que era de esperar: uma atmosphera nada sympathica, densa, carregada de hostilidades. Chegado em Pernambuco, deante da agitação provocada por Silva Jardim, que o acompanhou no mesmo vapor, elle fez esta confissão desolada a um jornalista, em que transparece bem como, depois de 13 de Maio, a idéa republicana fizera o seu caminho no espirito da população:

«A Monarchia não pretende resistir á opinião publica; ao contrario, compromette-se a obedecer ao pronunciamento della pelos meios legaes.»

Esta opinião publica devia estar mal informada por certo, mas a verdade é que a crença que a dominava era, di-lo o visconde de Ouro Preto — «de que, na situação nova em que se encontravam os senhores de escravos, recusavam-lhes os poderes publicos a protecção e os auxilios, a que se julgavam com direito e as proprias conveniencias do Estado o requeriam» (1).

Era, como se vê, um ambiente nada favoravel á

(1) Ouro Preto — *O Advento da Dictadura Militar*, pag. 131.

estabilidade e ao prestigio das instituições então vigentes. O visconde de Ouro Preto, chefe do Gabinete liberal de 7 de Junho, para dissipar essa crença sem fundamento e tentar a rehabilitação do velho regimen, formulou e pôz em pratica um brilhante programma de reformas economicas. Refundiu a organização bancaria. Chamou para o paiz vastos capitaes extrangeiros. Reorganizou o credito rural e o credito hypothecario. Distribuiu com os fazendeiros abalados copiosos auxilios pecuniarios. Tentou, em summa, por todos os meios, attenuar os males da abolição immediata. Elle bem sabia que, a não ser a reparação economica, nada, nenhuma outra medida, por mais liberal que fosse, seria capaz de restabelecer, na sua antiga intensidade, os laços de sympathia existentes entre a aristocracia rural e a velha dynastia.

Neste sentido, a sua acção foi audaz, lucida, energica, reflexo do seu temperamento affirmativo e imperioso. Debalde, porêm, elle agiu e luctou. Deante do exodo geral para as cidades, da escravaria solta, dos cafesaes abandonados, dos cannaviaes perdidos, dos engenhos com as suas chaminés sem fumo e a sua machinaria immobilizada, nenhum desses grandes *landlords* arruinados via outra cousa sinão a culpa da dynastia, a sua acção directa, a sua cumplicidade ostensiva com os petroleiros do Abolicionismo.

Nenhum ambiente mais propicio, pois, á irradiação do novo ideal, que os republicanos acenavam. Este ideal tinha um fundo de ruinas e fumo, o scenario de um terremoto, cujo sismo inicial partira do alto, da região olympica, em que se enthronizára a dynastia.

TERCEIRA PARTE

Genese e evolução do ideal republicano

SUMMARIO

I. O movimento republicano: suas relações com a reacção liberal de 68. O nucleo republicano - fracção do bloco liberal. — II. Influencias exogenas. Influencia norte-americana. Utopismo e desillusão. — III. O Manifesto de 1870 e a «politica syllogistica» de Nabuco. O espirito democratico e liberal deante do «poder pessoal» de D. Pedro. — IV. O ideal republicano e o sentimento nacional. Não havia, antes de 1889, crença na Republica; apenas descrença na Monarchia. — V. O ideal republicano e as classes sociaes. Indifferentismo das classes ruraes. Os elementos cultos e a élite politica; sua attitude de desconfiança em relação á nova ideologia. Nabuco e o ideal republicano. Significação do indifferentismo de Ruy. — VI. O ideal republicano e a sua irradiação geographica antes de 1889. Fócos de propaganda: a Imprensa periodica e a sua distribuição no paiz. Outros fócos de propaganda: os Clubs republicanos. Distribuição delles no Norte e no Sul. O Norte e o Sul em relação á expansão do novo idealismo. — VII. O ideal republicano e a sua irradiação social. Os campos de recrutamento dos adeptos. A mocidade das academias. O novo ideal não era o ideal das classes conservadoras, nem das classes ruraes. — VIII. Os propagandistas. Valor intellectual delles. — IX. Os positivistas. Ideologia positivista. Os positivistas como doutrinadores. — X. O «Partido Republicano»: esboço de partido apenas. Sua fraqueza em 1889.

I

O ambiente formado pela abolição deu expansibilidade incomparavel á idéa republicana; mas esta, como força organizada, e não como idéa isolada, data de mais longe, vincula-se claramente á reacção liberal iniciada com a quéda do Gabinete Zacharias, em 1868.

O Partido Republicano, tal como se organizou em 1870, foi, com effeito, nada menos que uma pequena fracção destacada do bloco do Partido Liberal, que, como vimos, ante o golpe de 68, todo se accendera de indignação flammejante. O velho partido imperial se havia dividido em duas correntes: uma, violenta, radical, ultra-democratica, onde os Ottoni punham a ardencia e a vibração do seu temperamento impetuoso; outra, branda, moderada, ironizando o radicalismo da primeira e revelando mesmo um apparente respeito á dynastia.

Esta ultima corrente, onde dominavam espiritos finos e equilibrados, como Octaviano, e amplas culturas, como Nabuco o velho, é que vai formar o grosso da phalange que haveria de manter as tradições do Partido Liberal até 89. A outra, porêm, a do manifesto radical de 68, esta evoluiu rapidamente para o novo ideal republicano. Em 1870, vamos encontra-la quasi toda formando o elenco dos signatarios do Manifesto de 3 de Dezembro, com que o Partido

Republicano irá credenciar a sua entrada no scenario politico do paiz (1).

«Desde que, em 1868, se publicou o programma liberal radical — diz um contemporaneo auctorizado, Americo Brasiliense — e instituiram-se o Club e as conferencias na Côrte, agitou-se no seio deste partido a idéa de se arvorar a bandeira republicana. Em Novembro de 1870, depois de diversas reuniões, resolveram os radicaes, por grande maioria, acceita-la» (2).

Em outro passo, o proprio Brasiliense havia já escripto: — «Deste partido (o radical de 1868) a maior parte levantava a bandeira republicana em 1870, e outros ficavam sustentando o programma do radicalismo, publicado em 1868».

O movimento republicano se prende, pois, ao grande movimento da reacção operado pelo partido liberal por occasião da quéda de Zacharias em 68.

II

Esse movimento no sentido da Republica era, aliás, inevitavel. Basta considerar a acção suggestiva do ambiente americano, de onde, desde o principio do seculo, excepto em nosso paiz, as realezas haviam sido inteiramente banidas. Nabuco observa que era esta singularidade da nossa situação na America a razão suprema de justificação da idéa republicana:

«Ninguem procure justificar a nossa transforma-

(1) Cf. Viveiros de Castro — ob. cit. pg. 519 ss. E tambem Agenor de Roure — ob. cit., § V. Nas mesmas *Contribuições* ainda Alfredo Valladão — cap. II (sobre os antecedentes do espirito liberal e republicano).

(2) Americo Brasiliense — *Os Programmas dos partidos*, pag. 59

Conselheiro João Alfredo

Barão de Cotegipe

Zacharias de Góes

Marquez do Paraná

ção republicana por motivos tirados das condições e conveniencias do nosso paiz, mas simplesmente de estar o Brasil na America. Desse modo o observador brasileiro, para ter uma idéa exacta da direcção que levamos, é obrigado a estudar a marcha do continente, a auscultar o murmurio, a pulsação continental. Como a propria data do centenario o indica, muito concorreu para o facto de 1889 a influencia literaria da Revolução Franceza sobre a imaginação da nossa mocidade, mas não foi menor o arrastamento americano.»

E Nabuco conclue dizendo que é «crença fatalista de muita gente que seria esforço inteiramente esteril para o resto da razão e do bom senso do paiz querer luctar contra o iman do Continente, suspenso, ao que parece, no Capitolio de Washington» (1).

Esse «arrastamento americano», de que falla Nabuco, transparece, claramente, aliás, no Manifesto de 1870, onde lemos esta affirmação categorica: — «Somos da America e queremos ser americanos». Quintino, chefe do partido republicano, é ainda mais explicito e sente-se nas suas palavras o fascinio sobre elle exercido pela poderosa Federação Americana:

> «Em face destes grandes Imperios e deste lado da America — perguntava elle no seu Manifesto de 22 de Maio de 1889 — qual é, no mundo inteiro, a nação mais forte e poderosa, a mais unida e a mais solida, a mais rica e a mais satisfeita, a mais tranquilla no seu trabalho e a mais segura dos seus futuros destinos? E' a Republica dos Estados Unidos da America. Só este contraste com o resto do mundo é já uma conquista, uma superioridade que fascina

(1) Joaquim Nabuco — *Balmaceda*, pag. 211.

os espiritos e robustece a convicção geral quanto á excellencia das instituições republicanas.»

O prestigio do exemplo extrangeiro é sensivel, pois, na genese e na evolução do ideal republicano entre nós; mas este ideal não teve apenas esta fonte de inspiração. Houve ainda outra fonte; elle teve aqui um ambiente um tanto favoravel á sua eclosão — e este ambiente se constituiu com o fracasso, aliás inevitavel, do ideal monarchico-parlamentar, ideal dentro do qual se erigiu o edificio constitucional do Imperio, em 1824. Este ideal, como vimos, era tão falso quanto o novo ideal com que se havia de construir, cêrca de 70 annos mais tarde, o edificio republicano.

Como este falhou, aquelle tambem falhára. O que ha de mais benemerito, de mais excellente e fecundo na Monarchia — já o demonstrámos alhures (1) — foi conseguido justamente *fóra* dos principios da Constituição ou, mesmo, *contra* esses principios: nunca em obediencia a elles, ao ideal politico contido nelles.

Este ideal, por exemplo, não visava exactamente a centralização, realizada pela reacção conservadora de 1840; mas foi esta centralização que nos deu unidade, prestigio, grandeza. Este ideal não se compadecia com o Poder Moderador feito «poder pessoal»; mas foi esse Poder Moderador feito poder pessoal que deu ao Brasil uma longa phase de moralidade, legalidade, justiça, liberdade, e sem elle os partidos em opposição só teriam podido ascender ao poder (vemo-lo hoje claramente) pela torpeza do assassinio politico ou pela violencia das revoluções armadas.

---

(1) Oliveira Vianna — *Populações Meridionaes*, parte III; *Evolução do Povo Brasileiro*, parte III.

Os homens de partido do tempo, com os olhos fitos na Inglaterra, na França e nos Estados-Unidos, — salvo uma pequena elite, com a intuição exacta da nossa realidade — não pensavam assim, não comprehendiam assim, e viam no predominio dessa politica centralizadora e pessoal a inteira negação do seu ideal politico. Sonhavam utopicamente um governo do povo, um governo da opinião, á maneira anglo-saxonia, num paiz em que a opinião, á maneira anglo-saxonia, não existe — *porque não póde existir* (1); e, como não podiam realizar o seu ideal, nem comprehender exactamente a causa dessa impossibilidade, irritavam-se, impacientavam-se, desesperavam e, invadidos afinal pelo scepticismo, acabavam — como se dizia — «perdendo a fé nas instituições».

III

O ideal da Republica — lucilante vagamente desde o periodo colonial — tomou corpo, desenvolveu e cresceu dentro de uma crise destas — de impaciencia, de desillusão, de descrença. Fez-se, para certos espiritos mais desabusados, o succedaneo do ideal fracassado. Idealistas impenitentes, perdida a fé no seu velho ideal, não souberam voltar-se para a realidade e amassar com ella a argamassa de uma nova concepção; caminharam para o sonho, para um novo ideal, tão utopico quanto o primeiro e condemnado, como este, ás vicissitudes do mesmo fracasso.

E' no manifesto de 3 de Dezembro que vamos en-

(1) Oliveira Vianna — *O Idealismo da Constituição*. Rio, 1927.

contrar condensada a summula dessa nova idealidade especiosa e fascinante. Os que o assignaram escreveram uma obra prima de apriorismo politico e fizeram bem aquillo que Nabuco chamou, certa vez, de «politica syllogistica». Isto é: «o manejo das idéas novas, essa especie de exercicio tão attrahente para os principiantes, ao qual se póde dar o nome de politica syllogistica. E' uma pura arte de construcção no vacuo. A base são as theses, e não os factos; o material, idéas, e não homens; a situação, o mundo, e não o paiz; os habitantes, as gerações futuras, e não as actuaes» (1).

O Manifesto de 3 de Dezembro de 1870 é realmente feito sob este modelo, sob o modelo dessa «politica syllogística». Hoje, relendo-o, é impossivel deixarmos de sorrir subtilmente e, ás vezes, mesmo, irreverentemente deante das esperanças daquelles «logiciens» da Soberania do Povo.

No fundo, o que elles fizeram foi reproduzir, copiar dos *Annaes* do Parlamento e dos artigos da Imprensa politica os clamores dos dous partidos imperiaes em opposição, as suas objurgatorias, as suas invectivas, os seus protestos. Das velhas accusações contra o «poder pessoal», da grita dos liberaes e dos conservadores caidos em desgraça, do resentimento dos ministros postos pela Corôa no olho da rua; destes materiaes suspeitissimos, rebuscados, catados, arrumados em florilegio, é que compuzeram a maior parte do seu formidavel libello contra o velho regimen e contra o velho monarcha. Eram em tudo como os liberaes de 68; differiam delles, apenas, porque ousavam affirmar em voz alta aquillo que os liberaes só costumavam dizer em voz baixa — a sua animosidade contra D. Pedro: — «Como um polypo

(1) Nabuco — *Balmaceda*, pag. 12.

monstruoso, o governo pessoal invadiu tudo, desde as transcendentes questões da alta politica até as nugas da pequena administração» — diziam, reproduzindo em citação uma objurgatoria de Alencar, despeitado.

Para elles, esta acção tão universal do poder pessoal importava «na completa annullação do elemento democratico». Ora, isto, esta annullação, era um mal, *devia* ser um mal, raciocinavam estes syllogistas da Democracia:

> «De todos os angulos do paiz surgem queixas, de todos os lados politicos surgem os protestos e as revelações extranhas, que denunciam a existencia de um vicio grave, o qual põe em risco a sorte da liberdade pela completa annullação do elemento democratico. O perigo está indicado e é manifesto. Sente-se a acção do mal e todos apontam a origem delle.»

Equivale dizer que o que, aos olhos dos republicanos de 70, punha em perigo a Liberdade era a acção de D. Pedro, vigilante, attenta, miúda, exigente. Desde que a livrassemos desta acção, o «perigo» desappareceria, e a Liberdade poderia vir para a rua, limpinha, vestidinha, segurazinha, sem nenhum receio de desacato ao seu pudor e, muito menos, á sua pureza de Diana immaculada. Hoje, porêm, com uma perspectiva magnifica pela vastidão e pela riqueza da experiencia accumulada, a uma distancia de mais de meio seculo, podemos sentir perfeitamente a illusão em que andavam aquelles idealistas adoraveis. Os raros, que sobrevivem dessa epocha, fluctuando como *épaves* no oceano do arrivismo contemporaneo, bem poderiam attestar o seu engano. Muitos delles já o confessaram, num *penitet* significativo, reconhecendo lealmente que o mal não vinha daquella origem, para

a qual «todos apontavam», mas de outra, muito diversa. Tanto que a causa apontada desappareceu — e o «mal», isto é, «a annullação do elemento democratico» continuou cada vez mais florida e vicejante.

Naquella epocha, porêm, a convicção generalizada, mesmo nos centros monarchicos, era que a fonte de todo o mal estava na vontade, ou antes, na voluntariedade, que diziam anti-liberal e caprichosa, de D. Pedro. O jogo da sua politica rotativa continuava a não ser comprehendido, nos seus elevados intuitos, pelos dous campos politicos: para estes, essas alternativas de quédas e ascensões constituiam uma fonte constante de decepções, de humilhações, de despeitos, de irritações. Dados os nossos costumes politicos, não podia deixar de ser assim.

Surdo, entretanto, a esta grita, o Imperador, durante todo o seu reinado, se manteve fiel a esta politica de rotação, que elle julgava liberal e equitativa. Nos ultimos annos do seu governo, elle ainda a praticou — e o Ministerio liberal de 7 de Junho de 1889 é uma prova disto. Numa situação francamente conservadora, com uma Camara com poderosa maioria conservadora, depois de dar demissão ao Gabinete de 10 de Março, elle chamou ao poder, não outro Gabinete conservador, como seria das praxes do parlamentarismo, mas um Gabinete liberal — o Gabinete Ouro Preto. E com isto, com este simples gesto, derruiu inteiramente a solida situação do velho partido imperial.

Houve, como era de esperar, a costumada leva de broqueis nos arraiaes do partido despejado — e os republicanos seriam realmente inhabeis, si perdessem essa bella occasião para desferir mais uma vez contra o Imperador e a sua «politica pessoal» os golpes da sua critica irreverente e tendenciosa:

«O Ministerio de 7 de Junho — dizia o deputado João Manuel, no seu famoso discurso de 11 de Junho de 1889, em que fez a sua profissão de fé republicana — o Ministerio de 7 de Junho é uma verdadeira monstruosidade; nada representa e nada significa de grande, de nobre, de confessavel; não é um governo da nação, porque vem attentar contra o sentimento nacional; não é um governo nem ao menos partidario, porque nasceu divorciado do seu partido; é um governo ameaçador, que traz em seu bojo um pensamento sinistro, porque, digamos a verdade, elle é simplesmente um producto da vontade imperial. O que estamos vendo agora de admiravel e de surprehendente? Dissolve-se a situação conservadora, pujante de força, representada nesta por 90 deputados, e chama-se ao poder o Partido Liberal, que apenas póde contar aqui com uma pequena minoria. Como se poderá decentemente explicar esse phenomeno extranho, de entregar o poder ao partido que se acha em minoria na Camara dos Deputados, em cujo seio reside a expressa vontade nacional? Entrava sem duvida nos calculos imperiaes cavar mais fundo o vallo que separava os chefes conservadores, tornando-os irreconciliaveis e impossiveis pela intriga, pelo odio e pelas paixões de que se deixassem dominar».

O orador não ficou, porêm, neste terreno de critica á acção desse poder, que D. Pedro exercia á sua maneira. Idvectivou o proprio Imperador; não o atacou apenas na sua discrição, no seu arbitrio, no seu capricho; não o accusou apenas de tyranico e anti-liberal; foi mais longe. Entrou no terreno do ataque pessoal, do ataque personalissimo, e aggre-

diu o velho monarcha na sua honra, na sua dignidade, no seu pundonor individual, sem o menor respeito, não já á sua magestade de rei, mas a uma sua magestade maior — a magestade das suas cans de sexagenario. D. Pedro, neste discurso ardente, nos apparece nada menos como um caracter sem nobreza, feito de dobrez e simulação, insincero, sotrancão, hypocrita; nada menos que um «grande artista», um «mystificador», sorte de trampolineiro corôado, enganando, trapaceando, embromando todo o mundo politico de então:

> «Mas em tudo isto senhores — continuou — houve uma completa mystificação para castigo de todos os que figuravam nesta comedia: foram todos mystificados.
>
> Mystificado, sinto dize-lo, foi o nobre ex-presidente do Conselho, que chegou a acreditar na sinceridade da Corôa, negando-lhe a demissão collectiva do Gabinete, quando elle devia conhecer ha muito o grande artista, com quem lidára.
>
> Mystificado foi o sr. conselheiro Paulino, chefe da dissidencia, que commetteu o gravissimo erro de alliar-se aos seus adversarios naturaes para combater um governo composto de membros do seu partido; acreditando, sem duvida, que o poder lhe iria parar nas mãos para realizar o programma da indemnização.
>
> Mystificado foi o sr. conselheiro Corrêa, que recuou, vendo-se entre a *espada* e a parede, indo de encontro ao *penedo* da sua preliminar...
>
> Mystificado foi o nobre visconde do Cruzeiro, que ainda se deu ao incommodo de allegar motivo de molestia para não organizar o Gabinete.
>
> Mystificado foi o nobre visconde de Vieira da Silva, que quiz fazer das fraquezas forças,

pondo em contribuição o seu espirito elevadissimo e o seu patriotismo, suppondo poder formar um Gabinete, quando o seu partido ainda não estava unido.

Mystificado foi o sr. conselheiro Saraiva, que acreditou submetter á Corôa o seu vasto programma de reformas, que elevariam o paiz ás fronteiras da Republica, e que a Corôa acceitou sem restricções, dispensando-o ao mesmo tempo, por cautela, da incumbencia honrosa, que lhe fôra confiada, á primeira excusa apresentada.

Mystificado foi ainda o nobre presidente do Conselho, visconde de Ouro Preto, que acreditou galgar o poder com um Gabinete formado de accôrdo com os seus amigos, quando teve que submetter-se á vontade da Corôa, que lhe impôz companheiros, com que não contava.

Mystificado foi o partido liberal, que sempre acreditou inaugurar a situação com um Gabinete genuino, quando teve a dolorosa decepção de encontrar-se com um Ministerio composto de aulicos.»

IV

Os que concluirem destas palavras ardentes que o ambiente do paiz, anterior ao golpe de 15 de Novembro, era universalmente republicano, incidiriam num grande equivoco. Não havia tal generalização de sentimento republicano, quando se deu a quéda do Imperio. Por essa epocha, como já demonstrámos, o sentimento mais generalizado não era o da *crença* na Republica, mas sim o de *descrença* nas instituições

monarchicas, taes como existiam na Carta e eram praticadas nos centros do governo; mas, o certo é que essa *descrença* na Monarchia não importava *necessariamente* a existencia do sentimento contrario, — de fé nas instituições republicanas.

Realmente, o que se deprehende do estudo do periodo que precedeu á quéda do velho regimen, é que o espirito publico havia attingido por aquella epocha, em relação ás instituições da Carta de 24, um gráo de scepticismo muito comparavel ao que observamos actualmente, em relação ás instituições da Carta republicana de 91. Os homens daquella epocha haviam concebido um certo *ideal* de governo — ideal, aliás, que nenhum delles havia procurado saber si era exequivel ou não, si era adaptavel a nós ou não, si tinha realizabilidade entre nós ou não, mas que todos elles, em these (porque sempre encaravam o problema em these) acreditavam realizavel, exequivel, adaptavel.

Ora, este ideal, entretanto, falhou. O governo que saira da Carta não era o governo tal como estava no ideal delles, mas um *outro* governo, uma *outra* cousa, differente, muito differente do ideal, — do «sonho». Nenhum delles siquer pensou em saber si esse outro governo não seria talvez o *melhor* governo, ou *unico* governo possivel aqui; para elles era um governo *differente*, era outra cousa — e não o que haviam sonhado. Deante desse ideal que não havia encontrado realização, encheram-se de scepticismo e começaram a duvidar da excellencia do proprio apparelho constitucional, que haviam engenhado na convicção de ser o melhor para realizar este ideal.

Nós que vivemos na Republica, estamos actualmente numa situação mental analoga. O presente regimen não deu satisfacção ás nossas aspirações demo-

craticas e liberaes: nenhuma dellas conseguiu ter realidade dentro da organização politica vigente. Estamos todos descrentes della; todos sentimos que precisamos sair della para outra cousa, para uma nova fórma de governo. Esta nova fórma de governo, entretanto, ninguem ainda póde dizer ao certo qual deva ser. Não ha nenhuma aspiração definitivamente crystallizada na consciencia das massas. Nenhum nodulo novo de crença se formou ainda no espirito das nossas elites em torno de um principio qualquer. Ha, sem duvida, varias tendencias de gravitação em torno deste ou daquelle ponto; mas, ainda assim vagamente, indistinctamente, de fórma imprecisa e indeterminada. Ha uma certa tendencia de retorno ao regimen parlamentar. Ha uma certa tendencia de retorno ao Poder Moderador, exercido já agora por um Conselho vitalicio. Ha uma certa tendencia para certas restricções da autonomia estadual, para uma maior extensão dos poderes federaes. Ha mesmo pequenos movimentos de gravitação para o socialismo allemão, até mesmo para o bolchevismo russo. Tudo isto, porêm, vago, impreciso, incorporeo. Tendo perdido a fé no regimen vigente, mas não tendo elaborado ainda uma nova fé, estamos atravessando uma destas «epochas sem physionomia», de que fallava Timandro, parda, informe, indecisa — de atonia, em cuja atmosphera parada, de calmaria, giram, circulam, suspensos, germens de futuras crenças, embriões de futuros ideaes, mas que não são nem crenças, nem ideaes ainda.

Era este tambem o estado dos espiritos no periodo que antecedeu á quéda do Imperio: era um estado de descrença, a que não tinha ainda succedido nenhuma crença nova. Não estavamos, comtudo, numa daquellas «epochas sem physionomia», da allusão de Torres Homem; ao contrario, esse periodo foi um dos mais bellos e agitados da nossa historia.

Esta agitação foi devida, porém, á campanha abolicionista, que déra aos corações a vibração de um novo enthusiasmo e ás consciencias a flamma de um novo idealismo. O ideal republicano não contribuiu, de uma maneira assignalavel, para esta admiravel trepidação caracteristica do periodo que precedeu á Republica: carecia do prestigio necessario sobre as élites e sobre as massas. Era um ideal vago, insulado num recanto da consciencia nacional, com um raio de acção muito reduzido, como veremos.

Certo, o sentimento da fé nas antigas instituições havia desapparecido — e Nabuco bem o frizou quando disse uma vez que, nos ultimos annos do Imperio, havia mais coragem em se dizer alguem monarchista do que em ser republicano. Mas é certo tambem que o sentimento republicano não estava de modo algum generalizado na consciencia das elites — e, muito menos, na consciencia das massas.

V

Destas principalmente. Incultas na sua quasi totalidade e tambem, na sua quasi totalidade, dispersas na barbaria das mattas e sertões, as nossas massas populares, mesmo as que habitavam os nucleos urbanos, nada valiam então — como ainda nada valem hoje — como centros de idealidade politica. Fórmas de governo, Instituições Constitucionaes, Monarchia, Republica, Democracia, tudo isto representava abstracções, que transcendiam de muito o alcance da sua mentalidade rudimentar. Si tivessem de crêr em alguma instituição, esta seria a Monarchia, ou antes, o Monarcha, o Imperador, entidade feita de carne e

osso, que elles sabiam estar vivo e presente na Côrte — mandando; e não na Republica, uma palavra apenas, cousa vaga, abstracta, extranha, inaccessivel á sua limitada comprehensão. Não conheciam, por outro lado, tradições de *self government* local para que alcançassem o valor da Democracia, e sempre viveram sob regimens autocraticos, sempre foram governados por autocratas — desde o mandão local ao governador provincial. Era natural, pois, que as fórmas democraticas e as fórmas republicanas de governo estivessem fóra da sua idealidade e do seu enthusiasmo.

Onde o pensamento republicano podia encontrar campo propicio de germinação era na elite cultivada das capitaes e das cidades importantes, no patriciado da riqueza e da cultura, nos quadros de direcção dos partidos, nos centros universitarios e literarios.

Estes eram os unicos elementos soçiaes que podiam ter capacidade para comprehender o valor differencial das instituições politicas, de modo a ter uma idéa razoavel da superioridade de um dado typo de governo. Entretanto, não diremos antes de 13 de Maio, mas mesmo depois de 13 de Maio, já em pleno climax da agitação post-abolicionista, esses elementos cultos das capitaes e das cidades ainda não estavam inteiramente impregnados do idealismo republicano. Na sua maior parte, ao contrario, encaravam com scepticismo, sinão com desconfiança, a nova instituição.

Esta desconfiança da Republica era, aliás, justa, era explicavel, era natural em todos os espiritos sensatos daquelle tempo. Esta Republica, com que os theorizadores do Manifesto de 70 nos acenavam como a oitava maravilha do mundo, havia-se conduzido mal, muito mal mesmo, em outras terras bem

proximas de nós; ahi, a cornucopia dos seus dons não se havia mostrado, como a da Fortuna romana, prodiga em bens, mas, como a da Pandora grega, fecunda em males innumeraveis. O exemplo norte-americano, o exemplo francez (aliás, nem sempre edificante) é possivel que nos tivessem seduzido; mas, mais do que tudo isto, a nossa experiencia do valor do regimen republicano era constituida de impressões nada proprias a um julgamento favoravel: as impressões da caudilhagem hispano-americana e, mais especialmente, da caudilhagem platina. Esta havia mesmo causticado os nossos flancos, por varias vezes, com a sua virulencia mashorqueira. De quando em quando, eramos forçados a intervir para pôr um ponto final áquelle prolongado tumulto de caudilhos sanguinarios.

Ora, para os espiritos prudentes e sensatos da nossa elite, Republica era *aquillo*. Dahi a sua recalcitrancia em, mesmo perdida a fé no regimen da Carta de 1824, abandeirarem-se sob a flammula arvorada pelo Manifesto de 70. Nabuco exprimia este estado de espirito das nossas elites, quando, na famosa sessão de 11 de Junho de 1889, respondendo ao chefe do Gabinete de 7 de Junho, fez a sua profissão de fé monarchista. Nesta elle pôz muito das suas convicções politicas, mas muito tambem do seu sentimento cavalheiresco, collocando-se nobremente ao lado da dynastia que se sacrificára realizando o ideal, de que elle fôra o paladino:

> «Ha uma razão — disse elle — para não ter chegado ainda a hora da Republica, e é que ainda não temos povo, e as oligarchias republicanas em toda America têm mostrado ser um terrivel impedimento á apparição politica e social do povo».

Nabuco temia as «oligarchias republicanas», de cuja tyrania sanguisedenta a America hespanhola, do Mexico á Argentina, podia dar o seu testemunho horrorizado. Elle preferia naturalmente uma oligarchia monarchica, tal como a que tinhamos até então, um tanto fechada, mas moralmente selecta e primorosa. Esta oligarchia, formada e dirigida por um principe «fraco e bom», havia sido, em contraste com as oligarchias republicanas da America hespanhola, a fonte de toda a liberdade no Brasil:

> «Durante 50 annos — dizia elle mais tarde no seu *Balmaceda*, comparando os dous regimens, a Republica Chilena e o Imperio Brasileiro — a liberdade brasileira é uma teia de tenuidade invisivel, possuindo apenas a resistencia e a elasticidade da seda, que a Monarchia, como uma aranha dourada, tirou de si mesmo e suspendeu entre a selva amazonense e os campos do Rio Grande.»

Nabuco, neste discurso de 11 de Junho — cinco mezes apenas antes da quéda do Imperio — declarava que julgava «benefica e popular» a Monarchia e que ella estaria segura na sua estabilidade si, abandonando o apoio das baionetas, quizesse introduzir em sua velha estructura algumas reformas de caracter liberal:

«Mas, a Monarchia, que o orador julga benefica e popular, não se póde sustentar com baionetas ou fanatismos, e só póde existir por meio de reformas nacionaes, como a Abolição. A Federação tem o mesmo caracter; o orador, porêm, infelizmente, vê, com surpreza, que o Partido Liberal faz renuncia della, no momento em que o Imperador a acceita.» E concluiu, confessando que tinha «firme convicção de que a abolição deu força á Monarchia e que a Federação,

acceita com a mesma sinceridade, garantirá a sua estabilidade».

O movimento republicano, quasi prestes a vingar, não enchia de inquietação a Nabuco, nem lhe alterava a sua crença na superioridade da Monarchia. Esse movimento, para elle, era um producto do despeito provocado pela Lei Aurea, e isto bastava para torna-lo suspeito aos seus olhos de pensador politico:

> «O grosso das forças republicanas vem do descontentamento causado pela abolição — dizia elle ainda. Foram as leis de 28 de Setembro de 1871 e de 13 de Maio de 1888 que fizeram surgir do sólo as legiões, que hoje avançam contra a Monarchia. Com similhante origem o orador não crê numa Republica popular.»

Este era, *mesmo depois de 1888*, o pensamento dominante nos altos circulos politicos e partidarios do paiz. Nabuco deu-lhe apenas expressão, embalando-o ao rytmo da sua eloquencia seductora e harmoniosa. Os liberaes de mais responsabilidade julgavam possivel uma conciliação salvadora, jungindo, um tanto antinomicamente, a Monarchia e a Federação — ampla, como queriam Nabuco e Ruy, mitigada, como pretendia Ouro Preto ao expôr o programma do Gabinete de 7 de Junho de 89.

O proprio Ruy não se declarára francamente republicano, embora, como dissera Nabuco, «no fundo» elle fosse republicano. Ruy sobrepondo a tudo a idéa federativa, mantinha-se indifferente á instituição monarchica, usando a fórmula suggestiva: *Federação com ou sem a Corôa*.

Ruy e Nabuco, um e outro exprimiam perfeitamente o estado do pensamento liberal do paiz, no periodo immediatamente precursor da quéda do re-

lho regimen — e que era: ou de *sympathia*, ou de *indifferença* pela Monarchia; mas, não, nunca, de *crença* no regimen contrario — no regimen republicano. Indignados contra D. Pedro, irritados com a sua politica rotativa, que terminava sempre deixando-os humilhados defronte dos adversarios, os homens de responsabilidade do Imperio revelavam, apesar disto, um intimo receio de embarcar no bergantim do idealismo republicano. Este sempre lhes pareceu ter a sua mais perfeita expressão na caudilhagem sanguinaria do Prata.

Nenhum dos elementos mais ponderaveis dos dous velhos partidos parecia prever um fim immediato, ou melhor, um fim violento ao velho regimen. Quando muito, elles anteviam, como Cesar Zama, a inviabilidade do 3.º Reinado:

> «Deixem o honrado presidente do Conselho rir-se, brincar e dizer aos republicanos que cresçam e appareçam — dizia elle na sessão de 11 de Setembro de 1888 —; elles já estão apparecendo, elles já vão crescendo. E praza a Deus que o orador seja um falso propheta: no dia em que o venerando monarcha que nos rege fechar os olhos, talvez não se possa firmar o 3.º Reinado.»

Era esta, aliás, a convicção generalizada em todos os meios politicos, principalmente depois da lei da Abolição. O 3.º Reinado seria inviavel; mas todos admittiam que o velho monarcha governaria até o fim. — «Toda a equação do problema — dizia, com effeito, Quintino Bocayuva no seu Manifesto — está circumscripta á vida do actual imperante».

Realmente, os centros de propaganda republicana não haviam até então — até 15 de Novembro de 1889 — dado ao seu ideal uma irradiação capaz de,

pela força exclusiva da opinião popular, fascinada e seduzida, precipitar do throno o velho monarcha antes da sua morte. Foi preciso, como veremos, a intervenção de uma força extranha, aliás gerada fóra da evolução do determinismo republicano, para — agindo á maneira de uma concausa — operar a quéda do 2.º Imperio e, com ella, o advento prematuro do novo regimen.

VI

Realmente, em 1889, não só a penetração social, como a penetração geographica do ideal republicano eram diminutas. No ponto de vista geographico, por exemplo, os dados estatisticos colhidos num testemunho da epocha indicam uma area muito restricta aos fócos de irradiação.

Em 15 de Novembro de 1889, o que o credo republicano possuia, por exemplo, como organização de propaganda impressa, eram apenas 74 jornaes, na sua maioria pequenos jornaes de provincia e jornalecos do interior. Era esta, com effeito, a sua distribuição regional por aquella epocha (1).

PROVINCIAS	Numero de jornaes por provincia	Total
São Paulo	21	21
Minas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul	11	33
Rio, Pernambuco e Santa Catharina	3	9
Amazonas, Parahyba e Sergipe	2	6
Alagôas, Bahia, Espirito Santo, Maranhão e Matto Grosso	1	5
		74

(1) Candido Teixeira — *A Republica Brasileira*, Rio, 1890, pag. 261.

Como se vê, São Paulo era a unica provincia em que os orgãos de propaganda jornalistica mostravam-se realmente numerosos. Nas outras grandes provincias, salvante Rio de Janeiro, Minas e Rio Grande do Sul, o numero desses fócos irradiadores era mesquinho.

Separando os dous blocos regionaes do Norte e do Sul e procurando a distribuição percentual dos fócos de propaganda periodistica, teremos:

REGIÕES	Numero de jornaes	%
Norte	20	27
Sul	54	73

Vê-se que no ponto de vista de propaganda impressa, o movimento republicano concentrou-se principalmente na região meridional do paiz — e ainda assim em quatro provincias apenas. O Norte quasi todo parecia um tanto surdo á palavra animadora dos Isaias republicanos: echôara o grito do Sul com difficuldade e lentidão. Pernambuco e Bahia, por exemplo, os dous grandes centros universitarios do Norte, tão vibrantes sob a acção do ideal abolicionista, não tinham, a 15 de Novembro, quasi que imprensa republicana: tres jornaes naquelle e nesta apenas um, como Matto Grosso...

Estes jornaes deviam ter certamente uma importancia diminuta. Basta pensar no que é ainda hoje a imprensa provinciana, para que se possa fazer idéa approximada do que poderiam ser estes 74 jornaes que, ha 40 annos passados, propagavam pelo Brasil a idéa republicana. Excepto as folhas do Rio e da capital paulista, todos os demais deviam ter um raio de acção insignificante, sinão nullo — e o

novo credo não encontraria naturalmente nelles si-
não um fraco reforço á sua expansibilidade.

Esta expansibilidade da ideologia republicana não se revelava apenas através do pequeno periodismo da capital e das provincias; os pequenos «Centros» locaes, ou «Clubs», que haviam começado a constituir-se desde o Manifesto de 1870, ou mesmo antes, eram-lhe expressão ainda mais valiosa. Estes nodulos do futuro partido tiveram, porêm, uma proliferação muito reduzida até 1888 e, só depois de 1888, já sob a influencia republicanizante da Lei Aurea, é que entraram a se multiplicar com rapidez apreciavel. Em 15 de Novembro, entretanto, eram ainda relativamente escassos no Brasil, e só por si não bastariam evidentemente para dar á idéa republicana uma força capaz de pôr abaixo o throno.

Quando este caiu, era este, com effeito, o numero de «Clubs Republicanos» espalhados pelas capitaes provincianas e pelo interior, ao Norte e ao Sul (1):

Provincias	Clubs
Minas	56
São Paulo	48
Rio Grande do Sul	32
Rio de Janeiro	30
Rio	16
Santa Catharina	15
Espirito Santo	8
Pernambuco	6
Pará	6
Paraná	4
Sergipe	3
Matto Grosso	3
Bahia	3
Maranhão	2
Ceará	2
Rio Grande do Norte	1
Amazonas	1
Piauhy	1
Alagôas	1
Goyaz	1

(1) Candido Teixeira — *Op. cit.*, pag. 262.

Eram, ao todo, portanto, 237 pequenos nodulos de adeptos do novo credo. Elles se distribuiam, como se vê, muito irregularmente — e como que se concentravam quasi todos em Minas, São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Nestas provincias o pensamento republicano parecia ter feito sensiveis progressos, de 1870 a 1889; fóra dahi, porêm, a sua irradiação era quasi nulla. Os dous centros universitarios do Norte — Bahia e Pernambuco — davam apenas, respectivamente, dous e seis nucleos ao partido — o que é nada, si considerarmos a grande importancia politica e economica dessas duas provincias no Imperio. Quanto ás demais provincias do Norte, todas pareciam insensiveis ao enthusiasmo dos evangelizadores meridionaes. O quadro abaixo, em que se vê a distribuição regional e percentual dos Clubs republicanos ao Norte e ao Sul, bem demonstra essa refractariedade ou atonia do Norte ao appello crescente do Sul:

REGIÕES	CLUBS	%
Norte	33	11
Sul	201	89

Vê-se que quatro quintos dos centros republicanos estavam ao Sul, na sua maioria localizados em São Paulo e Minas. Só estas duas provincias, das 20 de que se compunha o Imperio, absorviam nada menos de 44 %, isto é, quasi a metade delles.

O campo de irradiação do ideal republicano era então, como se vê, pouco extenso a 15 de Novembro de 1889. Tanto mais quanto, desses 237 «Centros», a maioria, talvez 90 %, devia representar nodulos de crentes de typo passivo ou estatico, destituidos de

qualquer espirito militante e de qualquer aptidão evangelizadora.

VII

Esta a condição do ideal republicano, no ponto de vista da sua expansão geographica, em 15 de Novembro de 1889. No ponto de vista da sua expansão social, a sua situação não era tambem mais favoravel.

O ideal republicano — já o vimos — não era o ideal das figuras mais representativas daquella epocha. O grosso das classes conservadoras, scepticas ou descrentes em relação á Monarchia, como já demonstrámos, tinha em certa suspeição o systema republicano. Onde este encontrava os seus adeptos mais fervorosos era na classe dos estudantes, entre os bachareis novatos ou entre os «cadetes philosophos» da Escola Militar:

> «A mocidade que surge das Academias, dos Seminarios, do Exercito, ou Armada — dizia o deputado Affonso Celso Junior, em 1888 — é francamente republicana

Era, com effeito, nessas classes de letrados inexperientes, cheios de enthusiasmo juvenil, mas sem grandes responsabilidades sociaes e, muito menos, politicas; era nessas classes que o partido republicano recrutava a quasi totalidade dos seus adeptos. Os proprios elementos da grande aristocracia rural, embora desgostosos com a Monarchia, que lhes apunhalára o coração, não se tinham abandeirado inteiramente para a Republica: revelavam uma certa

recalcitrancia em faze-lo. Os republicanos eram, por isso, já nas proximidades de 15 de Novembro, principalmente gente de cidades e villas — e não gente do campo. E' o que se deprehende do testemunho insuspeito do deputado Sebastião Mascarenhas. Contestando que a expansão da idéa republicana fosse devida aos despeitos provocados pela Abolição, dizia elle, na sessão de 11 de Setembro de 1888:

> «Sr. Presidente, o enthusiasmo com que as idéas republicanas são abraçadas na minha provincia (Minas), não provêm do despeito por causa da Abolição, como entendem alguns nobres deputados e o Governo. Para provar o erro em que se acham os nobres deputados e o Governo, basta dizer que a maior parte dos republicanos é residente nas cidades e villas.»

O grosso dos contingentes do partido republicano não pertencia, pois, á grande aristocracia territorial. O novo idealismo era antes negocio da gente de cidade e — si quizermos conciliar este testemunho com o testemunho de Affonso Celso — impressionando, não todos, mas apenas os elementos mais novos e inquietos das elites urbanas.

VIII

Entre esses elementos havia, sem duvida, grandes e bellas intelligencias e espiritos de rara estructura idealista; mas havia tambem, especialmente nas provincias, muito declamador vasio, muito grande homem improvisado, que só nos parecia grande porque os viamos de longe, sob a influencia amplificadora

da distancia. Muitos delles tinham vindo da campanha abolicionista e haviam penetrado o campo republicano, aproveitando-se da espantosa confusão do momento:

> «O abolicionismo teve justamente um dos muitos vicios neste ponto — dizia melancholicamente um contemporaneo —; deu occasião ao apparecimento de nullas personalidades, chamadas á tona pelo barulho e confusão das idéas.»

Esses neophytos do credo republicano, que mais tarde seriam canonizados e passariam a figurar no *Flos Sanctorum* do Historicismo, possuiam, na sua generalidade, uma mentalidade de declamadores e, como taes, contentavam-se em atirar, com intuitos ferozmente demolidores, ruidosas bombas de rhetorica contra o Throno e a Dynastia — e apenas isso. Não pareciam ter uma consciencia exacta e precisa do alcance das suas idéas. Não debatiam problema algum de uma maneira concreta e objectiva: estavam sempre dentro do campo daquella «politica syllogistica», de que fallava Nabuco. Não prégavam; declamavam.

Este fluxo oratorio, aliás, só se lhes tornou grande depois da Abolição; antes della, dir-se-ia que não tinham ambiente proprio para as vibrações da sua eloquencia. Os primeiros deputados republicanos, com effeito, ao contrario do que se esperava, não se mostraram muito facundos: alguns não chegaram mesmo a dizer ao que vinham; desdenhando naturalmente a vã verbiagem dos sophistas, recolhiam-se ao silencio pythagorico — naturalmente por ser mais fecundo (1). Outros fallavam; mas a impressão dos seus

(1) C. Affonso Celso — *Oito annos de Parlamento*, pags. 259-260.

discursos não parecia ter sido profunda. Campos Salles, por exemplo, em quem se occultava uma robusta envergadura de homem de Estado, deu a todos uma impressão de orador provinciano, genero *ronflant:*

> «Voz potente — diz um seu collega de Parlamento — elocução desembaraçada, cheio de si, encarnava o typo do orador *ronflant*, ou o dos actores de pequeno theatro, que, representando papeis ferozes, esbugalham os olhos e berram sem medida no gesto e na dicção. Pronunciava a palavra *Republica* com muitos *rr* e a palavra *povo* com muitos *oo*, arrastando a lingua, esforçando-se por emprestar entonações tragicas e mysteriosas aos logares mais communs» (1).

Era esta, afinal, a mentalidade dos chamados propagandistas. Os raros delles que ainda sobrevivem mostram, com ainda mais raras excepções, que a mentalidade de Campos Salles era a do typo mais commum entre aquelles evangelizadores. E a verdade é que, proclamada a Republica, o que de grande e substancial alguns delles conseguiram realizar depois — como o proprio Campos Salles — não foi, de modo algum, devido á obediencia dos dogmas e principios contidos na farfalhagem doutrinaria do Manifesto de 1870; ao contrario, só o realizaram justamente porque, na pratica, conseguiram libertar-se delles.

IX

Nesse grupo de ideologos da Republica e de declamadores *ronflants*, destacava-se um pequeno con-

(1) Affonso Celso — *Op. cit.*, pag. 168.

tingente, para quem a crença no ideal republicano tinha uma solida base philosophica. Eram os positivistas.

Os positivistas eram republicanos, mas á sua maneira, á sua originalissima maneira. Embora concordando com os outros na superioridade da fórma republicana de governo, differiam delles profundamente em muitos pontos essenciaes; em certos pontos estavam mesmo em completo antagonismo com os signatarios do Manifesto de 1870. Em bôa verdade, estes eram, antes de tudo, democratas, e os positivistas, no idealizarem a sua organização republicana não eram propriamente isto, não pareciam cortejar o elemento democratico; pelo menos, no typo de governo, que concebiam, a Democracia não occupava um grande logar; póde-se dizer mesmo que tinha pouco que fazer. Elles tinham em suspeição as maiorias populares e mesmo as maiorias parlamentares; faziam o possivel para evitar a intervenção da Democracia nos negocios do governo — e não ha duvida que faziam muito bem. Pareciam dizer como Robert Michels: — «Dans un parti, et plus particulièrement dans um parti politique de combat, la démocratie ne se prête pas à l'usage domestique: elle est plutôt un article d'exportation» (1).

O governo do seu sonho, o governo ideal, o governo perfeito era a Republica Dictatorial, de Comte — e não a Republica Democratica, de Ledru-Rollin: por isso, achavam que, na elaboração da Constituição Republicana, não se devia appellar para «o perigoroso recurso de uma Assembléa Constituinte» — e era o proprio Governo quem a devia decretar (2). O resultado final para onde devia tender o seu sys-

(1) Michels — *Les partis politiques*, Paris, 1911, pag. 24.
(2) *Vide Decima Circular Annual do Apostolado Positivista no Brazil*, pag. 14.

tema de governo era a constituição de uma sorte de mandarinato intellectual, uma oligarchia de sabios e philosophos, e não o dominio absurdo do Demos, o governo das maiorias populares — e eram neste ponto perfeitamente razoaveis.

Para o seu idealismo, elles haviam, como confessavam, aproveitado todas as idéas de Comte sobre a organização politica: «adecuada á faze inicial da tranzição moderna, i que se axão principalmente consegnadas no 5.º cap., da *Politica Pozitiva,* no *Apelo* aos conservadores, nos projetos constitucionais elaborados, sob a sua inspiração, de 1848 a 1850, pela Sociedade Pozitivista de Paris, nas circulares anuais, nas cartas escritas aos seus discipulos até agora publicadas» (1).

Elles se approximaram, pelos seus ideaes politicos, mais dos monarchistas liberaes do que dos republicanos democratas. O que lhes repugnava na Monarchia era o privilegio dynastico, era a hereditariedade de sangue; mas a sua dictadura republicana não era sinão uma sorte de Monarchia electiva, aliás muito menos impregnada do principio democratico do que a Monarchia electiva dos liberaes, — pois, nesta, é o Povo quem elege o novo chefe vitalicio e, na Republica Comtista, o proprio chefe é quem designa o successor, á maneira dos Cesares romanos. Era qualquer cousa analoga á concepção republicana de Manzini, da qual se disse que não differia da Monarchia sinão que comportava uma dignidade de menos e um cargo electivo de mais.

Os republicanos democratas, com as suas preoccupações de electividade, com as suas predilecções pelos curtos mandatos, com a sua theoria da renovação frequente dos cargos electivos, com o seu hor-

(1) *Decima Circular, idem.*

ror á vitaliciedade, collocavam-se em pólo opposto ao destes algebristas do Direito Publico — e nada mais natural que se estabelecesse antagonismo flagrante entre elles, si não existissem esses dous pontos de affinidade: o principio da liberdade civil e a preoccupação federativa. Como os seus companheiros democratas, fieis á lettra do Manifesto de 1870, elles pleiteavam tambem «consolidar a autonomia local dos Estados, completar a liberdade espiritual i estabelecer a liberdade industrial i professional» (1). Iam mesmo muito mais longe no ponto de vista das liberdades civis — porque tambem queriam a «liberdade bancaria i a liberdade de testar i de adotar».

Estas liberdades não conseguiram introduzir na Constituição; mas, segundo elles, as outras liberdades nella existentes devem-se exclusivamente á acção delles e ao seu prestigio:

> «Se não conquistamos — dizem na sua *Decima Circular* — a liberdade bancaria, a liberdade de testar i de adotar; en conpensação obtivemos todas as conseccuencias da liberdade religioza, proibição do anonimato na imprensa, a liberdade professional en toda a sua estensão.»

Ha evidente exagero da parte dos positivistas em relação a esta supposta influencia por elles exercida sobre as novas instituições. Muitas dessas liberdades, que elles julgavam conquistas suas, já estavam nas preoccupações dos nossos velhos liberaes, desde os progressistas de 1862 aos radicaes de 1868. Por outro lado, a aspiração federativa teve uma origem inteiramente fóra do campo de influencia do Apostolado.

---

(1) Vide *Decima Circular*, pag. 15. Vide tambem *Base de uma Constituição Politica Ditatorial Federativa*, por Miguel Lemos e R. Teixeira Mendes.

O credo positivista pode-se dizer que teve uma irradiação insignificante. Mais extensa nos centros de cultura mathematica, como a Escola Polytechnica e a Escola Militar, foi quasi nulla nos outros centros culturaes, como as Academias medicas e juridicas do Norte e do Sul. Nestas, depois de uma rapida fascinação pela philosophia conteana, o espirito dominante passou a ser o das grandes correntes philosophicas, vindas da Inglaterra e da Allemanha — com Spencer e Haeckel, principalmente. Muitos espiritos filiados, a principio, á concepção comteana, acabaram abjurando a sua dura orthodoxia e passaram, deixando o *mare clausum* da *Philosophia Positiva*, a navegar no mar livre e largo do Evolucionismo, do Transformismo e do Monismo.

É que o Positivismo, apesar da sua belleza estructural e da elevação da sua moral, não era uma doutrina de que emanassem effluvios de seducção; dir-se-ia, ao contrario, carregada de electricidade negativa: não attrahia, repellia. Nos seus dogmas, nos seus preceitos, nas suas regras, duras como tomentos de linho bravo, havia qualquer cousa que recordava os asperos cilicios monachaes, e os seus discipulos pareciam antes severos Baptistas, vestidos de pelle, de cajado prophetico, macerados pelas rudes abstinencias do deserto (1). Dahi a sua pequena irradiação aqui. Dahi a exactidão daquella observação de

(1) «O Apostolado Positivista tem por fim propagar a Religião da Humanidade, fundada por Augusto Comte, pela acção oral e escrita e pelo exemplo. Todos os seus membros e adherentes aceitão, sem restricção alguma, o conjunto dos deveres positivos e negativos prescritos pela sua religião. De modo mais explicito, comprometem-se: 1º, a não occupar cargos politicos durante a faze empirica e de tranzição, segundo foi definida por Augusto Comte; 2º, a não exercer funcções academicas, quer no ensino das nossas faculdades superiores, Instituto Nacional, e estabelecimentos congeneres, quer como membros de associações scientificas ou literarias; 3º, a não collaborar no jornalismo, diario ou não, nem auferir lucros pecuniarios dos seus escritos; 4º, a assinar com o seu nome todas as suas publicações cuja inteira responsabilidade moral e legal devem assumir.»

Nabuco — de que o Positivismo não havia encontrado «na nossa sociedade elementos a que se pudesse incorporar».

Demais, os propagandistas da nova religião — a *Religião da Umanidade*, conforme a sua graphia original — eram inteiramente falhos de capacidade evangelizadora. Puros cerebraes, com uma certa seccura d'alma, apesar dos seus postulados altruisticos, faltavam-lhes todos os dons do alliciamento e da persuasão e essa ponta de ternura — o «*milk of human kindness*» — indispensavel á commoção das almas. Não havia entre elles nenhum grande orador, nenhum grande escriptor; como si a propria doutrina, pela sua austeridade e pelo seu rigor scientifico, estancasse nos apostolos e crentes todas as fontes da emoção, da graça e da poesia. Os seus poetas — os que faziam a chamada «poesia scientifica» — pareciam, pela dureza e rigidez das suas estrophes, que subiam ao Pindo montados em cavallos de pau e não em Pegasos de carne e osso. Nas suas predicas, não havia a doçura infiltrante das pastoraes, nem a uncção alliciadora das homilias: eram sempre affirmativas, dogmaticas, intolerantes, aggressivas, ferindo, com argumentos duros como blocos de quartzo, todos os não convencidos da Verdade.

Elles revelavam, afinal, com esta intolerancia uma completa ausencia de tactica; porque ha tambem uma tactica, toda feita de finas intuições psychologicas, na propaganda das idéas: — «Ceux qui possèdent la vérité doivent la répandre avec prudence», já dizia um certo personagem anatoleano — e os positivistas mostravam não conhecer essa arte subtil de espalhar com parcimonia e doçura a Verdade. Deante do scepticismo, que negaceava e sorria, ou do erro, que recalcitrava e teimava, irritavam-se e acabavam sempre dando na cabeça dos não conformistas com o duro epi-

theto de «pedantocratas» e «anarchizados mentaes» — o que fazia com que os ignorantes continuassem no seu erro e os scepticos no seu scepticismo.

O campo de propagação do Positivismo em nosso paiz foi, por isso, limitado, muito limitado mesmo. De 78 a 89, o grupo dos adherentes era insignificante, nullo até, para um credo que se jacta de tamanha influencia sobre os acontecimentos daquelle tempo. O grupo dos adeptos da Abolição cresceu na razão centupla; o dos adeptos da Republica, na razão decupla talvez; mas o do Positivismo teve uma expansão tão lenta e restricta que, em 10 annos, de 78 a 89, só conseguiu chegar a meia centena. É o que se vê no «Cuadro jeral da marxa anual do numero de contribuintes do subsidio pozitivista brazileiro, desde 1878», publicado na *Decima Circular* do Apostolado:

Anno	Contribuintes
1878	5
1879	6
1880	12
1881	50
1882	59
1883	43
1884	34
1885	54
1886	48
1887	49
1888	52
1889	53

Por ahi se vê que, a 15 de Novembro de 1889, si fossemos reunir todos os partidarios de Comte existentes no Brasil, teriamos a surpreza de verificar que todos elles juntos cabiam muito folgadamente dentro do salão do Club Militar...

Certo, o pensamento positivista teve uma notavel influencia no advento e na organização do novo regimen; mas esta influencia não foi devida á influencia

do ideal positivista, á sua irradiação pelas massas ou, ao menos, pelas elites. O que permittiu ao Positivismo exercer a innegavel influencia, que exerceu, foi um facto puramente accidental: a coincidencia de serem deste credo philosophico alguns dos elementos prestigiosos na organização do novo regimen. Esta influencia do Positivismo foi então uma influencia de crentes — e não do credo em si.

X

O contingente que o grupo comtista trouxe ao partido republicano foi, como se vê, pequenissimo, embora intellectualmente prestigioso. Por sua vez, o partido republicano, a 15 de Novembro de 1889, não era tambem numeroso: compunha-se apenas, como já demonstrámos, de cêrca de duas centenas de pequenos nodulos, espalhados pelo paiz, mas aggrupados mais densamente nas regiões meridionaes. Os elementos politicos, na sua generalidade, dividiam-se, quasi todos, entre as duas grandes organizações partidarias do Imperio — a facção conservadora e a facção liberal, uma e outra dotadas de poderosa organização.

Deante dessas duas solidas massas organizadas, o Partido Republicano, que a rhetorica dos seus oradores dava como «forte e pujante», fazia uma figura mesquinha: não era propriamente partido, era um esbóço de partido, uma nebulosa em via de condensação. O unico ponto do paiz em que elle affectava uma estructura menos rudimentar, era São Paulo: alli o processo aggregativo havia adeantado sensivelmente a sua evolução e os pequenos nodulos municipaes, 48, ao todo,

se federavam sob um directorio commum, com centro na Capital paulista, e onde figuravam nomes que haveriam de encher mais tarde um largo periodo da historia republicana.

No resto do paiz, excepto talvez no Rio Grande do Sul, era tudo incohesão, desorganização, inorganização. Os pequenos nodulos locaes agiam isolados, cada qual por sua conta, sem nenhum centro de coordenação commum, que lhes regulasse os planos de mobilização e a ordem dos movimentos. Tanto assim era que, até quasi nas vesperas da proclamação, o Partido Republicano não tinha um chefe commum, ao modo do Liberal e do Conservador. Sómente em 1889, 20 annos depois do Manifesto de 70, é que os republicanos, reunidos em Congresso geral, resolveram eleger o seu chefe ostensivo — Quintino Bocayuva, a quem deferiram a direcção suprema do partido. Estavam a seis mezes apenas do dia de seu triumpho — e ainda eram uma congerie de batalhadores escoteiros, agindo em pequenos pelotões isolados, á maneira dispersiva das guerrilhas!

É impossivel, portanto, fugir á conclusão de que, pela acção exclusiva dessa congerie de idealistas desorganizados, seriam inexplicaveis os acontecimentos decisivos de 15 de Novembro. O Partido Republicano não tinha, por esse tempo, só por si, poder para operar tamanha transformação politica. O ideal, que elle propugnava, não havia ainda conquistado as maiorias populares; ao seu lado não estavam as grandes classes conservadoras; não estavam ao seu lado as figuras representativas do paiz. Os elementos, que por elle batalhavam, eram representados principalmente pela rapaziada inexperiente e sonhadora das escolas e careciam, pois, de prestigio politico bastante para sacudir e abalar dos seus fundamentos o velho edificio da Monarchia. Na verdade — e os dados estatisticos, que exhibimos bem o mostram — não tinham força

siquer para porem abaixo uma oligarchia provincial.

Os republicanos, entretanto, nas proximidades do grande dia, costumavam dizer — uns com ares mysteriosos, outros com franqueza aberta — que a Republica era certa, que a Republica não tardava, que a Republica estava proxima, que a Republica ahi vinha — e o diziam com esse accento firme e convencido de quem tem a certeza certa da posse absoluta da verdade.

Elles tinham, realmente, razão para assim se comportarem, para se encherem dessa intima, mas transparecente, segurança d'alma. Iam vencer; mas a certeza dessa victoria não lhes era dada por nenhum grande movimento da opinião nacional. Essa certeza lhes vinha da sciencia, em que todos estavam, de que os truques de uma cabala feliz, tramada nos bastidores dos quarteis pelos politicos de casaca, haviam posto ao lado da ideologia republicana a arrogancia e a indisciplina dos politicos de farda.

QUARTA PARTE

O papel do elemento militar na quéda do Imperio

SUMMARIO

I. O Exercito e as explorações dos politicos civis. Os fabús de dragonas e sua funcção. — II. Explorabilidade do elemento militar. Theorias tendenciosas. O «cidadão de farda». — III. Incompatibilidade entre a psychologia militar e a psychologia dos nossos partidos politicos. Consequencias dessa incompatibilidade: a aptidão deflagrante do elemento militar. — IV. Exemplos dessa aptidão deflagrante. Pelotas e sua attitude nas questões militares de 1886-87. O caso Cunha Mattos. O caso Senna Madureira. Novas theorias tendenciosas, engenhadas pelos politicos civis. — V. O «cidadão de farda» e a sua psychologia contradictoria. Deodoro e a sua attitude em 1886-87. A moção do «Recreio»: sua significação. — VI. O papel dos politicos civis nas agitações militares: a sua acção instigadora. O tacto de Cotegipe. Pusilanimidade dos elementos civis deante da força armada. Outros recursos de reacção: a «ferida cruel» e o cicatrizante adequado. Ebulição militarista. Os «arranhões» de Cotegipe e a moção do Senado. — VII. Novos attritos. Questões surgidas sob o Gabinete João Alfredo. Attitude dos politicos civis. — VIII. Reacção do Ouro Preto. Cotegipe e Ouro Preto: os dous temperamentos e as duas politicas. Irritação crescente dos elementos militares. Consequencia: a explosão de 15 de Novembro. — IX. Ouro Preto e sua mentalidade politica. Confronto com Cotegipe. O militarismo e a sua prophylaxia.

I

Os nossos politicos civis sempre viram no Exercito um campo a explorar em beneficio dos interesses delles: os da opposição — para subirem ao poder; os do governo para se conservarem nelle. Os que estão de baixo vão aos quarteis para desalojar do poder os que estão de cima; estes apoiam-se nos quarteis para não serem desalojados pelos que estão de baixo. E tem sido esta — a de mero instrumento das ambições civis — a funcção propriamente politica do Exercito em nossa historia.

Esta passividade dos elementos militares é paradoxal, sem duvida; mas é um facto. Os nossos politicos civis, psychologos sagazes, sempre se mostraram extremamente habeis na arte, apparentemente perigosa, mas realmente sem perigos, da domesticação dos nossos leões de farda. Está claro que, quando dizemos «domesticação», não queremos dizer apenas a aptidão de amansal-os, mas tambem de embravecel-os. Porque, como veremos depois, os interesses da nossa politicagem sempre exigiram ora uma, ora outra dessas cousas.

Ha, por isso, uma grande illusão quando se falla em «politica militar» e «militarismo» em nosso paiz. Nunca houve, entre as nossas classes armadas, esse estado de espirito que constitue o militarismo, nem a sua consequencia logica, que é uma politica militar.

O nosso Exercito póde ter um certo espirito de corpo, aliás muito menos vivo do que no das velhas nações militarizadas; mas não tem, nem nunca teve, consciencia de uma missão politica qualquer, em contraposição ás classes civis do paiz.

E' certo que elle tem sido factor decisivo em muitos movimentos politicos nacionaes, a começar pelo da nossa Independencia; mas nunca agiu, em todos esses movimentos, por um impulso proprio, originado do seu proprio seio e como objectivação do pensamento de uma politica de classe. Muitas vezes elle tem revelado uma certa capacidade em se deixar tomar pelo idealismo das classes civis, como no caso da Independencia e como no caso da Abolição; mas póde-se dizer tambem que, muitas vezes, estas attitudes idealistas, que exhibe, dissimulam apenas a sua extrema receptividade ás explorações e ás intrigas da nossa politicagem de casaca.

Psychologos experientes, com o faro balzaqueano das fraquezas humanas, os nossos politicos bem conhecem esta receptividade, bem sabem desse ponto de menor resistencia da sensibilidade das nossas classes militares. E' justamente explorando estes «fracos» da classe que detem a força, que elles nunca falharam numa só tentativa junto a ellas, é que sempre têm podido fazer irromper, de improviso, das portas ameiadas dos quarteis para o espanto cá de fóra das galerias «bestializadas», ou um bando de ovelhas, ou uma alcatéa de feras agaloadas — á vontade.

Seria injusto dizer que esta exploração intelligente e systematica das classes militares pela politicagem civil tem sido obra exclusiva da Republica. Não: esta exploração vem de mais longe e — sem querermos remontar aos incidentes que marcam o advento do Periodo Regencial — podemos fixar o seu ponto de

partida em 1870, com o retorno do nosso Exercito dos campos de batalha do Paraguay. Desde esse momento, começamos a observar que os maioraes e os capitães dos dous grandes partidos imperiaes entram a voltar-se muito insistentemente para as nossas forças armadas, a lisonjea-las, a corteja-las, parecendo todos tomados de uma subita paixão pela carranca severa da Minerva dos quarteis.

Liberaes e conservadores passaram a descobrir desde então na Espada o melhor dos fetiches tutelares — e é de ver as finas manhas que uns e outros empregavam para arranjar para o seu clan um *tabú* de dragonas. Os liberaes tiveram o seu em Osorio; depois, em Pelotas, cuja impetuosa arrogancia elles souberam explorar da mancira mais habil. Todos nós sabemos como as attitudes, aliás de uma impertinencia estridente, de Pelotas para com o Gabinete Cotegipe contribuiram para os acontecimentos, que haveriam de dar em terra com aquelle Gabinete, depois com o Gabinete Ouro Preto e, afinal, com o proprio Throno.

Os conservadores, por seu lado, orgulhavam-se — e com razão — da sombra protectora que sobre elles derramava o totem da sua tribu: Caxias. Morto Caxias, a velha agreimiação partidaria, passado o periodo do luto e da inconsolabilidade, sentiu anceios de um novo amparo e começou a requestar Deodoro. Cotegipe representou nesta nova phase a delicada funcção de matrona amavel, de tia velha que favorece as approximações:

> «Morto Caxias e reconstituido o amuleto de Osorio pela escolha de Pelotas, que o succedera no Senado, Cotegipe, aliás o chefe mais perspicaz dos conservadores, começava a despertar a ambição de Deodoro, revelando ao barão de Lucena os seus planos de elevar aquello que se lhe figura-

va em futuro proximo «o nosso Caxias», isto é o general conservador, levando para o Senado, o Conselho de Estado, o Ministerio da Guerra, quiçá a presidencia do Conselho, a espada valorosa, com os copos enflorados de brazões de nobreza» (1).

Neste ponto, o bravo Fonseca parecia um predestinado: requestado pelos conservadores, requestado pelos liberaes, o foi tambem pelos republicanos — e já agora com o exito sabido, numa esplendida confirmação do principio evangelico de que os ultimos serão sempre os primeiros.

Esta alliança intelligente das figuras de mais prestigio e popularidade do Exercito por meio do affago das suas naturaes vaidades e fraquezas não era tudo; mas, apenas, uma operação preparatoria ou accessoria, uma parte apenas do grande programma de exploração systematica das forças armadas, desenvolvido, como vimos, desde 1870, com innegavel habilidade, pela classe dos politicos civis. Como vemos hoje na Republica, esses truques de tactica allicia-dora, com que jogavam os politicos de então, não se exgotavam no simples facto de conseguir para o seu clan partidario um vistoso idolo de farda; isto por si só não teria importancia alguma, ou teria uma importancia secundaria. O objectivo capital dessas manobras estrategicas por elles desenvolvidas estava principalmente em preparar um conjuncto de circumstancias, um ambiente apto a constituir como que um campo de attritos entre as susceptibilidades conhecidas da classe militar e as attitudes politicas dos Gabinetes ou de uma dada situação partidaria. Estabelecido este centro de attritos, era então a vez do *totem* do clan, o po-

(1) Tobias Monteiro — Op. cit., pag. 117.

deroso fetiche de dragonas e punhos estrellados entrar em funcção, como agente unificador, concentrando e personalizando todas as susceptibilidades da collectividade exacerbada. Desde esse momento, toda essa mole armada, posta em movimento sob a acção de espirito de classe, passava a actuar por si mesma, — pela acção material da força, ou apenas pela acção moral do pavor: e os objectivos visados pelos seus exploradores eram então alcançados na sua plenitude.

Era este o mechanismo do systema de exploração das classes armadas, concebido, organizado e montado pelos politicos do Imperio o que haveria de ser, dentro em pouco tempo, o ariete com que iriam desmantelar, involuntariamente talvez, o proprio Imperio. Vê-se que em nada differia do systema empregado pelos politicos da Republica. Estes continuaram aquelles; com esta differença — que os do Imperio pareciam revelar uma mais subtil intelligencia na selecção dos meios e dos processos a empregar.

II

Pela sua psychologia especifica, as nossas classes armadas appareceram sempre aos olhos dos nossos politicos civis em condições admiraveis de explorabilidade — e isto porque ellas constituem em nosso paiz as unicas classes que possuem um sensivel espirito de corpo e um vivo pundonor profissional. Este espirito e este pundonor profissional estão muito longe de ter, é certo, o vigor e a amplitude que demonstram nos exercitos das velhas nações européas; mas não deixam de ser bastante vivazes para que os

elementos militares se sintam perfeitamente distinctos das demais classes sociaes.

Depois da guerra do Paraguay, este sentimento de distincção de classe se intensificou ainda mais e repassou-se mesmo de um certo sentimento de superioridade. Então, os militares, vindos das duras provações da guerra, sentiam-se como que purificados pela grandeza e pela heroicidade da obra realizada — e tudo isto lhes dava uma arrogante convicção de serem superiores a nós outros, amollentados sybaritas de casaca, pela moralidade, pela austeridade, pela abnegação, como pela simplicidade e pobreza de seu viver.

Elles tinham, a principio, e até certo ponto, razão: eram desambiciosos, eram frugaes, eram pobres, e eram, por isso mesmo, honestos. E' certo que depois se foram deixando contagiar, infiltrar-se dos vicios civis, e a sua desambição desappareceu, e a sua frugalidade desappareceu, e mesmo a sua pobreza desappareceu; só a honestidade não desappareceu; mas neste ponto, elles não se distinguiam em nada dos demais brasileiros — porque a honestidade tem sido aqui um bello predicado collectivo, o apanagio de um povo crescido e educado á sombra de velhas tradições patriarchaes.

Como quer que seja, nos meios militares, no ultimo quartel do Imperio, havia generalizada esta convicção, de fundamento duvidoso, de que os homens de farda eram «puros», «sãos», «patriotas»; ao passo que os civis — os «casacas», como desdenhosamente os chamavam — eram corruptos, «podres», sem nenhum sentimento patriotico. Dahi uma certa mentalidade salvadora, engrandecida pela suggestão da caudilhagem platina, com a qual os maioraes do nosso Exercito, durante o cyclo guerreiro do Paraguay, haviam mantido um convivio muito intimo. Nenhum

documento exprime melhor esse estado de espirito dos nossos meios militares do que esta carta confidencial de Floriano ao seu collega general Neiva:

«10 de Julho de 1887 — João Neiva — Vi a solução da questão da classe, excedeu sem duvida a espectativa de todos. Facto unico, que prova exuberantemente a podridão (*sic*) que vai por este pobre paiz e portanto a necessidade da *dictadura militar* para expurga-la. Como liberal que sou, não posso querer para meu paiz o governo da espada; mas não ha quem desconheça, e ahi estão os exemplos, de que é elle o que sabe purificar o sangue do çorpo social, que, como o nosso, está corrompido. — *Floriano Peixoto.*»

Esta convicção dos nossos «cidadãos fardados» na sua pureza e incorruptibilidade, tão clara nesta confidencia de Floriano, e a consequente mentalidade salvadora que della se originou, não teve, por si só, força para levar as nossas classes armadas á creação e ao desdobramento de uma verdadeira politica militar, isto é, de uma politica exclusivista, de classe, que se epilogasse com a instituição definitiva em nosso paiz de uma oligarchia privilegiada, sómente composta de puritanos de dragonas e patriotas de punhos agaloados. Havia muito platonismo nesta attitude mental das nossas classes militares — e é quasi certo que elles não teriam saido desta attitude por um puro movimento da sua espontaneidade. Os politicos civis é que, explorando esta convicção da superioridade de classe, arrastaram os militares para esse campo perigoso, onde se operam os entreveros das nossas guerrilhas pela conquista do poder.

Para isto, elles não se limitavam a fazer com que

o *tabú* militar do partido esposasse, de uma maneira ostensiva, as animosidades civis do seu clan; crearam tambem adrede um conjuncto de theorias tendenciosas, cujo intuito era dar uma apparente justificação a certas attitudes politicas dos militares, claramente infringentes dos principios da subordinação e da hierarchia.

Neste ponto elles revelaram sempre uma intuição muito penetrante da psychologia militar. Elles sabiam, por exemplo, que um dos mais vivos pundonores do soldado, principalmente da officialidade, é a disciplina: um verdadeiro soldado procura sempre não infringir este principio vital da sua corporação. Dahi, em todos os militares que ingressavam na politica, frequentes «casos de consciencia», em que elles, como Hamlet, tomavam-se das incertezas angustiadas do *ser* ou do *não ser*, vacillando sobre si uma dada attitude politica calhava ou não calhava com os deveres da disciplina e da obediencia. Deviam ser momentos de grande angustia, realmente, estes para os verdadeiros «cidadãos de farda» — «puros», não «podres», «patriotas», etc. Muitos delles deviam ter naturalmente renunciado de antemão quaesquer velleidades politicas, sómente pelo receio de uma possivel infracção ao codigo da classe no tocante ao grande dever profissional.

Ora, os politicos do Imperio, que queriam attrahir para a sua causa o prestigio e a força da espada, nunca deixaram de acudir, pressurosos, com todos os recursos da sua inventividade diabolica, a estes militares em crise de escrupulos. No arsenal dos seus sophismas e exegeses tendenciosas, sempre souberam encontrar um lenitivo efficaz para estas consciencias em transe, ou uma formula calmante para as duvidas e as inquietações desses Hamlets de farda. Elles é que crearam com este fim — a theoria «cidadão fardado».

Esta theoria tendia a justificar o direito dos officiaes do Exercito de fazerem a sua politica, ou a sua

politicalha, como qualquer civil. O soldado — diziam — pelo facto de ser soldado, isto é, de andar armado de espada, ou pistola, ou carabina, não deixava de ser cidadão; era um cidadão como qualquer outro, apenas um «cidadão fardado»; tinha, portanto, o direito que assistia a qualquer outro cidadão, vestido de casaca ou de blusa — o direito de metter o nariz em politica, de votar em quem quizesse e, logicamente, de estar ou não contra a politica do partido do Governo.

Era de ver-se então o esforço que todos esses sophistas faziam para dissimular os perigos e as contradicções dessa theoria. Elles evitavam chegar á consequencia logica desta these imprudente: — desde que permittiam aos homens de farda estarem ou não contra a politica do partido do Governo, logicamente não poderiam impedir que elles acabassem estando ou não contra a politica do Governo e, portanto, contra o Governo — cousa sem perigo nenhum tratando-se de cidadãos de casaca, mas extremamente perigosa, tratando-se de cidadãos de farda, isto é, de cidadãos que, embora ingressando no campo trepidante da politica partidaria, não haviam renunciado ao direito, que os cidadãos civis nunca tiveram, ao uso cumulativo da espada, da pistola e da carabina.

No fundo, querendo crear uma egualdade, elles estabeleciam uma desegualdade. Realmente si, dando o direito de suffragio e de elegibilidade ao «cidadão armado», realizavam uma obra justa de equiparação entre as duas categorias de cidadãos; por outro lado, creavam, com esse apparente nivelamento de direitos politicos, uma perigosa situação de desequilibrio entre o cidadão de farda e o cidadão de casaca, quando um conflicto se abrisse entre um e outro. Porque, si este, o cidadão de casaca, tinha para ampara-lo a canna da sua bengala, aquelle encontrava o seu apoio na lamina da sua espada — e está fóra de duvida que

a pequena minoria dos cidadãos, que manejavam instrumentos de ferro, haveria de acabar fatalmente dominando a grande maioria dos cidadãos que manejavam instrumentos de pau — o que não seria justo e muito menos democratico.

Logicamente, todas as vezes que um cidadão de farda sentisse pruridos de envolver-se nas luctas dos partidos civis, o que elle deveria fazer, para uma perfeita egualdade com os cidadãos de blusa, era não só despir a farda, mas tambem a armadura, abandonalas, deixando uma e outra dependuradas no sarilho dos quarteis. Sómente depois desse gesto de renuncia heroica elle teria o direito do penetrar o campo da politica e dos partidos civis, e partilhar das crenças e das paixões dos cidadãos sem farda. Penetrando, porêm, esta arena vibrante, sem despojar-se previamente do peso dos seus apetrechos de combate, o menos que poderia acontecer a qualquer destes puritanos agaloados era pôr em risco a dignidade da propria farda — e isto porque, pelo seu proprio determinismo, a paixão partidaria acabaria levando-o a transformar a nobre armadura de defensor da patria em cangaço de salteador do poder. Aliás, as proprias classes armadas podiam dar testemunho de que todas as questões politicas, em que ellas se tinham visto envolvidas até então, desde o primeiro Imperio, tinham tido, ou tinham estado na imminencia de ter, este desfecho desairoso.

O verdadeiro soldado, compenetrado da sua missão sagrada e da austeridade do seu magisterio, devia ser alguma cousa comparavel a um cenobita devotado á grandeza da sua Ordem: tudo o que não fosse interesse da sua classe, ou deveres da sua classe, estaria fóra do horizonte das suas idéas e das suas ambições, como do campo das suas acções. Pela natureza mesma da sua estructura e da sua finalidade, a classe a que está incumbida a defesa da Nação não póde

ser, com effeito, comparada a nenhuma outra classe civil — e só nas ordens religiosas encontra o seu simile.

Na vida das casernas, devia haver qualquer cousa que recordasse a austeridade da vida monachal. Na cabeceira de cada tarimba devia arder perennemente um lume votivo á poliade da Patria, como na cella de cada mosteiro e á cabeceira de cada monge arde perennemente um lume votivo á Divindade Crucificada. O homem que ingressasse nestas confrarias militares seria como monge guerreiro medieval: batalhando pela sua Patria, como o Templario batalhava por sua Fé; mas, como este, dotado sublimemente da capacidade das grandes renuncias e das grandes abnegações. Desde que elle, porêm, carecesse desta capacidade, desde que outra ambição o atormentasse, desde que o seduzissem as grandezas que estão para alem dos horizontes da sua classe, o que elle devia fazer é o que faria o monge seduzido pelas vaidades do mundo: renunciar o seu sacerdocio, romper o seu juramento, abandonar a sua Ordem. Porque «cidadão de farda» — isto é, homem da Ordem e homem do seculo, homem de espada e homem de partido, politico-soldado e soldado-politico — é, sem duvida, uma entidade ambigua e monstruosa.

III

O conceito do «cidadão de farda» era, como se vê, uma pura concepção do racionalismo politico, que fazia do direito de suffragio uma cousa inherente ao homem, como o direito á vida ou o direito á liberdade de locomoção. Bastaria, porêm, um pouco de senso pragmatico da realidade e da vida para comprehender

que, mesmo que a razão especulativa justificasse a capacidade eleitoral dos membros das nossas classes armadas, tudo estava aconselhando a denegação deste direito aos militares e mostrando os inconvenientes da sua admissão no campo das luctas partidarias. Um pouco mais de patriotismo da parte dos politicos civis — e elles se teriam abstido, em seu proprio proveito e no do paiz, de defenderem esta these perigosa.

Ha, realmente, uma incompatibilidade radical entre a psychologia do militar e os principios, segundo os quaes se desenvolvem as actividades dos partidos em nosso paiz. Esta incompatibilidade radical torna as luctas politicas, em que apparecem militares, uma fonte de attritos temerosos.

O militar tem, com effeito, por educação e por dever, o sentimento muito vivo do seu pundonor pessoal, da dignidade da sua farda e dos seus galões: a propria condição de guerreiro em perspectiva, de homem destinado a uma missão de bravura, justifica perfeitamente esta mentalidade especial. O militar tem, pois, que ser absolutamente intransigente no tocante ao seu pundonor profissional, que é o da bravura. Na vida civil, este pundonor tem uma importancia secundaria — e o não poder exhibir neste ponto o cinturão de ouro dos campeões nunca foi para um paizano um desaire sensivel. O militar, ao contrario, tem que afastar da sua personalidade de homem de arma, já não diremos a grave suspeita da covardia, mas mesmo a leve suspeita do medo ou da carencia de intrepidez. E', pois, extrema a sua sensibilidade ás offensas. Consequentemente é, pois, extrema a sua reactividade ás offensas. Dahi, constituir-se elle sempre, aqui, um elemento explosivo, facilmente deflagrante, quando penetra ou entra em contacto com a atmosphera electrizada das nossas luctas civis.

Estas se perfazem entre nós sob normas, em que

Quintino Bocayuva

Joaquim Nabuco

José do Patrocinio

Ruy Barbosa

podemos encontrar tudo, menos respeito pela dignidade pessoal dos combatentes. Nesse ambiente de paixões, só ha um sentimento dominante: o odio ao adversario. Neste codigo de moral, só ha um dever supremo: o dever da injuria e da diffamação. Nenhum principio de nobreza. Nenhuma tradição de hombridade. Nenhuma lei de cavalheirismo. O que importa é negar tudo, mesmo os elementos de vida, ao adversario, como na *interdictio aquæ et ignis*, com que os Romanos castigavam os criminosos de lesa-patria. Cada encontro partidario, cada batalha politica é um drama sombrio e pungente, ás vezes sangrento, cujo epilogo é sempre a destruição moral, quando não a destruição physica, do adversario. Este é sempre um inimigo, uma sorte de *out-law*, que se deve liquidar, ou na honra, ou no corpo, a golpes de massa. Estamos ainda, neste particular, vivendo uma vida de primitivos, uma vida instinctiva, de homens da edade das cavernas.

Ha muita similhança da lucta politica em nosso povo com a lucta politica nos Estados Unidos; apenas com esta differença: — que a nossa é em ponto pequeno aquillo que a americana é em ponto grande; pois os processos são os mesmos e a mesma a psychologia dos combatentes:

> «Da politica — diz Nabuco, fallando das suas impressões da America do Norte — a impressão geral que tive e conservo é a de uma lucta sem o desinteresse, a elevação de patriotismo, a delicadeza de maneiras e a honestidade de processos, que tornam na Inglaterra, por exemplo, a carreira politica acceitavel e mesmo sympathica aos espiritos mais distinctos. O que caracteriza essa lucta é a crueza da publicidade, a que todos que entram nella estão expostos. Para

a reportagem não existe linha divisoria entre a vida publica e a privada. O adversario está sujeito a uma investigação sem limite e sem escrupulos, e não elle sómente, todos que lhe dizem respeito. O politico é entregue sem piedade aos *reporters;* a obrigação destes é rasgar-lhe, seja como fôr, a reputação, reduzi-la a um andrajo, rolar com ella na lama. A lucta não se trava no terreno das idéas, mas no das reputações pessoaes; discutem-se os individuos; combate-se, póde-se dizer, com raios Roentgen; escancaram-se as portas dos candidatos; expõe-se-lhes a casa toda como em um dia de leilão» (1).

Entre nós, como aliás na America, o politico civil fez-se dentro desse meio e, por isso mesmo, afez-se a elle. Creou para o seu uso e para uso da sua classe uma moral, ou melhor, uma philosophia latitudinaria e conformista — e essa philosophia adoravel o blinda de uma perfeita insensibilidade ás sarjaduras da injuria e assegura-lhe mesmo, ao que parece, uma certa immunidade ao vitriolo da calumnia.

O militar — o «cidadão de farda» — não. Justamente por não ser um politico profissional e penetrar o campo partidario apenas a titulo desportivo, não se resguarda preventivamente com a blindagem daquella philosophia latitudinaria dos politicos civis — e é como alguem que afundasse numa caatinga sertaneja sem a armadura de couro do vaqueiro: dentro em pouco estaria lacerado, sangrando por todos os pontos, deixados nús, da sua sensibilidade.

É este justamente o lado delicado da intervenção do militar na politica dos civis. Porque elle se faz homem de partido sem ter abandonado a sua mo-

(1) Nabuco — *Minha formação*, pags. 159, 160, 162.

ral de soldado: nelle coexistem, pois, estas duas individualidades — do politico e do militar. Mesmo sem farda, elle não sabe separar, nem póde, estas duas individualidades — e todo o perigo reside precisamente nesta inseparabilidade. O adoptar a philosophia latitudinaria do politico civil seria para elle uma sorte de *capitis diminutio* moral: deixaria de ser o profissional das armas, com a sua psychologia propria, a psychologia da sua classe — e acabaria por ficar mal collocado em qualquer dos campos: os civis o desdenhariam; os militares o desprezariam. Elle é forçado, entrando para o campo da politica civil, a conservar, portanto, a sua moral de soldado, o seu extremado preconceito de honra, Dahi o grande perigo.

Como vimos, o grande objectivo das nossas luctas politicas é o ataque aos pontos mais sensiveis da dignidade pessoal do adversario. Ora, penetrando um meio assim, sem ter previamente abandonado a viva sensibilidade do seu pundonor profissional, o militar está destinado a ser um elemento necessariamente perigoso e explosivo, tal como uma bomba de dynamite ou uma granada de mão: ao primeiro attrito, deflagrará.

IV

Nas questões militares de 1886-87 encontramos, com effeito, exemplos extremamente suggestivos disso que poderiamos chamar — a aptidão deflagrante do elemento militar, quando em contacto com a atmosphera dos partidos civis.

Essas questões militares de 86-87 têm uma

grande importancia — porque dellas é que partiu toda a dynamica do movimento que haveria de dar, dous annos mais tarde, com o throno em terra. O Exercito se achava então trabalhado por um vivo fermento de indisciplina. — «Não temos exercito, e a sua disciplina é pessima» — dizia Pelotas em 1886. Pelotas citava então esta prova decisiva: em 1884, num effectivo de 13.500 homens, houve 7.526 prisões!

O movimento abolicionista, por outro lado, e tambem a diffusão da doutrina positivista haviam induzido os officiaes a attitudes compromettedoras em relação ás questões politicas em debate. Elles haviam tomado partido: estes eram abolicionistas; aquelles, liberaes; aquelles-outros, republicanos — e essas attitudes os levavam a frequentes attritos com os politicos mais representativos dos partidos contrarios: deputados, senadores, ministros. Nestes attritos o espirito de classe logo se revelava — e a questão pessoal tomava para logo o caracter delicado de uma questão de classe.

E' o caso da polemica entre o coronel Cunha Mattos e o deputado Simplicio de Resende. Da tribuna da Camara, Simplicio injuriara Cunha Mattos, em resposta, aliás, a phrases asperas que este lhe dirigira das columnas da imprensa.

No ardor do debate, Mattos avançou que o culpado de tudo fôra o ministro da Guerra (Alfredo Chaves), que, segundo elle, «errára» no despacho que dera a um relatorio seu. O ministro immediatamente reprehendeu o official indisciplinado e mandou-o prender por 48 horas. Era uma medida perfeitamente disciplinar, e o ministro, applicando-a, não fez mais do que manter o prestigio da sua auctoridade.

Mas Alfredo Chaves era um civil, ou melhor, um «casaca». Na sua providencia disciplinar, o Exercito viu um endosso ás injurias atiradas pelo deputado,

tambem «casaca», á dignidade militar. De modo que essa reprehensão, tão natural e tão regulamentar, foi como a percussão da espoleta de uma granada: feriu a «honra da farda» — e a honra da farda explodiu. O conflicto pessoal generalizou-se, e fez-se conflicto de classe. Pelotas, no Senado, declarou que «os officiaes do Exercito deviam ver no que acabava de soffrer o seu camarada uma offensa a todos elles feita»:

> «O official que é ferido em sua honra — disse elle — tem o direito imprescindivel de desaggravar-se.»

No momento em que formulava este principio do codigo da honra militar, um outro senador aparteou com esta restricção: «si as leis o permittirem», tendo em mente, por certo, os preceitos de lei que prohibiam aos militares discussões pela imprensa. Pelotas, porêm, retrucou com enorme arrogancia, em que transparecia claramente o seu desdem de militar pelos politicos de casaca:

> «Eu não digo que as nossas leis o permittam; estou dizendo ao nobre ministro da Guerra o que eu entendo que deve fazer um militar, quando é ferido em sua honra, e que fique sabendo o nobre senador de Pernambuco, que quem está fallando assim, assim procederá, sem se importar que haja lei que o vede. Eu ponho a minha honra acima de tudo.»

Evidentemente, esta linguagem deve ser muito recommendavel e adequada num militar, *fóra* da politica; *dentro* da politica, misturados aos politicos, fazendo tambem politica, ou mesmo politicalha, mas querendo para a sua pessoa immunidades que os po-

liticos não têm, é fazê-lo um agente de irritação permanente, um turbulento chronico, um perturbador perigoso da ordem publica.

O caso Senna Madureira, que veio logo em seguida, é prova disto. Madureira, commandante da Escola de Tiro do Rio Grande, viera em 1886 á imprensa discutir assumptos militares, replicando a uma critica que lhe fizera o senador Franco de Sá, ex-ministro da Guerra e, como Simplicio de Resende, «casaca» tambem. Foi reprehendido, como não podia deixar de ser.

Madureira, porêm, temperamento impulsivo de insubordinado recalcitrante e reincidente, não se conformou com a reprimenda. Protestou; voltou á imprensa; affirmou que estava sendo victima de uma injustiça; e acabou requerendo um conselho de guerra. Tudo absolutamente contra os regulamentos militares e os preceitos da disciplina.

O ministro, como era natural, indeferiu o pedido: recusou o conselho de guerra. Tratava-se de um acto administrativo do ministro, e este acto não podia, está claro, ser julgado sem quebra das leis da hierarchia, por um conselho de officiaes subordinados a elle, ministro.

O caso teria tido o seu ponto final ahi: não passaria de um simples caso administrativo, si a psychologia do «cidadão de fárda» não acudisse com a sua intervenção perturbadora.

Como Cunha Mattos, Madureira fôra atacado da tribuna parlamentar e por um «casaca». O caso, na origem, havia sido de natureza politica — porque se prendia a expansões pouco disciplinares de Madureira em favor das idéas abolicionistas. Os adversarios do Abolicionismo atacavam, com vehemencia os partidarios do Abolicionismo — no que estavam no seu direito; e Madureira, abolicionista tambem, não podia

deixar de partilhar com os demais abolicionistas desses ataques.

Madureira, entretanto, e os demais cidadãos de farda que faziam Abolicionismo e outras cousas politicas, inclusive Republica, não pensavam assim. Eram militares, tinham lá sua honra — a honra da farda — e está claro que não podiam sujeita-la a estas contingencias desagradaveis. Na critica azeda de Franco de Sá, elles, Madureira e os seus camaradas, não viram um desses incidentes naturaes a que estão frequentemente sujeitos os que mettem o nariz em politica; viram uma offensa á honra da farda. Como o ministro da Guerra, reprehendendo Madureira, pareceu endossar a offensa atirada da tribuna do Parlamento á classe militar, immediatamente toda ella se levantou, num movimento de solidariedade ao «camarada» aggredido. O zaïmpli da classe fôra profanado; era preciso desaggraval-o. De modo que, de um simples caso pessoal de indisciplina, surgiu um caso mais grave, tumido de consequencias perigosas: uma questão militar!

O grupo de officiaes da guarnição do Rio Grande, á qual pertencia Madureira, tomou a iniciativa da reacção em nome da classe. Reunidos em comicio, protestaram contra a attitude do ministro da Guerra, reprehendendo um official indisciplinado, que viera á imprensa, com infracção de dispositivos expressos das leis militares, discutir as resoluções de um superior. Era um acto de indisciplina collectiva, ao qual, entretanto, o commandante das armas do Rio Grande do Sul, marechal Deodoro, dera o seu assentimento ostensivo e confessado.

Os officiaes indisciplinados guardavam ainda certos recatos de pudor; não ousavam, por isso, exhibir á luz do dia todas as crúas nudezas da sua turbulencia. Procuraram então vesti-la em fórmas decentes

de legalidade, cobrindo-a com as roupagens de doutrinas tendenciosas, que os politicos civis, alfaiates habilissimos nessa obra de carregação, haviam cortado e costurado ao geito das circumstancias.

Essas doutrinas tendenciosas, engenhadas pelos politicos civis de comparsaria com os politicos militares, diziam que só era indisciplina, passivel de punição, «qualquer discussão pela imprensa *entre militares* sobre objecto de serviço». Desde que a discussão não era sobre objecto de serviço, não havia indisciplina; como tambem não havia indisciplina, si a discussão fosse travada entre um militar e um civil:

> «Todos os agitadores politicos, republicanos ou não — diz um historiador — sustentavam nesta epocha que a disciplina militar se limitava ao serviço dos quarteis e da força em acção, podendo os officiaes proceder livremente em tudo o mais que tivesse relação com a vida publica, em que tambem deviam collaborar como *cidadãos fardados*» (1).

Dentro dessas idéas, construira-se uma doutrina perigosissima, tendente a justificar todos os desmandos dos referidos «cidadãos fardados» contra os cidadãos sem farda — fossem elles representantes do povo no Parlamento, ou funccionarios publicos, investidos de grandes responsabilidades na administração, ministros, por exemplo, inclusive o da Guerra.

Na pratica, entretanto, esta doutrina tendenciosa resultou num absurdo monstruoso. Desde que, nas discussões com os civis, os militares agiam como *cidadãos* e não como *militares*, as injurias que porventura resultassem desses debates deviam recair logica-

(1) Tobias Monteiro — *Op. cit.*, pag. 139.

mente sobre elles, não como *militares* e sim como *cidadãos;* mas o facto é que não acontecia assim, — e os «cidadãos fardados», quando offendidos pelos civis, invocavam logo, como se vê das palavras de Pelotas, a sua condição de militares e passavam a agir como taes, na defesa da honra da farda e da dignidade da classe. O que tudo resumido dava nesta situação de privilegio, absolutamente odiosa: quando sujeitos activos de descomposturas, os militares conservavam-se perfeitos cidadãos, vestidos de roupas burguezas e armados de instrumentos de pau: eram «casacas»; mas, si vinham a ser sujeitos passivos de descomposturas — o que era inevitavel — para logo, num repente, appareciam mettidos em galões reluzentes e armados de instrumentos de ferro: eram soldados!

V

Este caracter duplo, equivoco, bifronte dos militares politicos, isto é, dos «cidadãos de farda», mostra-se claramente na correspondencia de Deodoro com Cotegipe, trocada por occasião da reunião de Porto Alegre.

Depois de ter interpellado Deodoro si a reunião havida se fizera com permissão sua, Cotegipe, numa carta confidencial de 1.º de Novembro de 1886, fez sentir, como veremos, a Deodoro a sua extranheza por esta attitude singular do commandante das armas do Rio Grande. Deodoro, em carta de 14 do mesmo mez, respondendo ás considerações de Cotegipe, tenta justificar o comicio dos officiaes indisciplinados com argumentos, em que transparece, como se vai ver, toda a psychologia bifronte do «cidadão de farda»:

«Houve motivo para tumultuosas reuniões, porque os militares — dizia elle — não podem, nem devem estar sujeitos a offensas e insultos de Francos de Sá e de Simplicios, cujas immunidades não os auctorizam a dirigir insultos, nem os isentam da precisa e conveniente resposta.»

Nestas palavras, aliás dirigidas por um commandante das armas ao presidente do Conselho, de par com a phrase desabrida, sente-se o desdem dos «cidadãos de farda» pelos collegas de casaca, isto é, os politicos civis. O deputado Simplicio de Resende apparece alli pluralizado em muitos Simplicios, de simplicidade absoluta, e o senador Franco de Sá, ex-ministro da Guerra, ex-superior hierarchico de Deodoro, vulgariza-se em varios Francos de Sá, claramente despreziveis.

Deodoro, como se vê, com a sua mentalidade de cidadão de farda, achava que «os militares não podiam, nem deviam estar sujeitos a insultos» dos civis, com que discutiam, e certamente não via que isto era querer para os politicantes de dragonas, seus camaradas, uma situação toda especial e injusta, porque de privilegio — pois o insulto foi sempre, outrora como hoje, moeda corrente, como vimos, no mundo dos que fazem politica em nossa terra.

Na mesma carta, o marechal Deodoro procurou dar as razões desse extremado pundonor dos militares, da sua viva sensibilidade ás offensas:

«Não será amesquinhar-se o Exercito, tirar-se-lhe o brio, a dignidade e o amor proprio, requisitos esses sem os quaes não haverá soldados, mas sim vis, despreziveis escravos?»

Como se vê, o raciocinio de Deodoro era o mesmo da totalidade dos «cidadãos de farda», isto é, dos mi-

litares, que, entrando na politica, não querem entretanto sujeita-se ás leis do mundo politico, contrariando assim o velho preceito de que se deve ser romano em Roma...

> «O Governo do Brasil — dizia ainda Deodoro — que, ás glorias de ter, com o maximo sacrificio de dinheiro e sangue, libertado um paiz que gemia por causa da propria inacção e da tyrannia do seu chefe, quer hoje juntar o acto inglorio de escravizar homens illustres, seus concidadãos, aos destemperos e fatuidades dos Simplicios, cujos sentimentos pelas galas do poder fizeram explosão, ferindo a quem tinha direito incontestavel ao respeito.»

Este trecho nos revela, mais uma vez, ao vivo, a psychologia duplice e contradictoria dessa entidade hybrida, que é o cidadão de farda. Elle julga, como se vê, que a sua farda tem o «direito incontestavel ao respeito» — o que é indiscutivel; mas quer, com sensivel imprudencia, ser cidadão no mundo da politica civil, mundo em que o respeito pelos adversarios e, mesmo, pelos proprios correligionarios nunca existiu.

Esta mentalidade contradictoria é que torna o militar politico um elemento perigosamente deflagrante. Esta explosividade, entretanto, não teria consequencias sérias e ficaria restricta ao caso individual, si a solidariedade de classe não lhe désse uma irradiação temerosa.

O cidadão de farda, com effeito, não se limita a levar para a politica a sua mentalidade de militar; leva tambem a solidariedade da sua classe; de modo que a offensa individual se torna instantaneamente offensa collectiva, a offensa ao militar só faz logo offensa aos militares. Dahi a deflagração — e já agora de deposito de cordite, e não de granada apenas.

«E o que houve — pergunta ainda Deodoro — por causa desses insultos dirigidos co tra os militares? Por parte do Exercito — uma reunião calma, respeitosa e pacifica, pedindo a reparação dos direitos violados e da dignidade offendida. A ferida foi forte, cruel e mortal, e, com justa razão, sangrará emquanto Madureira e Cunha Mattos estiverem sob a pressão da injustiça, de que foram victimas. E' fóra de toda duvida que os officiaes, ao primeiro insulto, ultimamente dado, tiveram resignação tal, que foram sopitados os seus sentimentos de dôr; que calaram-se ao segundo, convictos de que outra reclamação não seria acceita, que importaria baixeza, e dariam a mais exuberante prova de que abandonariam o companheiro distincto, o digno irmão no campo da batalha, onde difficil é a protecção, como o abandonaram na paz, deixando-o só entregue aos embates da injustiça e da perseguição.»

Neste trecho vê-se como que o processo psychico da generalização da offensa irrogada inicialmente ao individuo, a sua socialização por assim dizer, dando origem a uma sorte de resentimento collectivo e, consequentemente, ao desdobramento temeroso da logica sentimental da classe. Esta raciocinava assim: o Governo puniu os militares injuriados; logo, queria com isso endossar as injurias; logo, era tambem inimigo.

Revoltados contra os politicos do partido do Governo, os militares acabaram, então, muito naturalmente, revoltados contra o proprio Governo.

E' assim que, reunidos em comicio tumultuoso, no Theatro Recreio Dramatico, em numero de cêrca de duzentos, presididos por Deodoro e secretariados pelo insubordinado Madureira, os officiaes do Exercito ap-

provaram esta moção, por onde se vê que o conflicto havia attingido o seu climax de incandescencia:

«1.º Os officiaes de terra e mar, presentes a esta reunião, *não julgam terminado com honra* para a classe militar o conflicto suscitado entre esta e o Governo, emquanto perdurarem os effeitos dos avisos inconstitucionaes, que foram justamente condemnados pela imperial resolução de 3 de Novembro ultimo, tomada sobre a consulta do veneranda Supremo Conselho Militar.

2.º Pensam tambem que só a cessação de qualquer medida, tendente a perseguir os officiaes pelo facto de terem adherido á questão militar, poderá acalmar a *irritação* e o desgosto que reinam nas fileiras do Exercito.

3.º Recorrem confiantes á augusta justiça do illustre chefe da Nação, para pôr termo á agitação em que se acha ainda a classe militar, que só provas de resignação e disciplina até hoje tem dado.

4.º Resolvem dar plenos poderes ao Exmo. Sr. marechal Deodoro da Fonseca, presidente desta reunião, para representa-los, junto ao Governo de S. M. o Imperador, no intuito de conseguir uma solução completa do conflicto, digna do mesmo Governo e dos brios da classe militar».

Desde esse momento o conflicto perdia o seu caracter irritante de mera indisciplina e entrava estrepitosamente na phase vibrante da belligerancia.

VI

Para esta excitação tão grande dos elementos militares contribuiu poderosamente a propria psychologia dos cidadãos fardados, que, como vimos, é essencialmente deflagrante; mas tambem concorreu, não menos poderosamente, a acção excitadora dos politicos civis.

Estes, no fundo, sempre foram os grandes culpados das agitações militares em nossa patria — e nas ultimas agitações que antecederam e produziram a quéda do Imperio, póde-se dizer que a parte que elles tiveram foi principal. Neste ponto, os dous velhos partidos imperiaes, a que mais tarde se deviam juntar os elementos republicanos, são réus historicos desse mesmo crime commum, que, afinal, é um crime de lesa-patriotismo.

Nesta gravitação para os quarteis dos politicos do Imperio, o sentimento que os impellia nunca foi um sentimento de sympathia ou de admiração pela classe militar. Quando, encaminhando-se para as casernas, agitavam ante os olhos da classe armada o panno vermelho dos direitos militares, o intuito que os levava não era nem por sombra o engrandecimento dessa classe. Iam aos bancos da Escola Militar ou ás tarimbas do Realengo com o mesmo objectivo com que os caudilhos sertanejos costumavam ir ao valle do Rio das Eguas ou a Pajehú de Flores: iam alliciar cangaceiros para as suas empreitadas politicas. O que admira é que o Exercito nunca mostrasse parecer ter comprehendido isto...

Nas questões militares, oriundas dos attritos en-

tre o coronel Cunha Mattos com o deputado Simplicio de Resende e do coronel Senna Madureira com o senador Franco de Sá, os politicos liberaes, então em opposição ao Gabinete Cotegipe, desdobraram, com effeito, grande actividade excitadora. Das palavras mais innocentes de um ministro de Estado extrahiam venenos mais violentos do que os dos Borgias — e com elles envenenavam todo o Exercito. Para as provincias, com o intuito de impressionar as guarnições e arrasta-las a impulsos compromettedores, passavam telegrammas tendenciosos, contendo noticias inteiramente falsas. Uma dessas noticias, que provocou grande excitação nas longinquas guarnições do Sul, foi a de que o Governo, no intuito ostensivo de desprestigiar o Exercito, havia demittido o barão da Gavea e o general Severiano, irmão de Deodoro, então commandante das armas do Rio Grande do Sul. Este telegraphou logo, inquerindo o que havia e, através do seu telegramma, transparece o fremito da officialidade sob o seu commando:

> «Consta demissão tua e Gavea. Cotegipe telegraphou questão seria resolvida Conselho Supremo Militar. Ficamos, por ora, satisfeitos. Que ha?»

Este Conselho Supremo Militar fôra um recurso habil, de que o Governo lançára mão para atalhar a crescente exploração partidaria, que os politicos adversos ao Gabinete estavam fazendo do caso Cunha Mattos-Senna Madureira: — «O Governo comprehendera que era preciso tirar á questão o caracter politico que a opposição lhe queria dar, e o expediente que lhe acudiu, mais conciliador e mais tranquillizador das susceptibilidades militares, foi subtrahir a decisão das reclamações ao juizo individual para submet-

te-la ao conhecimento de um tribunal — e este foi o Conselho Supremo Militar».

Truque de estrategia politica, elle mostrava que o Governo estava receioso, e transigia; mas era um recurso intelligente, e o velho Cotegipe com elle conseguira deslocar do terreno civil para o terreno militar a solução da grave questão em fóco.

Os seus adversarios não se deixaram, entretanto, vencer, e entraram a telegraphar para as provincias, annunciando falsamente grandes tumultos no Rio. O objectivo dessas falsas noticias era provocar nessas distantes guarnições attitudes compromettedoras, que as outras guarnições acabariam endossando por solidariedade.

Procurando contrabater esta campanha insidiosa e desfazer as agitações que ella iria provocar, Cotegipe julgou prudente passar ao general Deodoro este telegramma, em que punha o commandante das armas do Sul ao corrente dos intuitos politicos de todas essas mentiras telegraphicas:

> «Urgente — Rio — 10 de Outubro de 1886 — Marechal Deodoro, commandante das armas. — Recebi seu telegramma que muito me satisfez pelo que v. ex. me communica. Pessoas inimigas da ordem, que procuram agitar a opinião em proveito proprio ou das suas opiniões politicas, contrariadas pelo effeito da deliberação do Governo, passam telegrammas para as provincias que ha aqui agitação, que a casa do ministro foi atacada, etc. E' tudo falso. Aqui, como ahi, militares satisfeitos. — *Barão de Cotegipe.*»

Deodoro respondeu, e na sua resposta bem se vê como o expediente engenhado pelo chefe do Gabinete havia sido efficaz na sua acção sedativa:

«Ha solidariedade geral officiaes provincias, calma e esperanças Conselho Supremo. — *Deodoro.*»

Cotegipe parecia acreditar na boa fé de Deodoro. E' de ver-se o esforço da sua fina intelligencia para esclarecer o bravo Fonseca dos fins meramente politicos dos instigadores civis:

«A politica e, especialmente, os partidos extremos apossaram-se da questão e enxergaram no Exercito um instrumento a seus planos e paixões — dizia elle a Deodoro, na sua carta confidencial de 1 de Novembro de 1886. Veja-se qual a côr dos jornaes que mais exaltados se mostraram, e v. ex. me dirá si a politica tem ou não parte no movimento.»

Nesta carta, Cotegipe não se limitava apenas a abrir os olhos de Deodoro em relação ao sentido da acção dos politicos civis; tambem procurava chamar com habilidade o velho soldado ao terreno da disciplina, convencer delicadamente Deodoro da inconveniencia da sua attitude, do que havia de contradictorio no facto delle estar exercendo uma alta commissão do Governo e, ao mesmo tempo, prestar solidariedade a reuniões de protesto contra actos do Governo. Cotegipe exhibe nesta carta todos os recursos do seu tacto admiravel de politico e parlamentar, e a sua argumentação é toda uma obra prima de dialectica e persuasão:

«Não quero apreciar as razões que levaram v. ex. a collocar-se á testa de taes manifestações para encaminha-las convenientemente — dizia elle. Apenas observarei que, quaesquer que fos-

sem as intenções de v. ex. (e estou persuadido que foram as melhores), a gravidade das deliberações tomadas em commum pela força armada é de tal natureza, que não podem deixar de influir de uma maneira prejudicial na disciplina do Exercito. Hoje protesta-se contra os actos da primeira auctoridade militar, que é o ministro da Guerra; amanhã protestar-se-á contra os dos chefes, ou sejam generaes, ou commandantes dos corpos; teremos, portanto, um Exercito deliberante, o que é incompativel com a liberdade civil da Nação. Reflicta v. ex. e reconhecerá que os generaes assumiram uma immensa responsabilidade, provocando ou approvando taes manifestações.»

Cotegipe, como se vê, envolvia o gume da sua dialectica incisiva em maciezas de velludo e paina. Deodoro respondeu com vehemencia, com arrogancia mesmo, a estas palavras moderadas e polidas do chefe do Gabinete — o tal foi a vibração da sua replica, que Cotegipe foi forçado a demitti-lo. Fê-lo, porém, com as delicadezas e cautelas de quem mexe num envolucro cheio de balas de dynamite:

«Rio, 5 de Dezembro de 1886 — Exmo. Sr. Marechal Deodoro da Fonseca — Recebi a carta de v. ex., sem data, em resposta á que dirigi a v. ex. em 1.º do proximo passado mez. Deixando de parte, por extemporaneas, as razões com que v. ex. justifica o procedimento official que teve na questão qualificada — militar —, porque não tenho esperanças de convence-lo (meu principal fim na correspondencia trocada com v. ex.), devo declarar a v. ex. que a divergencia entre o pensamento do Governo e o do seu delegado de cou-

fiança é tão profunda, que nenhum dos dous póde permanecer nesta posição, prejudicial em todo sentido ao serviço do Estado. Pelo que tenho o pezar de prevenir a v. ex. de que v. ex. é substituido, e virá occupar o logar que exercia nesta Côrte. O sr. presidente communicará a v. ex. as disposições do Governo para que sejam guardadas as attenções e conveniencias á pessoa de v. ex. A interrupção das nossas relações officiaes em nada prejudicará, espero, as de perfeita estima e consideração, com que sou de v. ex. amigo att.º e criado. — *B. de Cotegipe.*»

Cotegipe via, com a sua costumada clarividencia, a borrasca que se estava adensando ao Sul, e que haveria de, dentro em pouco, pelo seu proprio dynamismo, avançar, crescer, cobrir todo o paiz. Havia, por isso, na sua attitude, uma tal moderação, um espirito de conciliação tamanho, que chegava a parecer timidez, sinão fraqueza deante da força armada. Elle sentia, naturalmente, que os muitos milhões de bengalas civis de nada valeriam deante dos poucos milhares de baionetas do «Exercito deliberante» — e, comprehendendo a desegualdade das situações, transigia, conciliava, cedia, deixava-se mesmo «arranhar» na sua altivez. «E' muito bom aconselhar: puna, prenda, córte cabeças — dizia elle mais tarde, em confidencias, e recordando os «arranhões» que soffrera —; mas, na pratica, muitas vezes nos vemos obrigados a mudar para não sacrificar mais altos interesses».

Realmente, na sua correspondencia com Deodoro, este traço de moderação excessiva apparece constantemente; ás vezes, quasi que nos dá mesmo a sensação desolante de uma queixa maguada ou de uma imploração:

«Quando o general Deodoro — dizia elle ainda, na sua primeira carta confidencial já citada — revestido da mais alta confiança do Governo, assim pensa e assim procede, o que não fariam os seus subordinados? Eu e o Gabinete commigo sentimos que v. ex., a que demos somma de confiança maior do que a qualquer outro funccionario, nos crcasse tão serios embaraços.»

Esta transigencia, oriunda evidentemente do medo, embora vestida com as roupagens decorosas da moderação e da prudencia, os politicos do Imperio nunca se pejaram de revelar deante dos elementos militares exacerbados. Saraiva, por exemplo, apesar da sua altivez, tambem não deixou de transigir deante desse poder formidando. Na sua carta a Deodoro, quando, com a demissão de Ouro Preto, foi convidado a organizar o Gabinete, é transparente o seu desejo de lisonjear a vaidade do velho cabo de guerra:

«Encarregado pelo Imperador de organizar novo Ministerio, não quero, nem devo fazer cousa alguma sem entender-me com v. ex.».

Este — «nem devo» — é evidentemente excessivo. Saraiva, pela primeira vez na sua vida, dobrava a espinha para uma subtil curvatura de lisonja. Estavamos então na manhã mesmo da quéda do Imperio — e Deodoro havia levado já na sua aventura aquelle mesmo throno bragantino que Saraiva, ingenuamente, ainda pensava salvar com a ajuda daquella espada poderosa.

E' de justiça, entretanto, assignalar que os estadistas do Imperio não adoptavam, na lucta contra a militança amotinada, unicamente este processo abdicatorio, de condescendencia e transigencia. Elles sabiam,

como bons psychologos que eram, que em toda alma, mesmo que seja a de um puritano de dragonas, ha pontos de menor resistencia, onde o demonio da seducção póde instillar, com exito, os seus peccados. Dahi lançarem mão, successivamente, ou cumulativamente, de outros processos mais praticos e, parece, tão efficazes quanto os primeiros, sinão mais efficazes ainda. Di-lo o visconde de Ouro Preto, com a responsabilidade e a respeitabilidade do seu grande nome, referindo-se aos expedientes usados pelos conservadores do Gabinete João Alfredo:

> «Esqueceram-se (os conservadores) de que não foram victimas do Exercito, graças unicamente ao derivativo da expedição de Matto Grosso que, com sacrificio consideravel do Thesouro, proporcionou commodidades e commissões rendosas aos mais irrequietos e turbulentos» (1).

Havia, realmente, sido «forte, cruel, mortal» a ferida, como disse Deodoro na sua carta a Cotegipe; mas agora se está vendo que o bravo soldado se illudira sobre a gravidade da lesão: embora forte e cruel, como era natural, tratando-se de gente de epiderme delicada, a ferida não era de modo algum incuravel — pois, na pharmacopéa dos «casacas», não foi difficil aos conservadores encontrar o cicatrizante adequado.

Esta attitude de medo não mostraram só os que estavam no poder e contra quem a turbulencia da espada desencadeava as rajadas do seu pundonor indignado. Os proprios instigadores, os que haviam da tribuna do Parlamento ou da Imprensa açulado a desordem, acabavam tambem tomados da surpreza, do

(1) Ouro Preto — *O Advento da Dictadura Militar*, pag. 155

alarma e, por fim, do medo deante dos effeitos da sua propria obra. Dahi o recúo que elles fizeram, quando viram a imminencia de um golpe de força da parte do Exercito amotinado. O perigo acordou-lhes a consciencia patriotica: «O partido liberal não assalta o poder por meio de pronunciamentos militares» — dizia Silveira Martins no Senado. E Ouro Preto: «O partido liberal não poderia querer o poder pelo caminho que lhe abrissem as espadas e as baionetas do Exercito: preferia o perpetuo ostracismo».

No fundo, o que os liberaes queriam, explorando as susceptibilidades militares, nada tinha que ver com os militares, nem com os direitos delles; os militares entravam em tudo isto apenas como simples instrumentos, de que os liberaes se utilizavam para attingir o seu grande objectivo: forçar os conservadores a deixar o poder sob a pressão de um movimento da opinião, poderoso, embora inteiramente artificial. Elles não haviam levado em conta, porêm, a tremenda potencia explosiva latente na alma da classe militar — e fizeram-n'a deflagrar com espantosa imprudencia. O resultado das suas instigações fôra alem do que esperavam: queriam apenas uma pressão moral, feita pela força da opinião, e o que os acontecimentos lhes estavam annunciando era, entretanto, a imminencia de uma pressão material, feita pela força da espada — o que constituia uma possibilidade inquietante, fóra inteiramente dos seus calculos mais pessimistas. Dahi o alarma, e o terror consequente.

Deodoro, com effeito, demittido do cargo de commandante das armas do Rio Grande, viera para o Rio e se fizera o centro da gravitação da questão militar. Na reunião do Recreio presidira, como já vimos, o motim dos officiaes e acceitava a incumbencia de representa-los perante o Governo, na lucta que travavam contra o mesmo Governo.

Essa ebulição alarmante do espirito militar não se restringia ao Rio, ás suas guarnições e ás do Rio Grande. Os varios nucleos do Exercito espalhados pelo paiz estavam, na sua totalidade, tomados do mesmo espirito irrefreavel de sedição. Quando Lucena foi, a pedido de Cotegipe, á casa de Deodoro para acalma-lo e arrasta-lo a uma attitude de conciliação, o caudilho mostrou-lhe emphaticamente a sua mesa de trabalho coalhada de folhas de papel. Eram as adhesões de todas as guarnições do paiz: — «As guarnições punham-se ás suas ordens e davam-lhe poderes para obrar como conviesse» (1).

Pelotas, por seu lado, no Senado, replicando ás palavras conciliadoras de Cotegipe, transpirou ameaças por todos os póros e proferiu um discurso, rijo e cortante como um golpe de sabre:

> «Peço encarecidamente ao sr. presidente do Conselho que reconsidere o seu acto, por amor deste paiz, não por satisfacção a mim, que pouco ou nada valho; solva esta questão de um modo honroso e digno. Si não o fizer, não sabemos o que poderá acontecer amanhã, apesar do nobre presidente do Conselho confiar na força armada que tem á sua disposição. Taes serão as circumstancias, que é bem possivel que ella lhe falte. Reconsidere o nobre presidente do Conselho o seu acto, por amor deste paiz, e, quem sabe, si por amor das instituições.»

Era realmente um claro «estado de belligerancia» que se havia constituido entre o Poder Civil e o Poder Militar. Este, como sempre, armado de ins-

(1) Tobias Monteiro — *Op. cit.*, pag. 151.

trumentos de ferro; aquelle, como sempre, armado de instrumentos de pau.

Nesta situação de evidente desegualdade, o Poder Civil tinha que transigir — para evitar mal maior. Cotegipe transigiu, e o temporal amainou, pelo menos por um momento.

O Senado, com effeito, interpretando este espirito de transigencia do Gabinete, e acudindo-o naquella emergencia assustadora, havia approvado a seguinte moção, em que o Poder Civil, na pessoa do presidente do Conselho, saía com a sua auctoridade *arranhada*. Vale a pena transcreve-la, porque nella os politicos civis, mais uma vez, revelavam a sua prodigiosa fecundidade inventiva, quando defrontados, inesperadamente, por uma situação de perigo:

> «Requeiro que, á vista da imperial resolução de 3 de Novembro de 1886 tomada sobre consulta do Conselho Supremo Militar de 18 de Outubro do mesmo anno, o Senado convide (*sic*) o Governo a fazer cessar os effeitos das penas disciplinares, anteriormente á resolução, impostas a militares por uso indevido da Imprensa, fóra do caso especificado na consulta do Conselho Supremo, como contrario á disciplina do Exercito. — S. R. — *Silveira Martins.*»

VII

Os militares teriam naturalmente arrefecido na sua incandescencia facciosa, si os politicos civis houvessem cessado de espicaçar-lhes as susceptibilidades, açulando-os contra o Gabinete conservador, que,

embora «arranhado», resolvera não cair. Sob esta excitação continua o espirito de indisciplina persistia, ora ardendo occulto, como a brasa no borralho das lareiras, ora franco, em crepitações subitaneas, denunciando a latencia do incendio interior.

Depois das questões Senna Madureira e Cunha Mattos, resolvidas com a transigencia de Cotegipe, outras questões, com effeito, surgiram, revelando o mesmo estado de irritação do elemento armado e a sua crescente incompatibilidade com o poder civil.

O caso da prisão do official da marinha Leito Lobo bem o demonstra. Tratava-se de um official já reformado — o que não impediu que esta prisão, depois de ter provocado um verdadeiro conflicto entre forças da Marinha e a Força Policial, acabasse gerando, sob o influxo dos instigadores civis, uma nova questão militar, e tão ardente, que teve por epilogo a retirada de Cotegipe do poder.

Os manejos liberaes não conseguiram ainda desta vez a substituição da situação partidaria. Cotegipe saiu, mas o Partido Conservador continuou no poder com o Gabinete de 10 de Março de 1888, presidido por João Alfredo. Os liberaes, associados já agora claramente aos republicanos, continuaram, por isso, a soprar no borralho do militarismo, no intuito obstinado de provocar um novo incendio, ou pelo menos, uma explosão nova.

Esta foi dar-se em S. Paulo, até então immune ás agitações armadas. O chefe de policia da grande provincia, no cumprimento do seu dever funccional, havia penetrado no quartel do 17.º batalhão do Exercito, para attender a um conflicto entre praças da força policial e praças daquelle batalhão. Parece que a auctoridade, ao penetrar no quartel, não cumpriu todas as formalidades necessarias — e os officiaes do batalhão protestaram, julgando o caso um desres-

peito á dignidade dos seus galões e do Exercito. Era uma nova questão militar que irrompia. O Governo foi obrigado a demittir o chefe de policia e fez remover para o Rio o batalhão sedicioso; mas, as manifestações calorosas que saudaram este batalhão no seu embarque, promovidas pelos republicanos dalli, mostram claramente como nesta extrema excitabilidade dos elementos militares intervinha a acção instigadora dos politicos civis.

O estado de espirito das classes armadas, sob a influencia dessa exploração incansavel e insistente, era então o de uma susceptibilidade quasi hysterica. Tudo era pretexto para resentimentos; em tudo descobria-se uma intenção offensiva. O Governo quasi que não podia agir. Os menores actos, simples medidas disciplinares, tudo se revestia dos intuitos e dos caracteres de um acinte humilhante para os brios militares.

VIII

Nesse ambiente crepitante de irritação e coleras é que subiram os liberaes em 1889, com o Gabinete de 7 de Junho, presidido pelo visconde de Ouro Preto.

Ouro Preto trazia para o poder outro temperamento, muito diverso do temperamento de Cotegipe ou de João Alfredo. Estes possuiam um feitio mental ou moral que não permittia classifica-los com propriedade na classe dos homens que preferem quebrar a torcer. Eram politicos sagazes, maneirosos, conhecendo, como ninguem, e maravilhosamente, a tactica das retiradas.

O temperamento de Ouro Preto não era absolu-

tamente este. Havia nelle um fundo de impetuosidade, que nem sempre o seu profundo sentimento de decoro e a dignidade das suas maneiras conseguiam dissimular inteiramente. Na sessão de apresentação do Gabinete, quando o padre João Manuel, combatendo o programma do Gabinete, deu o seu famoso grito: *Viva a Republica!* este fundo de impetuosidade do caracter de Ouro Preto detonou — positivamente detonou — numa explosão magnifica. Lendo os *Annaes*, temos como que a visão cinematographica do incidente, tão expressivo naquelle instante dramatico do velho regimen:

> «O Sr. Visconde de Ouro Preto (*Presidente do Conselho, levantando-se impetuosamente e com energia*): Viva a Republica, não! Não e não! pois é sob a Monarchia que temos obtido a liberdade que outros paizes nos invejam e pudemos mante-la em amplitude sufficiente para satisfazer as aspirações do povo mais brioso. Viva a Monarchia! fórma de governo que a immensa maioria da Nação abraça, e a unica que póde fazer a sua felicidade e a sua grandeza!»

Não tinha Ouro Preto o tom algido e impassivel, que espalhava tanto mysterio e, por isso mesmo, tanto prestigio sobre a personalidade de Saraiva, como lhe faltava a graça, chiste, a viva seducção de Cotegipe. Era um temperamento, não apenas impetuoso, mas tambem intrepido, desassombrado, affirmativo, de um singular aprumo na sua altivez inamolgavel — e foi este temperamento que o impediu de fraquejar quando, deposto de ministro, sentiu-se envolvido, de subito, num circulo de espadas minazes, dentro do Quartel General. Deodoro, nesta occasião, já senhor da situação, approximou-se delle, recordando-lhe as pro-

vações que soffrera em Matto Grosso: — «Não soffreu mais do que eu, neste momento, em que sou obrigado a ouvi-lo» — replicou com dignidade e força.

Nesse momento dramatico, os seus companheiros nem sempre souberam guardar, intacta, a linha de altivez que a situação impunha: intimidaram-se, tomaram-se do pavor e tiveram mesmo alguns delles as suas fraquezas. Elle, não: manteve-se sempre altivo, digno, bravo deante da mole de espadas que o ameaçavam. Quando preso, um official revoltoso veio acorda-lo, gritando-lhe: «Acorde, e prepare-se, que mais tarde tem que ser fuzilado!» Elle retrucou logo, prompto e indomavel na sua altivez: «Só se acorda um homem para o fuzilar, mas não para o avisar que tem de ser fuzilado. O senhor verá quem para saber morrer não é preciso saber vestir farda».

Um homem destes, provido de uma individualidade tão forte, lançado pela Corôa do encontro á exacerbação militarista, só póderia ser o que foi: um factor aggravante. O momento era de transigencia, de conciliação, de concessões, para evitar mal maior — e pedia homens de outro feitio: Dantas, talvez, com a sua diffusiva communicabilidade, a sua larga cordialidade envolvente, o seu gosto da popularidade e mesmo o seu latitudinarismo no terreno dos principios; ou, talvez, Paulino, manoiroso, discreto, ceremonioso, finamente intelligente, com o dom peregrino de saber transigir, parecendo intransigente e ser realmente um admiravel conductor de homens, dando a impressão a todo mundo de absolutamente não querer ser nada disto.

Como era de esperar do seu feitio voluntarioso e intrepido, de homem dantes quebrar que torcer, Ouro Preto trouxe para o poder um programma nitidamente articulado de reacção, não propriamente contra o Exercito em si mesmo, mas contra o «Exer-

cito deliberante», a que alludia Cotegipe. No desdobramento, porém, desta politica, si elle agiu com a decisão, a coragem, a intuição previdente do estadista, não o fez, entretanto, com o tacto e a discreção do politico — e comprometteu-se de uma maneira irremediavel com o elemento militar.

O plano de Ouro Preto era logico, mas perigoso. Para elle — já que não seria patriotico reduzir a efficiencia militar do Exercito — o que cumpria fazer era contrapôr ao Exercito outro poder, tão efficiente militarmente quanto elle. Dahi o seu empenho em reorganizar a Guarda Nacional, instrui-la e arma-la:

«Resolvido a firmar o seu dominio exclusivo — disse elle, referindo-se á classe militar, e justificando o seu plano — elle comprehendeu que, si a milicia civica chegasse a receber a necessaria instrucção, offerecer-lhe-ia séria resistencia no dia em que saisse da legalidade. Cumpria impedi-lo; dahi a explosão» (1).

Explorado pelos politicos civis, em opposição pessoal ou partidaria ao Gabinete, o plano do ultimo presidente do Conselho da Monarchia pareceu ás classes armadas um acinte, uma provocação — o que fez com que as velhas animosidades militares, em viva fermentação, recrescessem com virulencia maior ainda.

Faltou a Ouro Preto o dom de saber occultar os intuitos reaes dos seus actos ou o pensamento intimo dos seus planos: agiu ás claras, num ataque frontal ao adversario temeroso. Elle era, aliás, uma natureza muito altiva e orgulhosa para essas manobras da dissimulação. Da raça dos que, ao contrario de Talleyrand, pensavam que a palavra foi dada ao homem justamente para revelar o pensamento, este feitio do seu caracter podia qualifica-lo para todas as situações, menos para a situação em que estava, em que

(1) Ouro Preto — *O Advento da Dictadura militar*, pag. 142.

cada metro quadrado de terreno a pisar, minado de perigos, como que deixava á mostra, em ameaça, a ponta de uma espoleta de granada.

Com o seu temperamento franco e imperioso, Ouro Preto, realmente, não sabia praticar a arte que a situação estava exigindo — de fazer vista grossa para não ver o erro, ou não punir o mal. Da sua superioridade hierarchica tinha uma consciencia em grau de sensibilidade tal, que se resentia ao contacto da mais leve irregularidade ou irreverencia. O episodio, larga e proveitosamente explorado pelos seus adversarios, da prisão do commandante da guarda do Thesouro (elle era o ministro da Fazenda), dá-nos uma prova disto, como nos dá a sua attitude em relação ao caso de Benjamin Constant. Benjamin, deante dos officiaes chilenos e das altas auctoridades publicas, fizera, na Escola Militar, um discurso inconvenientissimo, sem attender siquer a que estava presente o ministro da Guerra, o conselheiro Candido de Oliveira.

Ouro Preto interpellou o seu collega, perguntando como tinha procedido na emergencia. — «Retirei-me, respondeu candidamente o interpellado, para não continuar a ouvir». E Ouro Preto: — «Devia te-lo preso; só assim poderia ser corrigida a falta de um official que se pronuncia contra os seus superiores deante delles, e ainda mais deante de officiaes extrangeiros».

Esta attitude indisciplinar de Benjamin pareceu intoleravel a Ouro Preto, irritou-o mesmo. Demittiu, por isso, o general Miranda Reis, o commandante da Escola Superior de Guerra, por não ter castigado, como devia, o official indisciplinado. Este acto, deturpado nos seus intuitos honestos pelos interesses da opposição, constituiu, como era de esperar, um novo ponto de irritação das classes armadas contra o chefe do Gabinete.

Ouro Preto continuava, porêm, a sua marcha para

deante, muito rectilineamente, não ha duvida; mas, estudando-o por esta epocha nos seus actos, a impressão que se tem é que elle parecia inconsciente dos perigos da situação, que estava creando com a sua intransigencia.

Demittido Miranda Reis, Ouro Preto, com effeito, voltou-se agora para Benjamin Constant no intuito de puni-lo pela irregularidade da sua attitude. Organizou um Conselho de lentes da propria Escola para o julgar. O Imperador interveio com a sua tolerancia e a sua longanimidade:

> «Qual, sr. Ouro Preto, não vá por ahi. O sr. acredita no resultado deste Conselho? Lobo não come lobo. Olhe, o Benjamin é uma excellente creatura, incapaz de violencias, é homem de X mais B, e, alem disso, muito meu amigo; mande chama-lo, falle com franqueza e verá que elle acabará voltando ao bom caminho.»

Ouro Preto respondeu — e a sua resposta é bem a demonstração de seu caracter altivo e energico: — «Mas, senhor, por ahi é que não devo ir; eu sou Governo; deante de um facto publico como este, não sei como me posso entender com esse official, antes que elle seja punido e convencido da sua falta».

Deante da situação que se tornava cada vez mais grave, parece que Ouro Preto tentou lançar mão, ou lançou de facto, do velho recurso da dispersão. Ottoni attribuiu-lhe o pensamento de dividir o Exercito, distribuindo os batalhões pelas provincias (1). Era este um expediente encontradiço, muito frequentemente utilizado, de que todos os Governos lançam mão quando

---

(1) Christiano Ottoni — *O Advento da Republica no Brasil*, pags. 91 e 105.

defrontados por questões militares, mas que só resulta efficaz quando a turbulencia é local, e não geral. Ouro Preto, contestando Ottoni, negou que tivesse esse intuito e tentasse mesmo pôr em pratica essa politica, e affirmou que a unica remoção que fizera — a do 22.º batalhão para o Amazonas — fê-la a conselho de Floriano (1).

O facto, entretanto, é que todo o Exercito estava crente do contrario — de que o chefe do Gabinete estava pondo em pratica a politica da dispersão, com o intuito de enfraquece-lo, desarticulando-o na sua poderosa estructura e afastando-o da séde do Imperio. Era um boato falsissimo — diz Ouro Preto — inventado e propagado por um dos promotores da revolução de 15 de Novembro, que disso se vangloriava mais tarde como «habil e patriotico estratagema de guerra» (2).

Ouro Preto, ao contrario de Cotegipe, não dava um só passo para destruir estas explorações e acalmar o elemento militar irritado contra elle: qualquer movimento neste sentido lhe parecia humilhante. No emtanto, a sua situação era muito mais grave do que a de Cotegipe e exigia muito mais espirito, sinão sentimento de transigencia. Todos os seus actos, de inflexivel rigor, davam azo a que os seus adversarios espalhassem esses boatos, deturpando-lhe as intenções mais honestas e razoaveis. Tudo servia para especulações tendenciosas, porque o ambiente era de absoluta credulidade ás balelas mais extravagantes e absurdas.

Espalharam, por exemplo, que, no famoso baile da Ilha Fiscal, o chefe do Gabinete, no intento de desconsiderar o Exercito, deixára de convida-lo nos seus

(1) Ouro Preto — *Op. cit.*, pag. 135.
(2) Ouro Preto — *Op. cit.*, pag. 13.

elementos mais representativos para aquella festividade. Era um boato inteiramente falso. Ouro Preto convidára nada menos de quarenta e cinco grandes patentes do Exercito.

Espalharam tambem que Ouro Preto desconsiderára Deodoro, quando este voltou de Matto Grosso. Diziam que o chefe do Gabinete não visitára o referido militar. Era realmente verdade: Ouro Preto não visitára Deodoro. Mas elle explicou muito razoavelmente o facto: — «Eu não o devia visitar sem que elle me procurasse». Nada mais natural; mas a inflexibilidade de Ouro Preto, a sua altivez, o seu orgulho, dava ensejo a que nesta attitude, que em qualquer outro seria natural, se visse um acinte offensivo — e isto foi um factor novo de irritabilidade e animosidade contra o chefe do Gabinete, como que uma nova braçada de gravetos atirada á fogueira da agitação militar.

Os excitadores civis — ou interessados apenas na quéda do Gabinete, ou já preparando o caminho para a Republica — mostravam-se cada vez mais diabolicamente ferteis na traça e na invenção dos boatos compromettedores. E' assim que espalharam a balela de que o chefe do Gabinete ordenára a prisão do Deodoro e expedira ordem para o embarque de varios batalhões, no intuito de dispersar e enfraquecer o Exercito. Era tudo falso, como o proprio Ouro Preto declarou (1); mas esta falsidade todo o Exercito acreditou ser uma verdade genuina, e foi como a pancada fatal na mina que se carregava, havia muito tempo. Deu-se a explosão: — e eis ahi a conspiração victoriosa de 15 de Novembro.

---

(1) Tobias Monteiro — *Op. cit.*, pag. 232.

IX

O que surprehende em tudo isto é a attitude do chefe do Governo deante dessa conjuração assim imminente. Era tamanho o seu desconhecimento que, só á ultima hora, na manhã de 14 de Novembro, é que elle sentiu roçar junto de si a ameaça e teve a previsão alarmada do perigo proximo. Nada mais surprehendente do que a boa fé com que confiava na firmeza da sua situação e na fidelidade dos elementos que o cercavam. Esta confiança palpita, tensa e tumida, nas palavras da sua entrevista com o conselheiro Sousa Ferreira, quando este jornalista o interpellou sobre os boatos que circulavam quanto á prisão de Deodoro e ao embarque dos batalhões.

«O Sr. Sousa Ferreira — disse elle — mostrou-se satisfeito com as seguranças que eu lhe dava, porque, no seu conceito, taes ordens trariam as mais graves consequencias.

— Que consequencias? perguntei.

— Não seriam cumpridas.

— O Governo far-se-ia obedecer.

— Não teria meios.

— Meu caro sr. conselheiro, já lhe affirmei e repito, que não se lembrou o Ministerio de mandar prender o marechal Deodoro, nem de fazer sair da Côrte nenhum dos corpos da guarnição; mas, si as conveniencias do serviço publico o exigirem, não hesitarei em dar as ordens necessarias, sejam quaes forem as consequencias. Si fôr desobedecido, recorrerei aos batalhões que se con-

servarem leaes, recorrerei á Marinha, recorrerei á Guarda Nacional e ao povo; em todo o caso, cumprirei o meu dever. Hei de manter o poder com dignidade, ou resigna-lo-ei.»

Esta confiança elle a conservou até á ultima hora, até o momento do cêrco do quartel-general pelas tropas commandadas por Deodoro. Só então, deante da attitude de Floriano, que se recusou a reagir, «comprehendeu que até o auxiliar, em quem mais tinha confiado, o tinha tambem abandonado».

Dir-se-ia que este homem, de tão lucida intelligencia, de uma clarividencia tamanha para os outros aspectos da situação, estava inteiramente cego ao seu aspecto mais temeroso. Esta impenetrabilidade á suspeita, esta confiança absoluta nos seus auxiliares, esta maneira lisa, limpa, honesta de acreditar na lealdade alheia, honra muito os seus attributos de homem nobre e cavalheiroso, que, sabendo-se incapaz de um deslize, não póde comprehender que os outros tambem não o sejam; mas demonstra tambem que, entre as suas qualidades de homem de Estado, não estava nem a intuição do caracter dos homens que o cercavam, nem o senso barometrico das variações da atmosphera politica. Elle raciocinava como um geometra da politica, empregando, na solução dos problemas em jogo e no trato dos homens, uma logica rectilinea, sobre que o sentimento da conveniencia ou da opportunidade parecia não exercer nenhuma influencia apreciavel. Quando defrontado por uma situação de embaraço, o seu modo de agir, expedito e energico, lembrava um pouco o do duque de Saldanha, segundo Ramalho. O chefe luso «desatava as difficuldades com a ponta do seu sabre»; o chefe do Gabinete de 7 de Junho cortava-as com o ariete da sua intrepidez.

O temperamento de Cotegipe era outro. Subtil, sagaz, agillimo, de um tacto incomparavel, penetrante conhecedor dos homens e mais ainda do ambiente politico, Cotegipe fazia, de preferencia, a guerra de escaramuças — e parece que não gostava das batalhas campaes. Si fosse general, a sua tactica predilecta seria naturalmente a das guerrilhas. Para cortar aos seus adversarios a monção do «embarcar a Republica em aguas revoltas», conforme a sua propria expressão, procurou amainar a procella, atirando sobre as vagas agitadas do militarismo o oleo acalmador das transigencias maximas.

Ouro Preto, não: fallava ao seu temperamento a flexibilidade necessaria ás transacções e conciliações. Nas luctas politicas, devia preferir naturalmente as batalhas campaes; ao contrario de Cotegipe, não sentia nenhuma seducção por essa tactica de guerrilhas, pequena e agil, toda feita de golpes de surpreza e fugas simuladas. O seu methodo preferido era o do ataque frontal, directo, ao campo adverso.

Em synthese, Cotegipe adoptou a prophylaxia preventiva e Ouro Preto a prophylaxia aggressiva do militarismo. Tudo, porêm, estava mostrando claramente que o que a situação continuava a exigir era a cultura intensiva e em larga escala da politica sedativa de Cotegipe. Ouro Preto, dentro da logica da sua indole voluntariosa e affirmativa, pensando salvar a Monarchia, adoptou, ao contrario de Cotegipe, o methodo frontal e uma politica de aggressão; mas, a verdade é que o que resultou desta politica e daquelle methodo foi abreviar, precipitando, o advento da Republica.

QUINTA PARTE

A quéda do Imperio

SUMMARIO

I. O movimento de 15 de Novembro e a Republica. O objectivo inicial do movimento não era republicano. Testemunho de Pelotas. O papel de Deodoro. — II. Deodoro e a proclamação da Republica. Floriano e a sua attitude. — III. O 3.º Imperio. O conde d'Eu e a sua impopularidade. Mediocridade dos descendentes de D. Pedro. Inviabilidade consequente do 3.º Reinado. — IV. O Exercito e o ideal republicano. O papel dos «collarinhos de couro». O papel dos «cadetes philosophicos». O que foi a proclamação da Republica. — V. Doença do Imperador. O seu reflexo na opinião publica. — VI. A quéda do Imperio. O isolamento do Imperador. O caracter de D. Pedro e a ausencia de aulicismo na elite do 2.º Imperio. — VII. D. Pedro e o seu exilio. Grandeza da sua attitude. — VIII. O seu papel em nossa historia.

I

O movimento contra o ministerio Ouro Preto, da parte dos militares indisciplinados, não teve inicialmente nenhum intuito republicano. O que se queria era dar com o Gabinete em terra, compellindo-o a demittir-se, ou compellindo o Imperador a demitti-lo. Um movimento similhante ao operado recentemente por Mussolini na Italia e por Primo de Rivera na Hespanha. Era a opinião militar que derrubava o Gabinete, já que a opinião popular não tinha forças para isto.

Inicialmente, com effeito, o movimento militar não tinha intuitos republicanos — e a prova está no depoimento do proprio Pelotas, grande corresponsavel delle, e em cuja casa se deu o primeiro encontro dos conjurados:

> «O pronunciamento da guarnição do Rio que deu em resultado a proclamação da Republica, — disse Pelotas em carta a Ouro Preto — surprehendeu-me mais do que a V. Ex. que delle teve aviso horas antes. Não julgava possivel a Republica emquanto vivesse o Imperador, e dahi a minha surpreza. Si de mim tivesse dependido a sua permanencia como chefe da Nação, affirmo-lhe que não teria sido deposto.»

O pensamento central do Pelotas, como de Deodoro, era inicialmente a derrubada da situação Ouro

Preto, cuja politica de reacção a tinha incompatibilizado com todo o Exercito; mas não estava nos planos dos dous caudilhos a desthronação do velho Bragança, que um e outro egualmente veneravam. Este ponto parece perfeitamente esclarecido com o depoimento de um dos conspiradores, Serzedello Corrêa.

Serzedello fôra incumbido de procurar Pelotas para arrasta-lo a um golpe de caracter republicano. Pelotas declarou-se prompto para o golpe contra Ouro Preto, mas á proposta para o golpe contra o throno deu uma resposta reticente e dilatoria: «Isso virá depois; por ora é preciso o concurso de todos os camaradas». E' claro que Pelotas repellia a proposta imprudente de Serzedello; apenas o fazia de um modo delicado, usando de uma fórmula protelatoria.

II

Deodoro tambem, por esse tempo, pelo menos, não pensava em dar caracter republicano ao movimento. Das suas attitudes e palavras o que se deprehende é que Deodoro vacillou muito, oscillando, numa penosa crise de consciencia, entre a Monarchia e a Republica, ou melhor, entre D. Pedro e a Republica.

Os republicanos assediaram Deodoro, e Benjamin teve o papel principal no trabalho de conversão do caudilho. Em 10 ou 11 de Novembro reuniram-se todos elles, Benjamin, Quintino, Aristides Lobo, Glycerio e outros na casa do proprio Deodoro para leva-lo ao golpe republicano. Deodoro ficou longamente hesitante. Devia ser grande a lucta intima que travou comsigo mesmo — com a sua propria consciencia. Por fim, a uma exhortação mais vehemente de Benjamin, cedeu. — «Eu queria acompanhar o caixão do Im-

perador, que está velho, e a quem respeito muito» — disse, tomado de uma subita onda de ternura pelo Imperante, a quem era grato e de quem era amigo. E depois, já «fixado»: — «Elle assim o quer, façamos a Republica».

Sente-se dessas palavras que Deodoro assentiu em *desthronar* o Imperador, á ultima hora, com difficuldade, recalcitrando, como que arrastado, vencido, cedendo á pressão de uma força extranha á sua propria vontade. Só depois da conferencia de 11 com Benjamin e outros republicanos é que elle resolveu imprimir ao movimento, que planejára contra o Gabinete, um sentido republicano, inteiramente fóra do seu pensamento inicial.

O esforço catechizante de Benjamin fôra realmente efficaz, porque, a 12 de Novembro, num encontro com o então coronel Jacques Ourique, Deodoro parecia francamente decido na sua adhesão á Republica:

«Jacques, eu tambem fui sempre monarchista, ainda que muito desgostoso e descontente nestes ultimos tempos — disse elle. Agora, é forçoso convencermo-nos que com a Monarchia não ha salvação possivel para a Patria, nem para o Exercito. Já temos provas de que, depois de tudo o que fizemos, elles seguiriam a mesma senda e tratariam de anniquilar o Exercito. E, demais, a Republica virá com sangue, si não formos ao seu encontro sem derrama-lo».

Esta resolução, assim tão definida, parece, entretanto, que esmorecia á medida que o caudilho caminhava para o desfecho do dia 15. Dir-se-ia que Deodoro voltava de novo a vacillar sob a acção de varios sentimentos desencontrados. Esta indecisão como que persistiu até o instante mesmo do golpe de força, que haveria de *derrubar* o *throno*. Conta, com effeito, o proprio visconde de Ouro Preto que Deodoro lhe dissera, por occasião da intimação no Quartel General,

que «ia levar ao Imperador a lista dos novos ministros». Ora, isto prova que, *naquelle instante pelo menos*, o pensamento de Deodoro já não era o de Benjamin — isto é, da Republica; mas, sim o de Pelotas — isto é, da derrubada do Gabinete.

Tudo dá a entender que este estado de indecisão, esta «fluctuação» moral de Deodoro continuou ainda mesmo depois de realizada a deposição do Gabinete. O golpe fôra dado pela manhã — e, já pela tarde, não havia ainda nenhum acto positivo de Deodoro como indicando a proclamação da Republica. Os republicanos inquietaram-se, começaram a ficar apprehensivos. — «Dizia-se que, depois do facto consummado, os chefes do movimento militar tinham encarado a gravidade da situação e hesitavam em arcar com as responsabilidades de uma subversão do regimen».

Era tão positiva a indecisão de Deodoro, que Benjamin tambem se mostrou reticente quando os republicanos, chefiados por Glycerio, foram em magote, até á casa de Deodoro com o fim de dissipar a incerteza em que estavam e provocar declarações do caudilho. Recebidos por Benjamin, «este não fez nenhuma affirmação categorica e chegou a declarar que o novo Governo consultaria em tempo a Nação para que esta decidisse dos seus destinos» (1).

Os republicanos comprehenderam immediatamente a realidade da situação e começaram a agir com rapidez e extrema habilidade, no intuito de evitar que a victoria accidental do seu pensamento se resolvesse num fracasso final. Com este fim acercaram-se de Deodoro e começaram a adensar em torno delle uma atmosphera poderosa de suggestões, tendentes a abalar em favor da Republica a sua sensibilidade de emotivo. Era Quintino, era Glycerio, era Benjamin, principal-

(1) Tobias Monteiro — *Op. cit.*

mente. Sem este grupo de enthusiastas e dedicados, tudo parece indicar que a Republica seria, a 15 de Novembro, uma tentativa abortiva, com uma duração momentanea, de relampago — como aquelle «Ministerio das nove horas», presidido por Vasconcellos.

O que parece mais provavel é que no systema de motivos que impelliram Deodoro ao golpe contra o throno, havia razões geraes, que eram as de todos os republicanos, e havia razões particulares, que só eram do caudilho da revolução. Uma dessas era a sua inimizade radical com Silveira Martins.

Deodoro tinha, com effeito, uma justificada animosidade contra o grande tribuno rio-grandense. Este o desauctorára no Rio Grande e depois, quando Cotegipe demittiu Deodoro do commando das armas, moveu-lhe uma violenta campanha pelo Parlamento e promoveu-lhe mesmo a responsabilidade perante o Supremo Tribunal de Justiça. Ora, Ouro Preto, demittindo-se, suggerira ao Imperador o nome de Silveira Martins para reorganizar o Ministerio — e nos circulos militares correra o boato de que o Imperador acceitára a suggestão. O novo presidente do Conselho seria então o maior inimigo de Deodoro — e isto (Deodoro o confessou), para quem tinha em mão todos os trunfos e o apoio da unanimidade do Exercito, era absolutamente intoleravel:

«Na palestra amistosa e de camaradagem de outros tempos, que tive com s. ex. sobre o golpe de Estado de 3 de Novembro, que estava na ordem do dia — diz uma testemunha fidedigna — entre muitos incidentes que se passaram, um bastante me impressionou. S. ex., com aquella franqueza brusca, de que sabia usar em certas occasiões, me declarou que sómente cogitou da Republica no momento em que tivera certeza de que o Imperador mandára chamar, por telegramma, o conselheiro Gaspar para organizar Mi-

nisterio, e que, approximando-se delle, o dr. Benjamin Constant, disse: — «General, v. ex. tem o direito de dispôr da sua cabeça, como bem e melhor entender; mas me parece que não tem o direito de dispôr das cabeças dos seus companheiros, que tomaram parte activa na revolta contra o Governo».

Taes palavras (disse-me s. ex.) causaram-me profunda impressão, e lembrei-me que era inimigo figadal de Silveira Martins, que, organizando o Ministerio, era de esperar que, não só eu, mas os meus companheiros, teriamos que soffrer as consequencias do espirito irrequieto de Gaspar» (1).

Benjamin era uma natureza ardente, de convicções fortes, e devia ser tambem um psychologo sagaz: vê-se bem que elle havia tido a intuição segura do lado fraco do caracter de Deodoro, a sua impressionabilidade, a sua suggestionabilidade, a facil dissociabilidade da sua synthese mental, para fallar como Janet. Deodoro era um pobre homem, de alma franca e cavalheiresca; mas, no tocante ao temperamento intellectual, pertencia áquelle «typo gregario», da classificação de Grasset, e, como todo gregario — é de Grasset o conceito — «isolé, il peut être solide dans ses convictions; mais un article de jornal, une conférence, un meeting, le font immédiatement changer. C'est un instable, un malléable, dont le polygone se laisse trés facilement désagréger et influencier par la contagion des voisins» (2).

Esse argumento — de que Deodoro, assentindo na ascensão de Silveira Martins, iria pôr em risco a cabeça delle, Deodoro e dos seus camaradas — não encerrava nenhuma verdade, nem a menor sinceridade da parte de Benjamin; era apenas pura *mise-en-scène*,

(1) Max Fleiuss — *Historia Administrativa do Brasil*, 2.ª edição, 1925, pag. 431

(2) Grasset — *La Biologie humaine*, Paris, 1920, pag. 283.

um truque melodramatico, perpetrado calculadamente com o fito de crear em Deodoro este estado moral especifico, a que chamam, em technica de psychologia, a «emoção-choque», desaggregadora do polygono.

É justo reconhecer que o truque foi habilissimo, de effeito exacto, preciso, seguro — pois o proprio Deodoro confessa o estado de superexcitação, de exaltação, de impressionabilidade, em que ficou depois daquellas palavras de Benjamin.

Esse boato da indicação de Silveira Martins foi, porêm, um factor de ultima hora, que surgiu na manhã do proprio dia 15, quando Deodoro já havia conseguido o seu objectivo principal, que era a destituição do Gabinete. Elle não nos póde dar a razão do que aconteceu antes disso, isto é, o assentimento de Deodoro á proclamação da Republica, a 11 de Novembro, cedendo á exhortação de Benjamin.

Já neste caso é preciso considerar, como elemento explicativo, um outro factor — e este factor é o proprio feitio moral de Deodoro.

Deodoro era uma natureza apaixonada, vibrante, dotada de uma grande emotividade. Basta-nos lêr a sua resposta á carta confidencial de Cotegipe, quando commandante das armas do Sul, para sentirmos esta tempera exaltada, exuberante, passional do velho Fonseca. Com um enthusiasmo de facil explosividade e uma sentimentalidade tumultuosa, Deodoro pertencia bem ao typo das naturezas ardentes e francas, capazes de dedicações profundas, mas tambem de antipathias irreductiveis (1).

Neste ponto, differia absolutamente de Floriano. Este era um temperamento apathico e frio, uma alma com a temperatura de batrachio, cujo enthusiasmo ardia sem chamma; por isso mesmo, insusceptivel de

(1) v. *Revista Trimensal*, v. 155, pag. 271.

impulsos passionaes, como incapaz de transigencias ou «fraquezas» affectivas. Já Deodoro, ao contrario, com a sua viva e prompta emotividade, oscillava facilmente de um a outro polo — entre a brandura e a colera; cordeiro para os amigos; para os inimigos leão — com a differença apenas de que esse leão só tinha do leão a força, o impeto, o rugido, mas de modo algum a ferocidade sanguinaria.

Homens deste temperamento e deste feitio, quando trabalhados pelos frios manipuladores de insidias, ou quando sob a acção de uma intelligencia persuasiva e eloquente, adquirem a passividade dos hypnotizados, movem-se para onde se os impellem, embora julgando-se sempre o centro do movimento. Desses é que se póde dizer o que de Nunes Machado disse Paraná — que são capazes de todas as coragens, menos da coragem de resistir aos amigos.

Vêde Deodoro. Quando, na sua propria casa, é assediado pelo nucleo dos republicanos, a uma exhortação mais vehemente do seu amigo Benjamin, cede logo, incapaz de resistir á onda emotiva que o alaga, abafando-lhe todos os escrupulos de lealismo. No dia do triumpho, tambem o vemos vacillar até a tardinha; mas, depois de envolvido na aura de suggestões que lhe creára o nucleo tenaz dos republicanos, vemo-lo já outro, «fixado» definitivamente, concordando com tudo, assignando tudo, consentindo mesmo em nomear seu Ministro da Agricultura a Demetrio Ribeiro, que não sabia quem era. — «Quem é este?» — perguntou. Glycerio, rente delle, e ardente, sôprou-lhe que se tratava de um grande homem local. E Deodoro: — «Lá só conheci Castilho, Assis Brasil e Ramiro; mas, vá lá». E assignou o decreto de nomeação... (1).

(1) v. Tobias Monteiro — *Op. cit.*

Demais, Deodoro, justamente por esta facil emotividade, possuia uma outra qualidade que tambem concorreu para explicar o seu papel no movimento. Era aquella «coragem da aventura politica», que Nabuco encontrava em Baquedano. Esta coragem Floriano não a tinha: — «Nas questões militares — disse uma vez Deodoro — sempre que abordei Floriano declarou-me que não se metteria em cousa alguma para derrubar Ministerios». Entretanto, Floriano desejava intimamente o resultado visado por Deodoro.

Esta differença de temperamentos é que explica a differença da attitude dos dous chefes militares: a attitude desassombrada de um e a attitude enigmatica de outro naquelles instantes dramaticos, que antecederam o da victoria.

III

Não seria exacto, entretanto, suppôr que Deodoro representasse o precipuo papel que representou nos acontecimentos, contribuindo apenas com a sua equação pessoal. Nestas suas oscillações angustiadas de consciencia, nestes escrupulos que acabam cedendo, nessas recurrencias do espirito de lealismo, elle era bem o expoente do pensamento do Exercito e — mais do que isto — uma expressão symbolica do proprio momento.

D. Pedro II como que se extinguia lentamente: diabetico, a molestia insidiosa e destructiva ia-lhe carreando, na polyuria crescente, todas as reservas de vitalidade. Os espiritos menos impacientes, que eram a maioria do paiz, haviam por assim dizer combinado tacitamente que se esperasse com paciencia, mesclada de carinho e veneração, a liquidação pela

morte dessa grande vida — para mudarem a fórma de governo: antes disso, não.

Depois disso, sim: todo mundo — os circulos civis e os circulos militares — admittia a inviabilidade do 3.º Reinado. O problema da Monarchia estava circumscripto á existencia do Imperador, á existencia de D. Pedro II, confessavam os republicanos pela bocca de Quintino. O 3.º Imperio era, para a generalidade dos espiritos, um problema de solução negativa.

Não tendo D. Pedro descendencia por linha varonil, o 3.º Imperio seria, com effeito, o sceptro nas mãos de uma mulher, dotada, é certo, de peregrinas virtudes, com todas as nobres e sublimes fraquezas do seu sexo; mas, presa pelo dever e, o que é mais, pelo coração a um extrangeiro — e era este justamente o ponto delicado do problema.

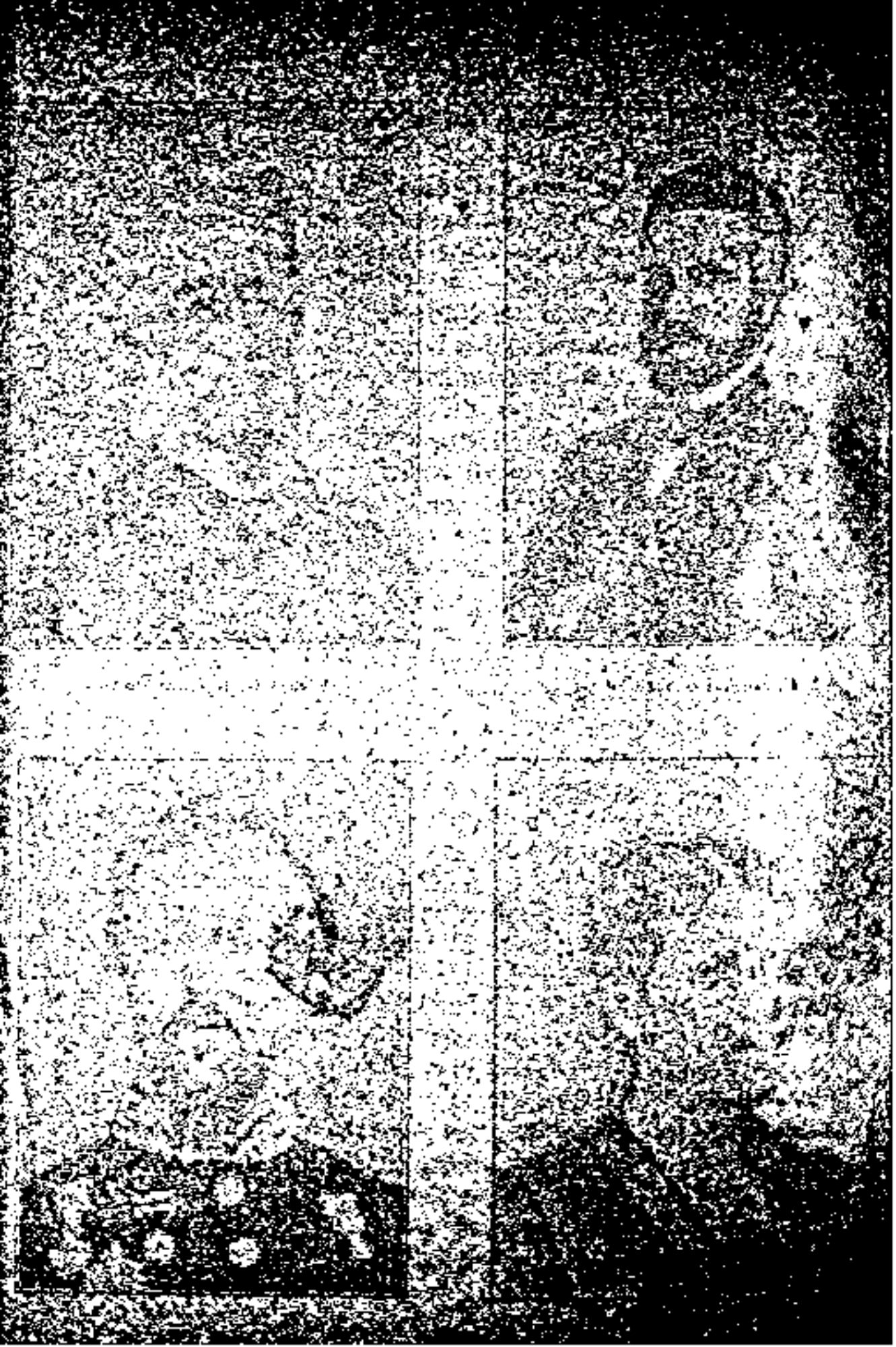
O conde d'Eu não conseguira nenhuma popularidade, nem mesmo siquer a sympathia dos circulos politicos e sociaes do paiz. Era elle um typo acabado de gentilhomem, mas a quem faltava o tacto preciso para entremostrar as muitas riquezas occultas da sua alma, os seus grandes dons aristocraticos de caracter e de intelligencia. Ninguem foi mais mal comprehendido no seu meio do que elle; a maledicencia tomou-o á sua conta para impopulariza-lo, projectando a sua personalidade na imaginação das massas, não numa imagem exacta, mas numa imagem deformada e caricatural, em que não eram escassos os traços de antipathia e de grotesco. E' assim que, sendo um bravo nos campos de batalha, diz uma testemunha daquella epocha, nunca se fez um heróe estimado e consagrado pelos seus companheiros d'armas; sendo um homem de maneiras simples, nunca se fez popular; um verdadeiro «mãos largas» em favor dos necessitados, mas que passava, entretanto, pela suspeita de avareza e sordidez:

Conselheiro Saraiva

Visconde de Ouro Preto

Princeza Isabel

Conde d'Eu



«O que era possivel fazer para conquistar o titulo de Brasileiro, elle o fez: regulamentos, projectos de lei para melhor organização do Exercito e aperfeiçoamento do seu material de guerra; escolas, bibliothecas, colonias orphanologicas para a infancia desamparada; tudo, emfim, quanto podia fallar á gratidão das massas mais desprotegidas da sorte, ou ás diversas classes da sociedade, elle planeou ou executou na maior parte. Tudo era inutil; a sua surdez, a sua incorrecção de trajes, a desordem dos seus gestos, a phrase gritada e travada de *rr* asperos, a falta de esplendor nos seus palacios, a ausencia de acções grandiosas e brilhantes, certo tom pretencioso no modo de tratar com os homens publicos, a sua posição, aliás natural, de conselheiro da Princeza, recebida em todos os circulos como uma intervenção intrusa, eis ahi os verdadeiros obices a qualquer tentativa do 3.º Reinado, mesmo no tempo da Monarchia. Por todos esses motivos, o conde d'Eu jamais conseguiu ser Brasileiro; foi sempre para todos — o *Francez*» (1).

Os republicanos, como era de esperar, exploraram esta situação do principe consorte como o supremo argumento, o mais impressionante, contra o 3.º Imperio — e com elle abalavam todas as consciencias, mesmo dos que se mantinham, como Deodoro e Pelotas, ainda presos á velha instituição pelos laços, um tanto tenues não ha duvida, da gratidão e da veneração pelo velho monarcha.

«Sim, ou não pela Monarchia — dizia Saldanha Marinho, no seu manifesto de 12 de Junho

(1) José Avelino — *Cartas do Rio* (no *Correio Paulistano*, Março de 1890).

de 1889. O *Paço*, ou o *Povo*. O conde d'Eu, ou a liberdade; a indignidade, ou o amor da Patria.»

Este dilemma formidavel surgia como a inscripção fatidica dos festins de Balthazar, em que se annunciava a condemnação a prazo breve do 3.º Imperio.

Por outro lado, os que ainda se conservavam fieis á Monarchia, convencidos da superioridade della e das suas instituições, e se receiavam da Republica, de cuja experiencia desastrosa o mundo platino era exemplo; estes, vendo a impossibilidade do reinado da filha, voltavam-se, anciosos, para os jovens rebentos da dynastia; mas, reconheciam, desolados, que alli tambem não havia ninguem. Dos principes da Casa Imperial — filhos de d. Isabel e filhos de d. Leopoldina — nenhum apparecia com o relevo e o prestigio de uma grande ou de uma forte personalidade, dotado com a somma de ascendencia social ou politica capaz de fazer-se centro de gravitação das esperanças dos que não queriam desesperar da Monarchia. Uns, muito jovens ainda, como os filhos de d. Isabel, ainda não haviam revelado por inteiro a sua personalidade; outros — como os filhos do duque de Saxe — evidentemente sem nenhum traço de caracter ou de intelligencia, que os fizesse ultrapassar o estalão das mediocridades sadias para colloca-los no plano dos expoentes de uma epocha, ou dos centralizadores, mesmo momentaneos, das aspirações de uma sociedade.

O principe d. Pedro, por exemplo, segundo um seu contemporaneo:

«Tinha talento, mas não tinha espirito; tinha educação scientifica, mas faltava educação literaria; amava as festas dansantes, mas não tinha encantos como *causeur* e era um valsista desgra-

cioso. Ultimamente, depois da viagem á Europa, voltou mais principe do que foi: dava jantares, tinha uma bella installação, adquiriu quadros originaes de algum valor, bronzes de auctores celebres, e estava fazendo um pouco o papel de homem do mundo. Mas, faltava-lhe a arte de attrahir os homens publicos, de arregimenta-los ou arregimentar-se com elles, não conhecia a tradição dos partidos, nem as questões sociaes pelo seu lado pratico. Era um orphão emancipado, e não um homem publico. Alem disso, era uma natureza hesitante e timida, embora tivesse caracter expansivo» (1).

Os amigos sinceros da Monarchia, os que a estimavam, e prezavam, porque a julgavam benefica e superior, como Nabuco, encontravam-se assim numa situação de melancolia e desesperança: para alem do curto horizonte, em que se debatia a vida do velho monarcha desfallecente, não viam nada — porque viam apenas uma massa escura, densa de treva, onde não divisavam a restea de nenhuma claridade animadora.

Tudo isto eram factos que iam diminuindo o sentimento de apego ao Throno, mesmo entre os mais sinceros adeptos da Monarchia; que, em cada consciencia monarchica, iam reduzindo a força dos motivos interiores de resistencia á penetração insidiosa da idéa republicana; que, portanto, iam elaborando insensivelmente estes estados de consciencia, oscillantes e dubios — como aquelle em que se achou, desde o momento da sua entrevista com Benjamin até o momento supremo do Quartel General, o caudilho da revolução.

---

(1) José Avelino, — *Op. cit.*

IV

E' preciso observar que Deodoro não contava com a solidariedade do Exercito todo, sinão na questão propriamente militar e no empenho da derrubada do Gabinete; em relação á idéa da Republica, o Exercito, isto é, o quadro da sua officialidade, estava dividido — e a propria resposta de Pelotas á insinuação de Serzedello: «Por agora preciso do concurso de todos os camaradas» — bem prova que havia no Exercito uma corrente favoravel á Monarchia e que recusaria o seu concurso ao movimento, si este tivesse o caracter republicano.

Devemos dizer, para sermos exactos, que esta corrente era justamente a mais numerosa, e que a corrente republicana formava uma pequena minoria, embora representando o que havia de mais novo e culto na aristocracia militar da epocha. De um lado, estavam as espadas gloriosas, que haviam feito a campanha do Prata — o grupo dos «collarinhos de couro», com o corpo lacerado de gilvazes e em quem a bravura comprovada suppria as possiveis deficiencias de cultura. De outro lado, estavam os «cadetes philosophos», sem gilvazes nenhuns no corpo, mas tumidos de erudição, e que, não tendo pelas contingencias da edade, podido bater-se nos campos do Paraguay, gastavam o seu ardor bellicoso, ganhando batalhas napoleonicas dentro das salas de aulas de Estrategia e movendo sobre a cartographia da mappotheca da Escola os seus exercitos victoriosos. Era o grupo dos «inclytos traquinas», de uma versalhada da epocha (1).

(1) A. Lepido — *Celidonas*.

Esta fracção erudita e joven estava embebida de Positivismo — e era, por isso, republicana. O seu chefe era Benjamin Constant, que sobre ella exercia uma ascendencia fascinadora.

Entre os «collarinhos de couro» dominava um certo espirito, não diremos de lealdade á Monarchia, mas certamente de respeito e veneração pelo Imperador, que tambem havia contribuido para a grandeza do triumpho nos campos paraguayos.

Estes dous grupos estavam todos unidos em torno de Deodoro, para reagir contra a politica anti-militar de Ouro Preto. Este, atacando um e outro grupo, atacava todo o Exercito — e foi isto que possibilitou o inesperado desvio do movimento, inicialmente dirigido contra o Gabinete, no sentido do campo republicano.

No fundo, a Republica não foi sinão o arrastamento do grupo numeroso dos «collarinhos de couro», chefiados por Deodoro, pela pequena fracção dos «cadetes philosophos», chefiados por Benjamin. Esse arrastamento, porèm, só se deu porque nos «collarinhos de couro» o sentimento de lealdade á dynastia, pelos factos já apontados, começava a vacillar e enfraquecer-se.

V

Para esse enfraquecimento do espirito de lealdade a D. Pedro e á sua dynastia tambem contribuiu outro factor — a molestia do Imperador. O velho monarcha estava então com cêrca de 64 annos — e a molestia aniquiladora ia acceleraudo a marcha das suas destruições. Parece que a sua vontade já se estava entibiando e a sua actividade esmorecia. Cá de fóra, a

impressão geral era que o Imperador se abandonava ao circulo reduzido dos seus commensaes do Paço, e o sceptro só nominalmente estava nas suas mãos. De facto, dizia-se que o poder magestatico passára para a princeza Isabel, por detraz da qual agia o Conde d'Eu. Ou para o chefe do Gabinete. Ou até mesmo para o medico do Paço, o Conde de Motta Maia.

> «Sua magestade, que exerceu o poder pessoal em toda a sua plenitude — dizia o deputado João Penido na sessão de 17 de Maio de 1889 — está hoje em dia collocado em polo diametralmente opposto; hoje S. M. reina, mas não governa, nem administra como fazia dantes: administram por elle, governam por elle. Isto é o que está na consciencia de todos e é a voz publica. Pela enfermidade que o persegue, a acção de S. M. limita-se a perguntar aos ministros: — «Que papeis temos para assignar?» e assigna-os sem discutir, sem dar mesmo a sua opinião. Já ouvi mesmo uma revelação mais grave, e é que neste paiz até senadores já foram nomeados sem que S. M. o soubesse. Nota-se mudança completa neste paiz. Si S. M. está bom, si se acha em estado normal, porque não se revesam junto a elle os medicos do Paço, mas só um delles exclusivamente trata de sua magestade? Diz-se, e eu tenho a coragem de repetir sob a minha responsabilidade, que o Imperador de facto é o sr. Conde de Motta Maia! Sua Magestade move-se ao aceno do sr. Motta Maia, a quem obedece como uma criança docil e bem educada. Si o Conde de Motta Maia diz a S. M. que saia, S. M. sae; si diz que fique, S. M. fica.»

Ferreira Vianna, então ministro do Imperio, contestou, em resposta a este discurso, que o Imperador

estivesse reduzido a esta situação de fraqueza. Reconhecendo embora que o Imperador já não tinha a actividade dos primeiros tempos, podia comtudo assegurar que elle continuava perfeitamente «na inteireza da sua alta razão e da capacidade que lhe é reconhecida e tem sido experimentada no governo do Estado».

O certo, porém, é que a opinião corrente era de que o Imperador «não governava mais». Era esta pelo menos a convicção dos circulos militares, como se vê da carta de Pelotas a Ouro Preto. O que era mais grave é que, para muitos, principalmente nos meios militares, o monarcha de facto não era propriamente o Conde de Motta Maia, como pensava o deputado Penido, mas o preprio chefe do Gabinete de 7 de Junho — o visconde de Ouro Preto.

Ora, reuni esta convicção de que o sceptro já não se achava nas mãos do monarcha, debil e quasi moribundo; e mais as repugnancias pelo 3.º Reinado; e mais a acção das grandes influencias geraes: a desillusão do ideal monarchico, o descontentamento pela Abolição, a relativa diffusão do ideal republicano: e é facil comprehender agora as «oscillações» de Deodoro, a relativamente pequena recalcitrancia com que elle cedeu á suggestão e ao arrastamento de Benjamin com a phalange dos seus «cadetes philosophos». E' facil comprehender tambem porque o grupo numeroso dos «collarinhos de couro» não quiz fazer a contra-revolução e acceitou o facto consummado da Republica.

VI

O golpe do Quartel General fôra uma surpreza, não diremos já para a Nação em geral, mas mesmo para a cidade em geral. Dos habitantes desta grande

Capital, ninguem esperava por aquillo, ninguem sabia o que aquillo era, ninguem comprehendia aquillo:

> «O povo assistiu áquillo bestializado, attonito, surprezo, sem conhecer o que significava — disse Aristides Lobo, um dos principaes corresponsaveis daquelle acontecimento. Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada. Era um phenomeno digno de ver-se. O enthusiasmo veio depois, quebrando o enleio dos espiritos» (1).

Este enthusiasmo, de que fallava Aristides Lobo, não foi, porêm, o enthusiasmo do povo — e sim o enthusiasmo da pequena minoria republicana. O povo, o nosso povo, se mostrou, como sempre, indifferente ás fórmas de governo: acceitou a Republica, como já havia acceitado a Monarchia, como acceitaria amanhã o regimen bolschevista, ou o fascismo italiano.

Neste ponto, os promotores da jornada de 15 de Novembro foram realmente felizes. Ninguem, com effeito, acreditava, sinão elles, no millenium republicano; e, por isso, nenhum delles poderia ter o presentimento melancolico de Lendru-Rollin, quando dizia a Lamartine, no instante mesmo do triumpho: «Amigo, vamos para o Calvario». O nosso povo, como já vimos, não havia creado o ideal da Republica — e não podia, pois, como os cidadãos francezes do 3.º Imperio, pedir contas aos que os illudiram, para crucifica-los no Calvario do seu desapontamento indignado.

Descendo do throno, do alto do qual dominára durante cêrca de meio seculo, D. Pedro achou-se só, isolado. Naquelle momento angustioso, junto delle só se encontraram apenas os membros da sua familia, e dous amigos: o general Miranda Reis e o visconde

(1) v. Candido Teixeira — *Op. cit.*

da Penha; mais ninguem. Lá fóra a adhesão geral, mesmo dos conservadores emperrados, chefiados por Paulino e Francisco Belisario:

> «Todos estão conformes com o que se passou — escrevia ainda José Avelino — e os ultimos e dedicados amigos da Realeza deposta, ao apartarem-se do Imperador, vinham pressurosos e chorosos para as suas antigas officinas de trabalho dizer: «O que está feito, está feito. Pensar em restaurar a Monarchia seria um erro (e a Monarchia estava ainda no porto); vamos cuidar da Republica e da Patria». Isto mesmo escreveram todos os antigos estadistas, quando consultados pelo illustre redactor chefe do *Correio Paulistano*, ainda mesmo aquelles que foram pessoas effectivas da Casa Imperial e moveis do seu uso constante.»

Nada mais singular do que este isolamento, em que se encontrou o grande monarcha no momento da sua quéda. Isto vinha muito do temperamento de D. Pedro, da sua rectidão, da sua imparcialidade, do seu senso justiceiro, da sua inaccessibilidade ao espirito de compadrio e de corrilho. Elle era bem o varão justo das Escripturas — e era tambem o varão sabio: e um e outro desses attributos podem gerar a admiração, mas não geram nunca a amizade. Esta só se dá aos grandes, quando elles misturam á grandeza da sua gloria um pouco do barro escuro das nossas humanas fraquezas e, á maneira das divindades gregas, sabem ser, ao mesmo tempo, deuses e homens. Ha quem dê a sua vida por Cesar, Napoleão ou Bismarck, homens de facção, homens de violencia, homens de prêa; mas ninguem ha que o faça por Platão, Kant ou Pasteur. D. Pedro pertencia a esta ultima

classe, era tambem especimen dessa fauna admiravel e escassa, de onde saem os santos, os sabios e os varões justos. Dahi o seu isolamento.

Elle não soube formar em torno de si uma camarilha de cortezãos — e isto porque nunca exigiu de nenhum dos seus auxiliares mais intimos, como nunca exigiu dos seus ministros, nenhum acto de abdicação, nenhuma mostra de servilismo, nenhuma prova de cortezanice. Os homens de governo, com quem trabalhou na administração do paiz durante o longo periodo de meio seculo, não se sentiram na necessidade de ser aulicos para ganharem a sua confiança segura, honesta, chã e, algumas vezes, como no caso de Saraiva e Paraná, illimitada.

O que dá a medida exacta da elevação do caracter de D. Pedro é justamente o facto de que os politicos, que passaram por aulicos, como Sepetiba, Paranaguá ou Bom Retiro, nunca tiveram grande prestigio, nunca tiveram mesmo a preferencia da Corôa todas as vezes em que se fazia preciso ouvir uma palavra de conselho. Paraná e Saraiva, por exemplo, eram homens de altivez inflexivel — e foram, cada um no seu tempo, entretanto, centros poderosos de força politica e governamental. O caso de Paraná é expressivo. Nenhum homem recebeu mais prestigio da Corôa do que elle: foi, no tempo do seu dominio, uma sorte de 2.º imperador, e a Corôa nunca lhe negou a confiança. Entretanto, este homem nunca foi aulico. «Paraná — é o proprio Imperador que o diz, annotando um trecho de Tito Franco — Paraná não se curvava». E, como Paraná, todos os outros — e nem por isso desmereceram um instante da confiança da Corôa.

Estes auxiliares de D. Pedro no governo do paiz e no Conselho de Estado não deixavam apenas de curvar-se á vontade do Imperador, não lhe rendiam mes-

mo outras homenagens sinão as que eram compativeis com a sua altivez e dignidade. Todos elles faziam timbre de não ser cortezãos — e, apesar disso, nunca se sentiam caidos em desgraça. Este facto é tanto mais significativo, quanto por aquelle tempo, como hoje, todo o prestigio politico vinha da Corôa, e de mais ninguem:

«Quando alguem parece ter força propria, autoridade effectiva, prestigio individual — dizia Nabuco, em 83 — é porque lhe acontece neste momento estar exposto á luz do throno: desde que dér um passo, ou á direita ou á esquerda, e sahir daquella restea, ninguem mais o divisará no escuro» (1).

Neste ponto, é sensivel o contraste entre o pae e o filho. Este nunca teve camarilhas de favoritos; aquelle perdeu-se justamente por deixar-se cercar por uma destas camarilhas, a que deu confiança, prestigio, força. Os ministros do filho, ao contrario, os homens que serviram no seu governo, não frequentavam o Paço, faziam mesmo alarde disso — e D. Pedro nunca lhes levou a mal esta attitude.

Justamente por este desprendimento de D. Pedro é que se generalizou o habito de se manterem ausentes do Paço os homens de mais prestigio, mesmo os que collaboravam com elle no governo: — «Nunca vaguei pelas immediações dos Paços da cidade, nunca me fiz, como o sr. Ottoni, encontradiço na Estação de Petropolis, para me exhibir em palestra augusta. Tão pouco frequentei o Palacio Isabel» — disse Ouro Preto, replicando sarcasticamente a Christiano Ottoni, que lhe havia feito uma insinuação de aulicismo.

Como Ouro Preto, todos os outros ministros do Imperador evitavam o Paço, fugindo á suspeita de serem aulicos — e o Imperador não se resentia disso.

---

(1) Nabuco — *O abolicionismo*, pg. 197.

Nabuco, na phase de sua maior popularidade, mesmo sabendo que o Imperador estava com as suas idéas favoritas: a Abolição e a Federação, nunca foi ao Paço para saudar o homem generoso, que tambem partilhava dos seus ideaes — e Nabuco teve sempre, como sabemos, o gosto da proximidade e da sympathia dos grandes homens:

> «Nunca o officialismo me tentou, nunca a sua deleitação me foi revelada; nunca renunciei a imaginação, a curiosidade, o dilettantismo, para prestar siquer os primeiros votos de obediencia; só vi de muito longe o veu jacintho e purpura do Sanctum Sanctorum — (tão de longe, que me pareceu um velho reposteiro verde e amarello) — por traz do qual o presidente do Conselho contemplava sozinho, face a face, a magestade do Poder Moderador» (1).

Os que, como Bom Retiro, contrariavam esta tendencia geral e se achegavam mais do Paço, frequentando-o com mais assiduidade ou mesmo partilhando das intimidades reaes, eram setteados de epigrammas, em cujas feridas havia a pungencia do ridiculo e do sarcasmo:

— «Bom Retiro?
— Senhor!
— Que horas são?
— As horas que V. Magestade quizer.»

De onde se vê que a «luz do throno», a que alludia Nabuco, só illuminava aquelles que não se approximavam demasiado do fóco luminoso. Como que o Osiris imperial mergulhava na sombra os que lhe beijavam a fimbria do manto resplandescente.

---

(1) Nabuco — *Minha formação*. pag. 35.

Este traço do caracter de D. Pedro explica muito o isolamento, em que elle se achou no momento da sua desthronação; mas, não é esta a causa unica explicadora. Tambem contribuiu para isto a insufficiencia ou fraqueza do sentimento monarchico nas tradições do nosso povo. Nós, realmente, nunca partilhámos da crença no direito divino dos reis. Nunca nos educámos sob a disciplina de autocracias coroadas. O principio monarchico nos chegou, quando já começava a ser despojado da sua aureola de santidade. O rei já não era, quando nos tornamos uma nação, o «ungido do Senhor», deante de cuja magestade todas as faces se abatiam ao raso do chão, como deante de um Deus; era, ao contrario, um privilegiado, cujo privilegio era discutido, combatido, negado.

O sentimento monarchico existiu sincero, puro, consciente antes da Independencia e principalmente durante os primeiros seculos coloniaes; mas, depois da Independencia, foi essencialmente um sentimento da elite, uma elite diminutissima, já o dissemos uma vez (1), composta de um pequeno numero de homens, em cujo cerebro lampejava o genio politico. Essa pequenissima elite possuia em alto grau aquillo que Nabuco chamava a «impenetrabilidade á aspiração republicana», porque tinha a lucida consciencia do insubstituivel papel que a instituição monarchica representou e devia representar na vida politica da nacionalidade. Felizmente para ella, esta elite tão reduzida teve sempre ao seu lado, pela elevação do espirito do Imperador, a força do poder politico.

O resto dos elementos que faziam politica, o grosso dos dous partidos, seja o quadro da officialidade, seja a turba multa da soldadesca, esses oscilla-

(1) v. Oliveira Vianna — *Populações Meridionaes do Brasil*, I, cap. XX.

vam, como já observava Ferreira Vianna, entre a lisonja e a detracção — lisonja quando o Monarcha os chamava, detracção quando os despedia; mas nenhum sinceramente amigo da instituição que elle encarnava — á maneira do cidadão inglez para com a pessoa veneranda do seu Rei, ou do samurai japonez para com a resplandescente divindade do seu Mikado.

VII

Com todos esses grandes e pequenos elementos de negação, o Imperio não podia deixar de ter o fim melancolico que teve. Merecia, no seu occaso, ter o esplendor flammejante e a grandeza tranquilla de um bello poente de verão e, entretanto, não teve nenhum desses traços de belleza epica que, de costume, acompanham a quéda dos Imperios: o rumor e o brilho das espadas que se entrebatem e luctam, ou o clamor das multidões enfurecidas que apedrejam e ululam. Terminou, ao contrario, muito prosaicamente, e de subito. Do Paço, de onde dominára durante meio seculo, o velho Imperador, abatido pela molestia, mas nobre ainda no seu porte magestoso, saiu, não sob a claridade da luz meridiana, mas dentro da noite, sob a escuridão protectora de uma alta madrugada, como um criminoso que se foragisse — e foi ás pressas que embarcou no pequeno navio, que o haveria de levar para as tristezas do exilio irrevogavel.

«Não sou negro fugido. Não embarco a esta hora» — protestou pela ultima vez, conformado com o destino, mas ainda cioso de manter, na quéda, a sua dignidade magestatica. Não o attenderam. Obedeceu, e embarcou. No fundo, não levava nenhuma desillusão,

sinão a experiencia da ingratidão dos homens. Esta mesma elle, na sua magnanimidade, parecia ter perdoado: não teve uma palavra só de censura para ninguem, uma só recriminação, um só desabafo de desespero, ou de colera, ou de magua: nada.

Os que o contemplaram neste momento surprehenderam-se ante a sua calma estoica, a serenidade da sua attitude, a grandeza impressionante da sua resignação. «E' a minha aposentadoria. Já trabalhei muito, e estou cançado; irei descançar» — disse, numa confissão tranquilla, o todo elle, o seu espirito, a sua consciencia, o seu sentimento do mundo estavam nestas palavras confidenciaes. O sabio, o justo, o philosopho, que existiam nelle, reappareciam para brilhar na plena luz daquelle dia fatal: o rei, o politico, o homem de Estado, que sempre foram expressões secundarias da sua personalidade, desappareciam inteiramente.

«Oh, elle conservava-se o mesmo homem, pairando sempre á mesma altura, e esteve assim até o ultimo momento em que o vi!» disse, cheio de admiração, o commandante do navio que o transportou.

VIII

Passado aquelle «enleio dos espiritos», da confissão de Aristides Lobo, a nova ordem de cousas começou a ser applaudida. O novo Governo tinha homens de eloquencia e imaginação que haviam conseguido suscitar nas almas incredulas as esperanças da Edade de Ouro de Saturno. E o velho Imperador foi esquecido.

Hoje, porêm, depois de mais de trinta annos de

vida republicana, elle começa a ser relembrado. Nascida dentro da Republica, sem compromisso nenhum com as gerações da propaganda, a geração actual não partilha nem das suas idéas e, muito menos, dos seus odios. E começa a fazer a justiça merecida ao grande Imperador.

Elle, certamente, não teve nem genio politico, nem genio militar. Não era um estadista, nem um guerreiro. Era um contemplativo, era um sabio, era um justo (1). Era talvez daquelle typo de homens, da allusão de Brandés, «em quem o genio da bondade se manifesta»: — «Ceux qui exercent plus d'influence par leur être que par leurs actions, les êtres nobles, grandement bons, en qui le génie de la bonté se manifeste». Ha quem veja nelle um philosopho, á maneira antiga; ha quem, por isso, o compare mesmo a Marco Aurelio (e seria, neste caso, o Marco Aurelio dos tropicos).

Certo, elle teve, como Marco, aquella *infantia gravis*, de que falla Capitolino (2) mas, Marco era um stoico, affeito ao «abstine et sustine» da regra de Zenon e de Epicteto, quasi que um sceptico, uma sorte de Ecclesiastes latino, «blasé sur toutes les joies sans les avoir goutées», como disse Renan — e não cremos que D. Pedro fosse propriamente isto.

O que parece mais proximo da verdade é que D. Pedro, apezar da sua grande cultura, não chegou a ter uma alta visão philosophica do mundo e da vida. Realmente, elle estava mais proximo de Antonino Pio

---

(1) Esse sentimento da justiça transparece em todos os actos do Imperador, principalmente na maneira imparcial e superior com que elle se julgava a si mesmo e aos homens que o cercavam. Quando esteve em visita a Victor Hugo, este perguntou-lhe si não receiava deixar o throno por tanto tempo: — «Não, respondeu D. Pedro; os negocios fazem-se muito bem na minha ausencia; ha na minha terra tantas pessoas que valem tanto ou mais do que eu».

(2) v. Max Fleiuss — cap. I, das *Contribuições para a Biographia de D. Pedro.*

do que de Marco Aurelio. Si era philosopho, seria, não como Marco, mas como Antonino, «sans le dire, presque sans le savoir» — e o seu «Nunca desejei o mal» bem póde ser comparado ao «Aequanimitas» antonineano.

O angulo, porém, sob que devemos ver o velho Imperador, para ve-lo melhor, na exacta medida da sua grandeza, não ha de ser o das suas idéas geraes, ou o do genio; ha de ser o do caracter. Delle é que se poderia dizer, paraphrascando o que Boissier disse de Julius Graccinus, pae de Tacito, que, si era um sabio e um philosopho, era antes de tudo um homem de bem. Ha de ser sob este aspecto — como a mais alta revelação da nobreza moral da nossa raça e da nossa gente — que D. Pedro ha de viver na memoria das gerações futuras, como já está vivendo na memoria das gerações de agora (1).

Homem de bem, ao modo antigo, elle tinha o claro idealismo latino da Verdade, da Justiça e da Bondade. Si não pôde dizer, como Pericles, que a melhor cousa da sua vida era que nenhum Atheniense tomára luto por sua causa, poderia, entretanto, repetir com justiça aquellas estrophes do *Carmen saeculare* horaciano, consagradas á gloria do reinado de Augusto:

Jam Fides et Pax et Honos Pudorque
Priscus et neglecta redire Virtus
Audet apparetque beata pleno
Copia cornu.

No meio da presente ferocidade dos partidos, que se digladiam pela conquista do poder e avermelham do sangue mais generoso os quatro cantos da nossa terra, é que podemos apprehender como era benefica

(1) Cf. Affonso Celso — cap. XI das *Contribuições para a Biographia de D. Pedro II.*

a sua acção moderadora, a acção do seu espirito cheio de tolerancia e equanimidade. Com uma perspectiva bastante ampla para podermos medir com justiça a grandeza do seu espirito e do seu reinado, bem sentimos hoje quanto foram injustas para com elle as gerações, no meio das quaes viveu. Elle não foi comprehendido sinão por um pequeno grupo de algumas raras almas delicadas. Os politicos julgaram-no sempre mal — e sente-se que, no fim da sua vida, elle já se achava tomado da fadiga, cançado de chama-los improficuamente para o lado da tolerancia, da imparcialidade e da justiça. Este cançaço, entretanto, elle, felizmente para nós, nunca o confessou emquanto deteve em suas mãos o symbolo da soberania.

Nós, os de agora, lhe somos gratos pelo seu esforço indefesso de meio seculo em favor da Bondade, da Justiça e da Paz. O juizo que lhe fazemos hoje, delle e do seu reinado, é que elle, como nenhum outro brasileiro, bem mereceu da Patria.

Os homens daquelle tempo, os de seu tempo, parece que não pensavam assim. Decaido do poder, não teve uma só espada que se quizesse sacrificar por elle, uma só classe que quizesse luctar por elle, um só grupo politico que o quizesse acompanhar na quéda, sinão o grupo reduzido dos que formavam o governo deposto. Deixaram-no partir em silencio, só. Nem uma palma agradecida. Nem um rumor breve de applauso. Nem um só grito de protesto. E, no emtanto, nenhum rei, como elle, fazia jús áquella glorificação ardente contida nas palavras de Isaias: — «Porque vós sareis em alegria e sereis conduzido em paz; os montes e os outeiros cantarão deante de vós canticos de louvor e todas as arvores do paiz baterão com as mãos dando applausos».

INDICE

PREFACIO 5

PRIMEIRA PARTE

Evolução do ideal monarchico-parlamentar

I. — Luctas entre as duas soberanias: a do principe e a do povo. Constituição do regimen parlamentar 11
II. — O papel do principe. Funcção do Poder Moderador . 13
III. — O regimen parlamentar no Brasil. O ponto critico da sua evolução: o golpe imperial de 1868 e a quéda do Gabinete Zacharias. Effeitos desse golpe 17
IV. — Solução da crise ministerial suscitada: ascensão do partido conservador. O caracter anti-parlamentar desta solução. Reacção liberal consequente 22
V. — O traço caracteristico dessa reacção; hostilidade contra o «poder pessoal». Fontes de opinião: difficuldade do imperador em sondal-as. A opinião dos partidos e a sua fallibilidade 24
VI. — O recurso das eleições: sua fallibilidade como fonte de opinião 30
VII e VIII. — A burla eleitoral. Razões que a justificam . 32
IX. — A politica rotativa do Imperador, sua razão de ser . 39
X. — Irritação dos politicos contra essa politica rotativa . 41
XI e XII. — O movimento descentralizador e federativo . 43
XIII. — Reacção no Parlamento e na Imprensa 50
XIV. — D. Pedro e os seus ministros. Novas causas de irritação 53
XV. — Consequencias dessa irritação contra o poder pessoal: indifferença ou hostilidade contra a Monarchia e o Throno 62
XVI. — A desillusão das instituições monarchicas. Estado geral dos espiritos antes de 15 de Novembro de 1889 . 66

SEGUNDA PARTE

O movimento abolicionista e a Monarchia

I. — Genese do ideal abolicionista. Phases da sua evolução. O papel de Nabuco 69
II. — Expansão do ideal abolicionista. Sua popularidade. Factos que concorreram para isto 74
III. — Reacção contra a idéa abolicionista. O papel dos republicanos 79
IV. — O papel da dynastia. Acção do Imperador. Acção da Casa real 82
V. — Effeitos da abolição. O despeito da classe territorial. O golpe da Abolição e os interesses do paiz. Medidas de reparação: o programma Ouro Preto. O movimento da reacção contra a Monarchia. Expansão do ideal republicano 86

TERCEIRA PARTE

Genese e evolução do ideal republicano

I. — O movimento republicano: suas relações com a reacção liberal de 68. O nucleo republicano — fracção do bloco liberal 93
II. — Influencia exogena. Influencia norte-americana. Utopismo e desillusão 94
III. — O Manifesto de 1870 e a «politica syllogistica» de Nabuco. O espirito democratico e liberal deante do «poder pessoal» de D. Pedro 97
IV. — O ideal republicano e o sentimento nacional. Não havia, antes de 1889, crença na Republica; apenas, *descrença* na Monarchia 103
V. — O ideal republicano e as classes sociaes. Indifferentismo das classes ruraes. Os elementos cultos e a elite politica; sua attitude de desconfiança em relação á nova ideologia. Nabuco e o ideal republicano. Significação do indifferentismo de Ruy 106
VI. — O ideal republicano e a sua irradiação geographica antes de 1889. Fócos de propaganda: a Imprensa periodica e a sua distribuição no paiz. Outros fócos de propaganda: os Clubs republicanos. Distribuição delles ao Norte e ao Sul. O Norte e o Sul em relação á expansão do novo idealismo 112

VII. — O ideal republicano e a sua irradiação social. Os campos de recrutamento dos adeptos. A mocidade das academias. O novo ideal não era o ideal das classes conservadoras, nem das classes ruraes 116
VIII. — Os propagandistas. Valor intellectual delles . . 117
IX. — Os positivistas. Ideologia positivista. Os positivistas como doutrinadores 119
X. — O «Partido Republicano»: esboço de partido apenas. Sua fraqueza em 1889 126

QUARTA PARTE

O papel do elemento militar na quéda do Imperio

I. — O Exercito e as explorações dos politicos civis. Os *tabús* de dragonas e sua funcção 131
II. — Explorabilidade do elemento militar. Theorias tendenciosas. O «cidadão de farda» 135
III. — Incompatibilidade entre a psychologia militar e a psychologia dos nossos partidos politicos. Consequencias dessa incompatibilidade: a aptidão deflagrante do elemento militar 141
IV. — Exemplos dessa aptidão deflagrante. Pelotas e sua attitude nas questões militares de 1886-87. O caso Cunha Mattos. O caso Senna Madureira. Novas theorias tendenciosas, engenhadas pelos politicos civis . . 145
V. — O «cidadão de farda» e a sua psychologia contradictoria. Deodoro e a sua attitude em 1886-87. A moção do «Recreio»: sua significação 151
VI. — O papel dos politicos civis nas agitações militares: a sua acção instigadora. O facto de Cotegipe. Pusillanimidade dos elementos civis deante da força armada. Outros recursos de reacção: a «ferida cruel» e o cicatrizante adequado. Ebulição militarista. Os «arranhões» de Cotegipe e a moção do Senado 156
VII. — Novos attritos. Questões surgidas sob o Gabinete João Alfredo. Attitude dos politicos civis 166
VIII. — Reacção de Ouro Preto. Cotegipe e Ouro Preto: os dous temperamentos e as duas politicas. Irritação crescente dos elementos militares. Consequencia: a explosão de 15 de Novembro 168
IX. — Ouro Preto e sua mentalidade politica. Confronto com Cotegipe. O militarismo e sua prophylaxia 176

QUINTA PARTE

A quéda do Imperio

I. — O movimento do 15 de Novembro e a Republica. O objectivo inicial do movimento não era republicano. Testemunho de Pelotas. O papel de Deodoro 181
II. — Deodoro e a proclamação da Republica. Floriano e a sua attitude 182
III. — O 3.º Imperio. O conde d'Eu e a sua impopularidade. Mediocridade dos descendentes de D. Pedro. Inviabilidade consequente do 3.º Reinado 189
IV. — O Exercito e o ideal republicano. O papel dos «collarinhos de couro». O papel dos «cadetes philosophicos». O que foi a proclamação da Republica 194
V. — Doença do Imperador. O seu reflexo na opinião publica 195
VI. — A quéda do Imperio. O isolamento do Imperador. O caracter de D. Pedro e a ausencia de aulicismo na elite do 2.º Imperio 197
VII. — D. Pedro e o seu exilio. Grandeza da sua attitude 204
VIII. — O seu papel em nossa historia 205